

ESP-HOSP.CUST.TRAT.PSIQ. PROF.ANDRE T.LIMA

## Edital 2/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	380119-ESP-HOSP.CUST.TRAT.PSIQ. PROF.ANDRE T.LIMA	SUZAN MULLER CAMPOS	27/04/2026 09:28 (v 0.7)
Status			
DISPONIBILIZADO			

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	9/2026	006.00081177/2026-87

### 1. DO OBJETO

## PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

### CONTRATANTE (UASG)

380119- HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO "ANDRÉ TEIXEIRA LIMA"

### OBJETO

Prestação de Serviço contínuo de Lavanderia Hospitalar para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Prof. André Teixeira Lima e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II de Franco da Rocha .

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 671.700,00**

# DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/05/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

menor preço por item

## Modo de disputa:

aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

**HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO "PROF. ANDRÉ TEIXEIRA LIMA"**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026**

(Processo Administrativo nº006.00081177/2026-87)

[modelo\\_edital\\_pregao\\_lei\\_14-133\\_ESP\\_08\\_04\\_26](#)

Torna-se público que o(a) HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO "PROF. ANDRÉ TEIXEIRA LIMA", por meio do Núcleo de Finanças e Suprimentos, sediado(a) na Rodovia Prefeito Luiz Salomão Chamma, Km 43, Bairro: Vila Ramos, Cidade de Franco da Rocha/SP- CEP 07857-050, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Prestação de Serviço contínuo de Lavanderia Hospitalar (Externa) e, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. **Para o item 1 a participação é ampla**, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

*3.9. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.*

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

*4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

5.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

5.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 5.4.1 ou no item 5.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 5.3 e 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

6.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

6.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,03 (três centavos)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

*7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

*7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

*7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.*

*7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.*

*7.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.*

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

*7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.*

*7.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.*

*7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.*

*7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.*

*7.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.*

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 7.11).

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

7.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

8.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.>

esancoes.sp.gov.br);

8.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

8.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCLAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES /MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 5.4 deste Edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

8.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 8.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

8.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-nanceira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

9.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 9.9.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte, somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

9.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Não se aplica.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. A disciplina deste item 11 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. A disciplina deste item 12 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, mediante solicitação realizada via e-mail para o endereço: **financas.hctp1@gmail.com**.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

14.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

14.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

14.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

14.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 14.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.8, 14.1.9, 14.1.10, 14.1.11 e 14.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 14.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

14.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

14.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

14.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s), e-mail: ***financas.hctp1@gmail.com***, ou fone : ***(011) 4449-4433***.

15.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

15.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet : <https://www.doe.sp.gov.br>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

15.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

15.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

16.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

16.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado,



a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de , comprovar a sua situação de 02 (dois) dias úteis regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

16.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

16.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

16.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

16.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

16.2.2. O adjudicatário terá o prazo de , contados a partir da data de sua convocação, para assinar o 5 (cinco) dias Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

16.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

16.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

16.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

16.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

16.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

16.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

16.15.1 ANEXO I - Termo de Referência;

16.15.1.1 ANEXO I.1- Estudo Técnico Preliminar;

16.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

16.15.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

16.15.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

16.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

16.15.6. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SUZAN MULLER CAMPOS**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 09:26:18.*

**RAFAEL DA SILVA MOURA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 09:28:18.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia 3.2026 com anexos.pdf (2.76 MB)
- Anexo II - ETP380119\_000002\_2026 (2).pdf (117.1 KB)
- Anexo III - MINUTA DE NOTA DE EMPENHO.pdf (73.53 KB)
- Anexo IV - Resolucao SAP N 49 (1).pdf (2.94 MB)
- Anexo V - modelo de proposta- LAVANDERIA.pdf (346.5 KB)
- Anexo VI - MODELO DE DECLARACAO EXIGIDA PARA HABILITACAO.pdf (470.79 KB)
- Anexo VII - MODELO REFERENTE A VISTORIA PREVIA.pdf (427.06 KB)

ESP-HOSP.CUST.TRAT.PSIQ. PROF.ANDRE T.LIMA

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

3/2026

380119-ESP-HOSP.CUST.TRAT.PSIQ. PROF.ANDRE T.LIMA

Editado por

SUZAN MULLER CAMPOS

Atualizado em

22/04/2026 15:58 (v 0.6)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	9/2026	006.00081177/2026-87

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO “PROFESSOR ANDRÉ TEIXEIRA LIMA”  
(Processo Administrativo nº 006.00081177/2026-87)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Serviços Contínuos de Lavanderia Hospitalar para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico " Professor André Teixeira Lima" e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II de Franco da Rocha, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL (1)	MESES (2)	VALOR UNITÁRIO R\$ (3)	VL TOTAL R\$ (4)=(1)X(2) X(3)
1	V10-PROCESSAMENTO DE ROUPA - LAVANDERIA EXTERNA, DE 5.001 A 10.000 KG /MES	20075-1	KG de roupa suja a processar	10.000	15	4,4780	671.700,00

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. O objeto inclui a coleta da roupa suja no setor de expurgo do hospital ou em locais predeterminados pelo Contratante, o recebimento (envolvendo pesagem, separação e classificação) e a lavagem da roupa suja na lavanderia, a centrifugação, secagem e calandragem da roupa limpa, os eventuais reparos, a separação e o transporte da roupa limpa à rouparia ou ao setor do hospital responsável pela centralização e distribuição do enxoval aos setores da unidade. A Contratada deverá possuir lavanderia própria para processamento da roupa, dotada de condições totais a suprir a necessidade – desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados.

1.3. Para execução dos serviços supramencionados, o Contratado deverá garantir mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária.

1.4. Os serviços desta contratação são caracterizados **como serviços comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, **sob o regime de empreitada por preço unitário**.

**1.5. O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze ) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.**

1.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### **Subcontratação**

1.7. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 96291141000180-0-000137/2026;

II) Data de publicação no PNCP: [31/12/2025];

III) Id do item no PCA: [380];

IV) Classe/Grupo: [971];

V) Identificador da Futura Contratação: [380119-9/2026].

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1 A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Lei nº 14.133/2021, promovendo o uso racional de recursos naturais e a redução de impactos ambientais.

A Contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

#### **4.1.1 Programa Interno de Boas Práticas Ambientais**

A Contratada deverá promover capacitação periódica de seus colaboradores quanto:

- Ao uso racional da água;
- Ao uso eficiente de energia elétrica;
- À redução da geração de resíduos sólidos;
- Ao cumprimento da legislação ambiental vigente.

#### **a) Uso Racional da Água**

A Contratada deverá:

- Orientar seus colaboradores para evitar desperdícios;
- Adotar medidas preventivas contra vazamentos;
- Promover práticas de consumo consciente no desempenho das atividades.

#### **b) Uso Racional de Energia Elétrica**

A Contratada deverá:

- Priorizar equipamentos com maior eficiência energética;
- Realizar inspeções periódicas nos equipamentos utilizados;
- Manter adequadas condições de segurança das instalações elétricas;
- Executar manutenção preventiva e corretiva sempre que necessário.

#### **c) Gestão de Resíduos Sólidos**

A Contratada deverá:

- Segregar os resíduos gerados na execução contratual;

- Colaborar com o Programa de Coleta Seletiva do Contratante;
- Acondicionar corretamente os resíduos recicláveis e rejeitos;
- Assegurar destinação ambientalmente adequada, conforme legislação vigente.

A separação deverá observar o padrão de cores adotado pelo Contratante para coleta seletiva.

#### **d) Produtos de Limpeza**

A Contratada deverá:

- Utilizar produtos de menor toxicidade;
- Empregar produtos de forma racional, evitando desperdícios;
- Priorizar detergentes de baixa concentração e reduzido teor de fosfato;
- Considerar critérios ambientais na seleção de fornecedores.

#### **e) Controle de Ruído**

Os equipamentos utilizados na execução contratual deverão observar os limites legais de emissão sonora, conforme a Resolução CONAMA nº 20/1994.

Deverão ser priorizados equipamentos com menor nível de ruído, visando à proteção da saúde e do meio ambiente.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Não se aplica.

#### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.3. Não se aplica.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.4. Não se aplica.

#### **Garantia da contratação**

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal



cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

**V - Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.6.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.7. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

## **Vistoria**

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00 (oito) horas às 14h00 (quatorze) horas.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.1. Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. Cada visita deverá ser agendada por e-mail: [financas.htcp1@gmail.com](mailto:financas.htcp1@gmail.com) ou pelo telefone (11) 4449-4433 e poderá ser realizada até o dia imediatamente anterior à sessão pública.

4.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.12. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

A Contratada terá 3 (três) dias úteis, a contar da data de expedição da autorização dos serviços, para assumir a execução dos mesmos.

### Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s):

- **Rodovia. Prefeito Luiz Salomão Chamma, Km 43, Bairro: Vila Ramos, Franco da Rocha, S.P, CEP 07857-050.**
- **Rod. Pref. Luiz Salomão Chamma, km 45 - Bairro: Vila Ramos, Franco da Rocha - SP, 07859-340**

Os serviços serão prestados no seguinte horário: **08h00 às 16h00 horas.**

### 5.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

#### 5.1.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1.1.1. A Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar envolverá todas as etapas do processo de higienização das roupas, conforme o padrão estabelecido no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (2009).

5.1.1.2. O processamento das roupas hospitalares abrange todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, quais sejam:

- a) Coleta da roupa suja no setor de expurgo da unidade ou em locais predeterminados pelo Contratante;
- b) Pesagem da roupa suja;
- c) Recebimento, separação e classificação da roupa suja na lavanderia;
- d) Lavagem da roupa suja;
- e) Pré-secagem, secagem, calandragem e, se necessário, prensagem da roupa limpa;
- f) Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;
- g) Separação e embalagem da roupa limpa;
- h) Transporte e entrega da roupa limpa da lavanderia para o hospital; e
- i) Destinação dos resíduos decorrentes do processo de lavagem.

5.1.1.2.1. Coleta da Roupa Suja nos Locais em indicados em Anexo I.1 deste Termo.

a) Para a efetiva execução dos Serviços de Coleta e Recebimento de Roupas Hospitalares, o Contratado deverá disponibilizar na Unidade Hospitalar:

- Balança digital com marca de verificação do Inmetro, conforme legislação vigente, sem ônus para o Contratante;
- Contêineres com tampa lavável;
- Sacos hamper de tecido ou de plástico descartáveis, conforme definição do Contratante. Caso o saco hamper a ser utilizado seja o de tecido, o seu peso deve ser descontado do total de roupas para efeitos de pagamento, sendo sempre fechados e lacrados.
- Sacos hamper trelados para coleta de peças pequenas (calcinhas, cuecas, meias, top) e
- Carros-prateleiras ou do tipo gaiolas;

b) A coleta será feita no setor de expurgo das unidades ou em locais predeterminados pelo Contratante, por profissionais do Contratado devidamente treinados, uniformizados e equipados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme determina o Manual de Processamento de

Roupas de Serviços de Saúde:

Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009). A cor do uniforme utilizado para coleta de roupa suja deve ser diferente da cor do uniforme utilizado para distribuição de roupa limpa;

c) A coleta será feita com a utilização de carrinhos tipo contêiner com tampa, laváveis, com dreno para eliminação de líquidos e devidamente identificados, os quais NÃO devem servir à distribuição de roupas limpas;

d) As roupas retiradas diariamente deverão ser devidamente acondicionadas conforme as normas de biossegurança, sob supervisão da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH);

e) Os sacos hamper devem ser identificados de acordo com a unidade geradora, com o objetivo de identificar problemas setoriais com o manejo das roupas e providenciar a devolução de objetos ou resíduos sólidos de saúde, quando encontrados;

**f) A periodicidade de retirada da roupa deverá ser de 1 (uma) vez ao dia, das 8h00 às 16h00, de forma a cobrir a necessidade de roupas limpas, de segunda a sexta-feira.**

g) O transporte da roupa suja deverá ser feito por meio da “rota de roupa suja”, garantindo que em hipótese alguma haja cruzamento entre roupa limpa e roupa suja.

#### 5.1.1.2.2. Pesagem da Roupa Suja

a) O controle da roupa suja será efetuado pelo profissional designado pelo Contratante em conjunto com o Contratado. A roupa deverá ser pesada pelo Contratado na presença do profissional do Contratante;

b) Deverá ser elaborado pelo Contratado um relatório diário, informando o número de sacos recolhidos, os respectivos pesos, assim como o peso total da roupa retirada no dia, **em kg**, e a anotação das ocorrências, se houver. Esse relatório deverá ser aprovado pelo profissional do Contratante;

c) O relatório citado deverá ser emitido em 2 (duas) vias datadas, conferidas e assinadas pelos responsáveis do Contratado e do Contratante, devendo uma delas ficar com o responsável do Contratante;

d) Caso exista diferença entre a quantidade de roupas apurada pelo Contratante e pelo Contratado, utilizar-se-á, para efeitos de pagamento, aquela apurada pelo Contratante.

#### 5.1.1.2.3. Recebimento, Separação e Classificação da Roupa Suja

a) O recebimento e o acondicionamento da roupa suja na lavanderia devem obedecer aos procedimentos constantes no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009). A roupa suja deverá ser separada seguindo critérios e técnicas estabelecidos de acordo com tipo de tecido, coloração da roupa, tipo de fibra e tipo de sujidade;

b) O profissional que executa a separação da roupa deve usar os EPIs conforme determina o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009);

c) Para diminuir a contaminação dos profissionais e do ar, a roupa suja deve ser manuseada com o mínimo de agitação possível. Além disso, para evitar acidentes com objetos perfurocortantes inadvertidamente coletados, é recomendável puxar as roupas pelas pontas, cuidadosamente, sem apertar nem recolher várias peças de uma só vez;

d) Essa área deve ser provida de um recipiente rígido, resistente à ação de punctura, com tampa vedante, para o descarte de material perfurocortante, e outro recipiente com capacidade de contenção de líquidos e que seja resistente à ruptura, para o descarte de material infectante, como peças anatômicas que porventura sejam encontradas junto com a roupa suja;

e) Localizar e retirar objetos estranhos que possam estar junto com a roupa, segregar o material, acondicionar em recipiente próprio com rótulo contendo identificação do material e do serviço de saúde

gerador, e encaminhar os materiais para a unidade de origem para que seja feita a segregação e o acondicionamento do resíduo de acordo com a classificação;

f) Para a prevenção de infecções, recomenda-se que a higienização das mãos seja realizada frequentemente.

#### 5.1.1.2.4. Lavagem da Roupa Suja

a) O Contratado deverá utilizar o processo preconizado pela CCIH da unidade e presente no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009);

b) Os custos advindos do consumo de produtos químicos e demais insumos do processo de lavagem são de responsabilidade do Contratado;

c) Para os produtos químicos a serem empregados nos processamentos, suas propriedades e composição química deverão ser comprovadas mediante apresentação de documentação que as demonstre, juntamente com a comprovação de registro dos produtos na ANVISA. A qualidade do produto deverá manter o padrão de cor ou de brancura, tendo em vista que a resistência dos tecidos será testada a cada 60 (sessenta) dias. Os laudos com os resultados dos testes de durabilidade dos tecidos deverão ser entregues ao Contratante semestralmente;

d) As dosagens dos produtos a serem utilizados deverão seguir rigorosamente as instruções do fabricante, visando à garantia do serviço executado;

e) O Contratado deverá apresentar separadamente as formulações do processo de lavagem, descrevendo a operação de dosagem dos produtos, o tempo de lavagem, a temperatura da água e os procedimentos a serem realizados para sujeira pesada (sangue, fezes, vômitos e outras sujidades proteicas) e para sujeira leve (sem presença de fluidos corpóreos, sangue ou produtos químicos): Um ciclo completo de lavagem de roupa com sujidade pesada deve incluir umectação, enxágue inicial, pré-lavagem, lavagem, alvejamento, enxágues, acidulação e amaciamento; e A roupa com sujidade leve está liberada das primeiras etapas do processamento, quais sejam, umectação, primeiros enxágues e pré-lavagem, sendo seu ciclo iniciado já na etapa de lavagem.

#### 5.1.1.2.5. Pré-secagem, Secagem, Calandragem ou Prensagem da Roupa Limpa

a) A roupa deverá ser secada com a utilização de equipamentos que melhor se ajustem ao tipo de roupa e estrutura do tecido;

b) Toda roupa limpa deverá ser calandrada ou prensada a vapor, com exceção das felpudas que deverão ser entregues dobradas tecnicamente;

c) As roupas que não serão passadas na calandra deverão ser encaminhadas aos secadores, onde serão secadas conforme o tipo têxtil;

d) Recomenda-se a utilização de estrados na área de alimentação da calandra, evitando, assim, que as peças entrem em contato com o piso e sejam contaminadas.

#### 5.1.1.2.6. Reparos e Reaproveitamento de Peças Danificadas

a) As peças danificadas ou desgastadas, mas ainda dentro do padrão de aceitabilidade definido pelo Contratante, serão reparadas por costureiras do Contratado;

b) As peças que não se apresentarem de acordo com os padrões aceitos pelo Contratante deverão ser separadas, devolvidas e arroladas em 2 (duas) vias para a o departamento responsável do Contratante, constando discriminação, quantidade e justificativa;

c) É imprescindível que todas as peças submetidas a reparos sejam enviadas para um novo processo de lavagem antes de serem disponibilizadas para o Hospital de Custódia;

d) A mesma regra deve ser aplicada para peças recém-compradas ou confeccionadas na área de costura do Contratado.

#### 5.1.1.2.7. Separação e Embalagem das Roupas Limpas

- a) Na fase final do processamento das roupas, as roupas limpas devem ser dobradas e embaladas com filme plástico ou com embalagens que preservem a qualidade e a higiene dos produtos entregues, ou de acordo com as necessidades do Contratante;
- b) Conforme determinação do Contratante, as peças deverão entregues separadas por tipo de roupa e tamanho. Para as rouparias: calças e blusas, deverão ser embaladas de 5 em 5; camisetas, bermudas, de 10 em 10. Para os enxovais: toalhas, deverão ser embalados de 5 em 5; fronhas, lençóis, de 10 em 10.
- c) Os custos com embalagens são de responsabilidade do Contratado.
- d) Os cobertores deverão ser dobrados de tal forma que apareça o logo e numeração e entregues embalados e selados individualmente.

#### 5.1.1.2.8. Transporte e Entrega da Roupa Limpa à Rouparia da Unidade

- a) O tempo entre a retirada e a devolução da roupa não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas;
- b) A roupa processada deve ser entregue junto à rouparia da unidade, separada por tipos de peças e natureza de uso, de acordo com as necessidades do Contratante;
- c) O transporte da roupa limpa deverá ser realizado em carro fechado ou, no caso da roupa embalada em sacos plásticos ou em tecido, esta poderá ser transportada em carros abertos, de preferência que sejam exclusivos para esse fim;
- d) Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um profissional do Contratado e outro do Contratante. O peso da roupa limpa não deverá ser inferior ao peso do mesmo lote de roupa suja multiplicado por 1 menos o índice de sujidade definido pela Unidade Contratante. Os valores deste índice devem estar entre 8% e 15%;
- e) As roupas limpas, quando de sua entrega, deverão vir acompanhadas de relatório contendo uma relação geral, constando no rol da roupa entregue o número total de cada peça e o peso da roupa limpa, assim como a anotação de ocorrências, se houver;
- f) Os relatórios acima deverão ser emitidos em 2 (duas) vias, datados, conferidos e assinados pelos responsáveis do Contratado e do Contratante, devendo uma delas ficar com o responsável do Contratante;
- g) As roupas entregues diariamente deverão ser devidamente acondicionadas conforme as normas de biossegurança, sob a supervisão da CCIH;
- h) Cabe ao Contratado providenciar a inspeção das roupas limpas a serem entregues no intuito de minimizar inconformidades aos padrões de qualidade da roupa limpa exigidos pelo Contratante;
- i) Toda roupa limpa que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória deverá ser separada, retornando para a seção de rouparia para que seja feito, pelo Contratado, um novo processo de lavagem ou remoção de manchas e desinfecção, ficando isento de nova pesagem e não havendo ônus para o Contratante.

#### 5.1.1.2.9. Destinação dos Resíduos Decorrentes do Processo de Lavagem

- a) Em cumprimento à Política Estadual de Resíduos Sólidos de São Paulo, estipulada pela Lei estadual nº 12.300, de 2006, cabe ao Contratado responsabilizar-se pela destinação final dos resíduos sólidos decorrentes do processamento de roupas de serviço de saúde;
- b) O procedimento de recolhimento dos resíduos gerados no processo de Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar deve sempre contemplar as etapas de tratamento e disposição final, obedecendo às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como à legislação vigente;

c) O local reservado à destinação final dos resíduos deverá estar regularizado junto aos órgãos ambientais dos poderes públicos, devendo a regularidade de documentação referente à empresa e volume transportado ser devidamente apresentada ao Contratante;

d) Os resíduos sólidos de saúde, eventualmente encontrados junto com as roupas, devem ser segregados, acondicionados e devolvidos para o serviço de saúde gerador, em recipiente adequado e com rótulo contendo identificação do material e do serviço de saúde gerador, em conformidade com a Resolução RDC nº 6, de 30 de janeiro de 2012, e com o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009);

e) Além das atividades primárias, deverão ser realizadas a higienização do ambiente e de seus equipamentos, ações voltadas à prevenção de riscos e à saúde dos trabalhadores, assim como a manutenção dos equipamentos.

#### **5.1.2. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

O Contratado, além da utilização de mão de obra, produtos químicos, materiais, equipamentos (complementares aos equipamentos disponibilizados pelo Contratante, tais como balanças, contêiner com tampa lavável e carro-gaiola) e manutenção necessária para a perfeita execução dos serviços de processamento de roupas hospitalares, obriga-se a:

5.1.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, no termos da legislação vigente;

5.1.2.2. Possuir capacidade técnica operativa e profissional (equipe técnica para o processamento das roupas hospitalares), de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização e acondicionamento de toda a roupa processada, garantindo assim, a qualidade dos serviços prestados, bem como a retirada e a entrega da roupa por meio de veículos adequados, quando pertinente;

**5.1.2.3. Observar que o Contratado terá 3 (três) dias úteis, a contar da data de expedição da autorização dos serviços, para iniciar a sua execução;**

5.1.2.4. Por sua conta e responsabilidade exclusiva, utilizar toda mão de obra capacitada, instalações, máquinas e equipamentos, produtos químicos e insumos necessários para execução dos serviços ora contratados;

5.1.2.5. Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que prestarão os serviços, com observância da legislação aplicável;

5.1.2.6. Manter seus profissionais uniformizados, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e os provendo dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

5.1.2.7. Identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como balança, carrinhos e outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante;

5.1.2.8. Adquirir todo o material de consumo que utilizará na execução dos serviços contratados;

5.1.2.9. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para o suprimento de roupas limpas;

5.1.2.10. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Esses encarregados terão a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes;

5.1.2.11. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito;

5.1.2.12. Cumprir a disciplina legal vigente de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

5.1.2.13. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus profissionais;

- 5.1.2.14. Observar as normas relativas a seguro de seus profissionais contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 5.1.2.15. Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no art. 16 da Lei nº 13.874, de 2019;
- 5.1.2.16. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os produtos químicos, materiais e equipamentos (complementares aos disponibilizados pelo Contratante) em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e à legislação;
- 5.1.2.17. Manter conduta adequada na utilização dos produtos químicos, materiais e equipamentos, objetivando a correta higienização dos utensílios e das instalações, objeto da prestação dos serviços;
- 5.1.2.18. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento do Contratante;
- 5.1.2.19. Submeter-se à fiscalização permanente do(s) fiscal(is) do contrato, designado(s) pelo Contratante;
- 5.1.2.20. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução;
- 5.1.2.21. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo Contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.1.2.22. Manter em rigorosa pontualidade o pagamento de seus profissionais e observar o disposto na legislação trabalhista;
- 5.1.2.23. Utilizar veículos envolvidos na execução dos serviços preferencialmente movidos a etanol ou a Gás Natural Veicular (GNV);
- 5.1.2.24. Cumprir a legislação vigente para controle de infecções hospitalares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados;
- 5.1.2.25. Reconhecer que os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes sem que haja prejuízo para nenhuma destas, tendo por base o que dispõe a legislação vigente e aplicável à espécie;
- 5.1.2.26. Dispor de um responsável técnico com formação mínima de nível médio e capacitação em segurança e saúde ocupacional que responda perante a vigilância sanitária pelas ações ali realizadas;
- 5.1.2.27. Manter profissionais devidamente qualificados para que se possa viabilizar a construção de um mapa de risco e instaurar medidas eficazes de cunho preventivo, visando à proteção do trabalhador, dada a possibilidade de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais proporcionados nesse ambiente;
- 5.1.2.27.1. O profissional do Contratado deve estar capacitado para a execução das suas atividades no que se refere aos aspectos técnicos e operacionais, à legislação, às novas tecnologias, à prevenção e controle de infecção, e à segurança e saúde ocupacional. O treinamento do trabalhador do serviço de processamento de roupas deve conter noções fundamentais sobre a exposição aos agentes químicos, biológicos e físicos;
- 5.1.2.28. Apresentar, quando da contratação, alvará sanitário/licença de funcionamento da lavanderia hospitalar, emitido(a) pela autoridade de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e pela Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Deverá ser observado, ainda, o disposto na legislação municipal aplicável (com a incidência, no que couber, na hipótese de lavanderias estabelecidas no Município de São Paulo, da Lei municipal nº 13.725, de 2004, do Decreto municipal nº 49.969, de 2008, do Decreto municipal nº 50.079, de 2008, da Portaria SMS nº 2.215, de 2016, da Secretaria Municipal da Saúde, e da Portaria SMSUB nº 17, de 2023, da Secretaria Municipal das Subprefeituras);
- 5.1.2.28.1. O documento deverá explicitar o tipo de serviço atendido e a origem das roupas a serem processadas como “serviços de saúde”;

5.1.2.29. Informar mensalmente ao Contratante a quantidade de instrumentos perfurocortantes e outros artigos encaminhados junto com a roupa a se processada;

5.1.2.30. Caberá ao Contratado a devolução de roupas e objetos, de propriedade da Unidade Hospitalar ou dos pacientes, que porventura forem misturados à roupa hospitalar. Esses itens deverão ser devolvidos ao serviço de enfermagem por meio de protocolo;

5.1.2.31. Deverão ser rigorosamente observados os prazos de execução dos serviços previamente estabelecidos;

5.1.2.32. Caberá ao Contratado estabelecer um programa de controle das condições de higiene envolvendo processos e produtos como: análise de amostras coletadas das mãos de manipuladores de roupas limpas, superfícies que entram em contato com as roupas limpas durante seu acabamento e análise microbiológica do tecido submetido ao processo de lavagem, apresentando resultados ou laudos ao Contratante;

5.1.2.33. É responsabilidade do Contratado observar as considerações gerais e específicas sobre o assunto, conforme descrito no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009), tais como:

a) O profissional que realiza o transporte de roupa suja deve utilizar equipamento de proteção individual no momento do recolhimento da roupa, conforme preconiza o controle de infecção. Porém, ao abrir portas ou apertar botões de elevador, deve fazê-lo sem luva;

b) É obrigatório o banho com troca de roupa no término do trabalho para todos os trabalhadores da área suja;

c) Na separação, as peças de roupa devem ser cuidadosamente abertas, puxando-as pelas pontas sem apertar, para a verificação e retirada de objetos estranhos, como instrumentais, artigos perfurocortantes, de uso pessoal, tecidos humanos etc., provenientes da unidade geradora e que foram encaminhados misturados com a roupa suja. Além disso, devem ser manuseadas com o mínimo de agitação;

d) A frequente higienização das mãos pelos profissionais que manuseiam a roupa suja é essencial para a prevenção de infecções;

e) A circulação de um profissional entre as áreas limpa e suja deve ser evitada. A passagem da área suja para a limpa deve ser precedida de banho;

f) É recomendável a utilização de proteção para os pés ou sapatos e de estrados na área de alimentação da calandra para evitar que lençóis e outras peças grandes entrem em contato com o piso;

g) A roupa limpa deve ser manuseada somente quando necessário e com prévia higienização das mãos;

h) A roupa limpa não deve ser transportada manualmente, pois poderá ser contaminada com microrganismos presentes nas mãos ou nas roupas dos profissionais;

i) Tanto na área suja quanto na área limpa da unidade de processamento é obrigatória a instalação de lavatórios ou pias para higienização das mãos;

j) Na manipulação dos saneantes, principalmente em unidades de processamento de roupas que não possuem sistema automatizado de dosagem e distribuição dos saneantes, é fundamental o uso de equipamentos de proteção individual e que sejam seguidas as orientações quanto aos riscos químicos;

k) Os profissionais da unidade de processamento de roupas hospitalares devem receber constantemente orientações referentes ao modo de transmissão de doenças e controle de infecções;

l) A segurança do ambiente da unidade de processamento de roupas está ligada à sua área física, à manutenção dos equipamentos, às máquinas e sistemas, ao controle dos riscos físicos (temperatura ambiental, ruído, vibração, níveis de iluminação, umidade e ventilação), ao controle da exposição aos produtos químicos utilizados, à ergonomia e aos agentes biológicos provenientes da roupa suja, de instrumentos e de resíduos de serviços de saúde que porventura venham misturados a ela;

5.1.2.34. Submeter à apreciação do Contratante o resultado final do processamento, para avaliação da eficiência e eficácia dos processos utilizados;



5.1.2.35. Apresentar listagem de seus fornecedores, produtos e marcas utilizados, com fichas técnicas, no ato da assinatura do contrato e sempre que solicitado pelo Contratante;

5.1.2.36. Apresentar Manual de Procedimentos da Lavanderia, no ato da assinatura do contrato, contendo todas as rotinas operacionais identificadas abaixo:

- Organograma da empresa/sociedade, quadro de pessoal, qualificação, atribuição e jornada de trabalho;
- Fluxograma da roupa na lavanderia;
- Descrição de uniformes;
- Descrição de EPIs;
- Descrição dos procedimentos da empresa/sociedade em relação à saúde dos seus profissionais, tais como programa médico de prevenção, vacinação, orientação, tratamentos etc.;
- Conteúdo programático do programa de desenvolvimento de capacitação profissional;
- Tempo aplicado no processamento das roupas;
- Descrição das rotinas de limpeza da lavanderia, bem como a frequência com que ocorrerá o evento;
- Descrição dos equipamentos utilizados para circulação das roupas nas dependências das unidades;
- Descrição e passo a passo dos processos de lavagem, para cada tipo de roupa e grau de sujidade; e
- Tratamento e destinação dos resíduos sólidos do processo de lavagem;

5.1.2.37. Apresentar semestralmente laudo com os resultados dos:

- Testes bacteriológicos do meio ambiente e da água de abastecimento da lavanderia;
- Testes de durabilidade dos tecidos; e
- Testes de pH de produtos e da água;

5.1.2.38. Manter arquivo de exames admissionais, periódicos, demissionais, de mudanças de riscos ocupacionais, e de retorno ao trabalho, nos termos da Norma Regulamentadora nº 7, com a redação atualmente vigente, em conformidade com os atos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego;

5.1.2.39. Cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho, inclusive, nas hipóteses em que for exigido pela respectiva legislação, estabelecer Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), com o conteúdo mínimo determinado pelas Normas Regulamentadoras nº 1 e 9, com a redação atualmente vigente, em conformidade com os atos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego;

5.1.2.40. Manter registro de segurança e saúde ocupacional, nos termos da Norma Regulamentadora nº 32, com a redação atualmente vigente, em conformidade com os atos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego;

5.1.2.41. Manter uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), conforme dispõe a Norma Regulamentadora nº 5, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho, com suas alterações, em caso de a unidade de processamento de roupas possuir número de colaboradores que se enquadre em hipótese de obrigatoriedade de manutenção de CIPA;

5.1.2.42. Manter registro da caldeira, caso o serviço possua, conforme preconiza a Norma Regulamentadora nº 13 do Ministério do Trabalho, que compõe a Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, com suas alterações;

5.1.2.43. Manter registro e aprovação nos órgãos competentes (meio ambiente, defesa civil, prefeitura, entre outros);

5.1.2.44. Manter alvará sanitário/licença de funcionamento da Unidade de Processamento de Roupas do Licitante, emitido(a) pela autoridade de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e pela Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Deverá ser observado, ainda, o disposto na legislação municipal aplicável (com a incidência, no que couber, na hipótese de lavanderias estabelecidas no Município de São Paulo, da Lei municipal nº 13.725, de 2004, do Decreto municipal nº 49.969, de 2008, do Decreto municipal nº 50.079, de 2008, da Portaria SMS nº 2.215, de 2016, da Secretaria Municipal da Saúde, e da Portaria SMSUB nº 17, de 2023, da Secretaria Municipal das Subprefeituras). O documento deverá explicitar o tipo de serviço atendido e a origem das roupas a serem processadas como “serviços de saúde”;

5.1.2.45. Observar o disposto na Resolução RDC nº 647, de 25 de março de 2022, da ANVISA.

### **5.1.3. RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS A SEREM OBSERVADAS PELO CONTRATADO**

Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus profissionais para redução de consumo de energia elétrica e de água, e para redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

#### **a) Uso Racional da Água**

O Contratado terá que capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso da água. Essa capacitação poderá ser feita por meio do curso virtual oferecido pela SABESP.

Os conceitos deverão ser repassados para a equipe por meio de multiplicadores;

#### **b) Uso Racional de Energia Elétrica**

O Contratado deve manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

O Contratado deve verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos, sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas;

O Contratado deve realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos aparelhos e equipamentos elétricos;

#### **c) Redução de Produção de Resíduos Sólidos**

Promover a implantação de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos;

O Contratado deve colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante;

**No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, o Contratado deverá observar as seguintes regras:**

##### **- Materiais não recicláveis:**

São todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e são denominados “rejeitos”, como lixo de banheiro (papel higiênico e lenço de papel), cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares, trapos e roupas sujas, toco de cigarro, cinza e ciscos (segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada), acrílico, lâmpadas fluorescentes (acondicionadas em separado), papéis plastificados, metalizados ou parafinados, papel carbono e fotografias, fitas e etiquetas adesivas, copos descartáveis de papel, espelhos, vidros planos e cristais, e pilhas (acondicionadas em separado e enviadas para o fabricante);

##### **- Materiais recicláveis:**

Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores: VERDE para vidro, AZUL para papel, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico e BRANCO para lixo não reciclável. Os recipientes deverão ser disponibilizados pelo Contratante e todo o material coletado deverá ter destinação em conformidade com a legislação em vigor;

#### **d) Produtos de Lavagem e Saneantes Domissanitários**

Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos de lavagem e de higienização;

Utilizar racionalmente os produtos adotados, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade e ausência de corantes;

Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas;

Recomenda-se que o Contratado utilize produtos detergentes de baixa concentração e baixo teor de fosfato;

#### **e) Poluição Sonora**

Para os equipamentos utilizados que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (Db-A), conforme Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

### **5.1.4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

O Contratante responsabiliza-se por:

5.1.4.1. Exercer a fiscalização dos serviços por técnico(s) especialmente designado(s);

5.1.4.2. Expedir autorização de serviços com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de início de sua execução, na qual estará(ão) indicado(s) o(s) posto (s) a ser(em) coberto(s) com a coleta e o suprimento de roupas;

5.1.4.3. Efetuar os pagamentos devidos de acordo com o estabelecido no contrato;

5.1.4.4. Facilitar, por todos os seus meios, o exercício das atividades do Contratado, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre os seus profissionais e os profissionais do Contratado, e cumprindo as obrigações estabelecidas no Termo de Referência;

5.1.4.5. Prestar aos profissionais do Contratado informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;

5.1.4.6. Orientar a equipe de saúde a tomar cuidados para evitar que objetos perfurocortantes, instrumentos ou outros artigos que possam causar danos aos envolvidos ou aos equipamentos sejam deixados juntamente com a roupa suja nos sacos de coleta, utilizando-se, para este fim, do instrumento para acompanhamento da sua evolução, conforme apresentado em Anexo do Edital.

## **5.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ADICIONAIS CARACTERÍSTICAS DO MODELO DA CONTRATAÇÃO - MODELO B: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATADO (“EXTERNA”)**

### **5.2.1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

5.2.1.1. A prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar envolve o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob situações higiênico-sanitárias adequadas, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

5.2.1.2. A Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências do Contratado (Lavanderia Externa), onde a roupa será processada e entregue.

5.2.1.3. O objeto inclui a coleta e o transporte da roupa suja do setor de expurgo do hospital até as dependências do Contratado, o recebimento e a lavagem da roupa suja na lavanderia, a secagem e a calandragem da roupa limpa, a separação e o transporte da roupa limpa à rouparia ou ao setor do hospital responsável pela centralização e distribuição do enxoval aos setores da unidade.

5.2.1.4. O Contratado deverá possuir lavanderia própria para processamento da roupa e ser dotado de condições necessárias para suprir as necessidades de desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada, de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e a entrega da roupa por meio de veículos adequados.

### **5.2.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.2.2.1. O processamento das roupas hospitalares será executado nas instalações do Contratado (Lavanderia Externa).

5.2.2.2. Integra o processamento das roupas hospitalares nas dependências do Contratado todas as etapas mencionadas nas disposições de título “Descrição dos Serviços” das Especificações Técnicas Gerais. Entretanto, em razão da execução do processo de lavagem ser realizado fora dos domínios do Contratante, a Prestação do Serviço de Lavanderia Externa demandará a utilização de veículo motorizado em decorrência do deslocamento da roupa suja até a lavanderia, bem como do deslocamento da roupa limpa até a Unidade Hospitalar.

5.2.2.3. Assim, o processamento de roupas de saúde em Lavanderia Externa é compreendido por:  
Coleta da roupa suja no setor de expurgo da unidade;

***Pesagem da roupa suja;***

Transporte da roupa suja para as dependências do Contratado, atentando-se para as seguintes recomendações:

- O transporte da roupa suja do Contratante até as dependências do Contratado deverá ser feito por veículo adequado e devidamente adaptado à natureza da carga;
  - Os veículos envolvidos na execução dos serviços deverão ser preferencialmente movidos a etanol ou a Gás Natural Veicular (GNV);
  - O Contratado tem a obrigação de manter o veículo em bom estado e realizar as manutenções preventiva e corretiva julgadas como necessárias para o bom funcionamento dele e para a prevenção de potenciais acidentes;
  - O Contratado obriga-se, ainda, a providenciar, às suas expensas, a lavagem dos veículos com a utilização de produtos químicos que promovam a plena higienização e descontaminação de agentes nocivos à saúde; e
  - O veículo utilizado no transporte externo deve possuir sua área de carga isolada da área do motorista e de outros ocupantes;
- Recebimento, separação e classificação da roupa suja na lavanderia;

#### ***Lavagem da roupa suja;***

Pré-secagem, secagem, calandragem e, se necessário, prensagem da roupa limpa;

Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;

Separação e embalagem da roupa limpa;

Transporte e entrega da roupa limpa, da lavanderia para o hospital:

- A roupa limpa deverá ser transportada à Unidade Contratante em veículo adequado e devidamente adaptado à natureza da carga, possuindo área de carga isolada da área do motorista e de outros ocupantes. Adicionalmente, o veículo deve estar devidamente higienizado para evitar a contaminação da roupa limpa, em conformidade com a legislação vigente;

Destinação dos resíduos decorrentes do processo de lavagem.

### **5.2.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

As obrigações e responsabilidades do Contratado para a prestação dos serviços de lavanderia externa incluem as estabelecidas nas Especificações Técnicas Gerais. Além destas, acrescentam-se as seguintes obrigações e responsabilidades do Contratado:

5.2.3.1. O Contratado deverá se responsabilizar pela adequação dos processos de lavagem utilizados, sempre que comprovadamente se fizer necessário, e sem ônus para o Contratante;

5.2.3.2. Fica reservado ao Contratante o direito de visitas às dependências do Contratado para a fiscalização, sempre que julgar necessário, devendo agendar vistorias técnicas e podendo utilizar instrumento disponibilizado pela ANVISA para esta finalidade, apresentado em Anexo do Edital;

5.2.3.3. Ficam a cargo do Contratado as despesas com a correta destinação dos resíduos sólidos, segundo legislação vigente. Os resíduos sólidos de saúde eventualmente encontrados junto com as roupas devem ser segregados, acondicionados e devolvidos para o serviço de saúde gerador, em recipiente adequado e com rótulo contendo identificação do material e do serviço de saúde gerador, em conformidade com a Resolução RDC nº 6, de 30 de janeiro de 2012, e com o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009).

5.2.3.4 - Fica a cargo do Contratado a responsabilidade do aferimento / calibragem da balança a cada 12 (doze) meses.

### **5.2.4. RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS A SEREM OBSERVADAS PELO CONTRATADO**

Sobre essa matéria, aplica-se à lavanderia externa a disciplina das disposições de mesmo título das Especificações Técnicas Gerais.

## **5.2.5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

O Contratante responsabiliza-se por:

5.2.5.1. Exercer a fiscalização dos serviços por técnico(s) especialmente designado(s);

5.2.5.2. Expedir Autorização de Serviços com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de início de sua execução, na qual estará(ão) indicado(s) o(s) posto (s) a ser(em) coberto(s) com a coleta e o suprimento de roupas;

5.2.5.3. Disponibilizar área para retirada, expurgo, entrega e armazenamento do enxoval a ser fornecido, de acordo com a legislação aplicável vigente;

5.2.5.4. Inspecionar os materiais de consumo, os produtos químicos empregados no processamento das roupas, a qualidade do processamento e a integridade do enxoval da unidade;

5.2.5.5. Notificar o Contratado de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

5.2.5.6. Efetuar os pagamentos devidos, no prazo contratual e de acordo com o estabelecido no contrato;

5.2.5.7. Facilitar, por todos os seus meios, o exercício das atividades do Contratado, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus profissionais e os do Contratado e cumprindo as obrigações estabelecidas no Termo de Referência;

5.2.5.8. Prestar aos profissionais do Contratado informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;

5.2.5.9. Orientar a equipe de saúde a tomar cuidado para evitar que objetos perfurocortantes, instrumentos ou outros artigos que possam causar danos aos envolvidos ou aos equipamentos sejam deixados juntos à roupa suja nos sacos de coleta, utilizando-se, para este fim, do instrumento para acompanhamento da sua evolução, conforme apresentado em Anexo do Edital.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. Não se aplica;

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

**6.16.1** . Verificação da correta coleta, separação, transporte, processamento, higienização, secagem, passagem, dobra e devolução das roupas hospitalares, observando-se as normas sanitárias vigentes;

**6.16.2** . Conferência quantitativa e qualitativa do enxoval processado, com registro de eventuais avarias, extravios ou não conformidades;

**6.16.3** . Avaliação do cumprimento dos prazos de coleta e devolução estabelecidos contratualmente;

**6.16.4** . Fiscalização do uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pelos empregados da Contratada;

**6.16.5** . Verificação do cumprimento dos protocolos de biossegurança e das rotinas de controle de infecção;

**6.16.6** . Registro formal das ocorrências, falhas ou irregularidades constatadas, com a devida comunicação à Contratada para providências;

**6.16.7** . *Ao Contratante é assegurada a fiscalização dos serviços contratados, de forma a acompanhar a execução contratual para assegurar o efetivo cumprimento do escopo contratado, cabendo-lhe efetivar avaliação periódica das atividades desenvolvidas pelo Contratado; ( CADTERC pg.37)*

**6.16.8** . *A autoridade competente do Contratante poderá solicitar ao preposto do Contratado o reparo/correção de eventual imperfeição na execução dos serviços. (CADTERC pg.37)*

6.17. *A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante. (CADTERC pg.37)*

6.18. *A ausência de comunicação, por parte do Contratante, referente a irregularidades ou falhas, não exime o Contratado do regular cumprimento das obrigações previstas no Termo de Referência e no contrato. (CADTERC pg. 37 e 38)*

6.19. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

### **Fiscalização Administrativa**

6.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.22. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.23. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.24. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.25. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.26. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.27. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.28. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia hospitalar, conforme previsto no Anexo VIII do Edital para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Aplica-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida na Avaliação da Qualidade dos Serviços. Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos em Anexo do Edital não tenha produzido os resultados acordados.

7.2. O Contratante executará mensalmente a medição dos serviços considerando a quantidade de serviços efetivamente executados, descontando-se do valor devido, quando houver, as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis à Contratada, bem como percentual decorrente de avaliação da qualidade dos serviços, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato e no Edital.

### Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 dias , pelo (s) fiscal (is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando 02 (DOIS) DIAS verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133 e Decreto estadual nº , de 2021 arts. 17, X, e 18, VI, do 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará mensalmente , o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 .

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao Sicafe on-line ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **Contratado no Banco do Brasil S/A**.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a nota de empenho para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Sociedade empresária** : inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.7. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso ;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.20.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.20.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.20.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.21. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

8.22. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.22.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso ;

8.23.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.23.1.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na Prestação de Serviços Similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

8.23.1.2. Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (CINQUENTA POR CENTO) dos serviços a serem contratados;

8.23.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.23.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos ;

8.24. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

### **Outras comprovações**

8.25. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 671.700,00** (seiscentos e setenta e um mil e setecentos reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado .

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 00001/380119;
- II) Fonte de Recursos: 150081002;
- III) Programa de Trabalho: 10421381561390000;
- IV) Elemento de Despesa: 339039.41;
- V) Plano Interno: 09/2026

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro (s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SUZAN MULLER CAMPOS**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 15:57:14.*

**RAFAEL DA SILVA MOURA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 15:58:49.*



## ANEXO I

### Tabela de Quantitativos e Locais

#### 1. QUANTITATIVOS MENSAIS ESTIMADOS

A tabela a seguir mostra as quantidades médias mensais de roupas sujas:

Item	Descrição	Unidadede Medida	Quantidade Mensal	Meses	Quantidade Total 15 meses
1	V10- PROCESSAMENTO DE ROUPA - LAVANDERIA EXTERNA, DE 5.001 A 10.000 KG /MES	kg	10.000	15	150.000

#### 2.LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços de lavanderia hospitalar objeto do presente contrato deverão ser prestados nas seguintes unidades:

##### UNIDADE Nº 1

##### UNIDADE

a) Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Prof. André Teixeira Lima”  
de Franco da Rocha

##### ENDEREÇO:

Rodovia Luiz Salomão Chama, Km 43, Vila Ramos- Franco da Rocha/SP

##### UNIDADE Nº 2

##### UNIDADE

b) Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II de Franco da Rocha-SP

##### ENDEREÇO:

Rodovia Luiz Salomão Chama, Km 45, Vila Ramos, Franco da Rocha-SP.



# SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

## VOLUME 10



### Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar

[compras.sp.gov.br](http://compras.sp.gov.br)





## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I – ORIENTAÇÕES GERAIS.....</b>	<b>4</b>
1. PREFÁCIO .....	6
2. INSTRUÇÕES GERAIS .....	7
3. INSTRUÇÕES SOCIOAMBIENTAIS ESPECÍFICAS .....	11
4. MINUTAS PADRONIZADAS .....	12
<b>CAPÍTULO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>14</b>
A. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA .....	16
B. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO .....	50
C. ESPECIFICAÇÕES PARA O MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA .....	52
D. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR.....	54
E. INSTRUMENTO DISPONIBILIZADO PELA ANVISA PARA REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA À LAVANDERIA .....	84
F. FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DE OBJETOS PERFUROCORTANTES, INSTRUMENTOS E OUTROS ARTIGOS ENCAMINHADOS COM A ROUPA SUJA.....	87
<b>CAPÍTULO III – VALORES REFERENCIAIS .....</b>	<b>88</b>
<b>CRÉDITOS.....</b>	<b>156</b>



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modelo de planilha para definição de enxoval disponível e a ser disponibilizado .....	42
Quadro 2: Estimativa dos preços referenciais (R\$/kg) segundo os tipos de processamento por faixas de volume (kg/mês) e posto de trabalho .....	94
Quadro 3: Composição dos preços referenciais (R\$/kg) segundo os tipos de processamento por rubricas de custos .....	95
Quadro 4: Categorias consideradas nos custos de mão de obra e suas respectivas convenções coletivas de trabalho .....	96
Quadro 5: Resumo dos custos de mão de obra .....	96
Quadro 6: Custos de mão de obra – Auxiliar de lavanderia – Área limpa .....	97
Quadro 7: Custos de mão de obra – Auxiliar de lavanderia – Área suja .....	98
Quadro 8: Custos de mão de obra – Operador de caldeira .....	99
Quadro 9: Custos de mão de obra – Líder de lavanderia – Área suja/limpa .....	100
Quadro 10: Custos de mão de obra – Costureira .....	101
Quadro 11: Custos de mão de obra – Motorista .....	102
Quadro 12: Custos de mão de obra – Ajudante de transportes .....	103
Quadro 13: Custos de mão de obra – Equipe de manutenção .....	104
Quadro 14: Dimensionamento de pessoal e custo unitário mensal (R\$) para prestação de serviços de lavanderia por categoria profissional, segundo tipo de processamento .....	105
Quadro 15: Custo mensal (R\$) para prestação do serviço de lavanderia por categoria profissional, segundo tipo de processamento .....	105
Categoria Profissional .....	105
Lavanderia Interna (R\$) .....	105
Lavanderia Externa (R\$) .....	105
Lavanderia Externa com Locação de Enxoval .....	105
(R\$) .....	105
Quadro 16: Custos de equipamentos – Lavadora extratora 100 kg .....	107
Quadro 17: Custos de equipamentos – Lavadora extratora 50 kg .....	108
Quadro 18: Custos de equipamentos – Secadora a vapor 100 kg .....	109
Quadro 19: Custos de equipamentos – Calandra Monoroll (8 kW) com dobradeira – 70 kg/h ..	110
Quadro 20: Custos de equipamentos – Caldeira de 1 ton./hora – 3,75 kW .....	110
Quadro 21: Custos de equipamentos – Compressor 4 kW de 200 l e 20 pés .....	111
Quadro 22: Custos de equipamentos – Lavador de gases – 7,5 kW .....	111
Quadro 23: Custos de equipamentos – Estação de tratamento de águas cinzas .....	112
Quadro 24: Custos de equipamentos – Balança .....	112
Quadro 25: Custos de equipamentos – Contêiner com tampa lavável .....	113
Quadro 26: Custos de equipamentos – Carro-gaiola/R-Trans .....	113
Quadro 27: Custos de equipamentos – Máquina de costura .....	114
Quadro 28: Custos com espaço físico (instalações) .....	114
Quadro 29: Resumo dos custos com equipamentos e instalações por tipos de processamento .....	115
Quadro 30: Parâmetros de cálculo e custos com produtos químicos para lavagem .....	115
Quadro 31: Parâmetros de cálculo para custos com embalagem .....	116
Quadro 32: Custos de embalagens de roupas para lavanderia .....	116
Quadro 33: Parâmetros e consumos considerados nos cálculos de custos de transportes .....	117
Quadro 34: Custos mensais fixos com transportes .....	117
Quadro 35: Custos mensais variáveis com transportes .....	117
Quadro 36: Custo total mensal com transportes .....	118
Quadro 37: Custos mensais com fornecimento de enxoval – Hotelaria .....	119
Quadro 38: Dimensionamento do peso do enxoval em quilogramas (kg) – Hotelaria .....	120
Quadro 39: Custos mensais com fornecimento de enxoval – Centro cirúrgico .....	121
Quadro 40: Dimensionamento do peso do enxoval em quilogramas (kg) – Centro cirúrgico ....	122
Quadro 41: Parâmetros de cálculo e custos mensais com itens diversos .....	123
Quadro 42: Parâmetros de cálculo para serviços de gerenciamentos e controle de enxoval ....	124
Quadro 43: Custos do posto de trabalho para os serviços de gerenciamentos e controle de enxoval .....	125



Quadro 44: Modelo de planilha de orçamento – exemplo de utilização dos valores referenciais .....	126
Quadro 45: Preços de referência para uniformes e EPIs.....	129
Quadro 46: Quantidade de horas necessárias para manutenção dos equipamentos .....	131
Quadro 47: Coeficientes para trocas de fluidos e lubrificantes .....	137
Quadro 48: Parâmetros para cálculo do BDI.....	155

# CAPÍTULO I



**Orientações Gerais para  
Elaboração dos Artefatos da  
Fase Interna da Licitação**



# CAPÍTULO I ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ARTEFATOS DA FASE INTERNA DA LICITAÇÃO

## 1. PREFÁCIO

As roupas hospitalares representam todo e qualquer tecido utilizado dentro do ambiente hospitalar que necessita passar por um processo de lavagem e secagem para sua reutilização. As roupas hospitalares incluem, entre outros: lençóis, fronhas, cobertores, toalhas, colchas, cortinas, roupas de pacientes e de profissionais, fraldas em tecido, compressas, campos cirúrgicos, máscaras, aventais, gorros e panos de limpeza. Com esses exemplos, percebe-se a grande variedade de material de diversas origens e diferentes utilizações, compreendendo sujidades e contaminações das roupas utilizadas dentro dos hospitais.

As roupas hospitalares se diferem daquelas utilizadas em outros tipos de instituições ou residências pelo volume e, principalmente, por serem itens que apresentam contaminação com sangue, secreções ou excreções em maior quantidade.

Uma lavanderia hospitalar tem o objetivo de transformar toda a roupa suja ou contaminada utilizada no hospital em roupa limpa. Este processo é extremamente importante para o bom funcionamento do hospital em relação à assistência direta ou indireta prestada ao paciente. O processamento de roupas hospitalares deve ser dirigido de forma que a roupa não se apresente como um veículo de irritação, infecção ou mesmo contaminação aos pacientes e trabalhadores.

Por estar conjecturado com a execução de atividades que envolvem riscos à saúde do trabalhador, do usuário e ao meio ambiente, o setor que abrange as empresas de lavanderia hospitalar é alvo da ação de regulação da vigilância sanitária.

Os comandos legais pertinentes à lavanderia estão contidos no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos<sup>1</sup> (2009), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que atualiza o Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde (1986), congregando instrumentos normativos elaborados com a finalidade de atender aos seguintes requisitos:

- Controle das infecções;
- Recuperação, conforto e segurança do paciente;
- Facilidade, segurança e conforto da equipe de trabalho;
- Racionalização de tempo e material; e
- Redução dos custos operacionais.

O Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos (2009) realizou a alteração na nomenclatura “Lavanderia Hospitalar” para “Unidade de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde”, tendo em vista que tanto hospitais quanto os demais serviços que utilizam algum tipo de roupa ou têxtil na assistência à saúde necessitam submetê-las ao processamento especializado e com profissionais capacitados, sendo, portanto, normatizado pelo referido instrumento.

<sup>1</sup> Disponível em: < <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-processamento-de-roupas-de-servicos-de-saude-prevencao-e-controle-de-riscos.pdf>>.



O objetivo do presente caderno consiste em apresentar as diretrizes elementares que vislumbram a contratação dos serviços de lavanderia hospitalar sob o prisma de diferentes estruturas de custos, representadas por 3 (três) modelos de prestação de serviços, definidos da seguinte forma:

- A. Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências da Unidade Contratante (**Lavanderia Interna**);
- B. Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências do Contratado (**Lavanderia Externa**); e
- C. Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências do Contratado com Locação de Enxoval (**Lavanderia Externa com Locação de Enxoval**).

## 2. INSTRUÇÕES GERAIS

- 2.1. **Recomenda-se a utilização da seguinte nomenclatura nas contratações: Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar.**
- 2.2. **A lavanderia hospitalar é um setor de apoio que tem como finalidade coletar, pesar, separar, processar, reparar e distribuir roupas em condições de uso, higiene, quantidade, qualidade e conservação a todas as unidades do serviço de saúde.**
- 2.3. **O processamento das roupas hospitalares compreende todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde sua utilização até seu retorno em condições ideais de reuso, passando pelos seguintes procedimentos:**
  - a) Para Lavanderia Interna:
    - Coleta da roupa suja no setor de expurgo da unidade ou em locais predeterminados pelo Contratante;
    - Pesagem da roupa suja;
    - Recebimento, separação e classificação da roupa suja;
    - Lavagem e centrifugação da roupa suja;
    - Pré-secagem, secagem, calandragem e, se necessário, prensagem da roupa limpa;
    - Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;
    - Separação e embalagem da roupa limpa; e
    - Transporte e entrega da roupa limpa na rouparia do hospital.
  - b) Para Lavanderia Externa:
    - Coleta da roupa suja no setor de expurgo da unidade ou em locais predeterminados pelo Contratante;
    - Pesagem e retirada da roupa suja;
    - Transporte da roupa suja para as dependências do Contratado;
    - Recebimento, separação e classificação da roupa suja na lavanderia;
    - Lavagem da roupa suja;



- Pré-secagem, secagem e calandragem da roupa limpa;
  - Reparos e reaproveitamento de peças danificadas; e
  - Separação e embalagem da roupa limpa.
- 2.4. No caso de Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar Interna, a Unidade Contratante deve possuir equipamentos compatíveis com um sistema eficiente de processamento de roupas.
- 2.5. Para a Prestação de Serviços de Lavanderia Externa com Locação de Enxoval, o processamento da roupa compreende ainda o Serviço de Gerenciamento e Controle de Enxoval, que abrange as seguintes atividades adicionais:
- Coleta em todos os setores/andares da Unidade Contratante;
  - Entrega da roupa limpa nas rouparias de todos os setores/andares da Unidade Contratante;
  - Controle diário de roupas, montagem e distribuição dos kits de acordo com o mapa/censo diário de internação/ocupação dos leitos, a ser fornecido pelo serviço de enfermagem;
  - Controle e verificação da necessidade de reposição de enxoval; e
  - Organização das rouparias nos andares.
- 2.6. Na Locação de Enxoval Hospitalar é obrigatório que ele esteja em perfeitas condições de uso, tanto por estar dentro de sua vida útil, quanto pelo fato de ter passado pelo processamento adequado.
- 2.7. O enxoval de roupas hospitalares da unidade deverá estar descrito em uma Relação do Enxoval de Roupas Hospitalares, a ser disponibilizada com as seguintes informações: tipo de roupa, tamanhos e medidas, tecidos, cores e quantidades de cada peça e seus respectivos preços unitários (modelo ilustrativo disponível no Quadro 1 do Modelo C do tópico II do Capítulo II).
- Obs.: Esse quadro deverá ser elaborado muito próximo à data da publicação do edital da licitação, tendo em vista a grande oscilação dos quantitativos das roupas.
- 2.8. A Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar deve seguir as boas práticas de funcionamento para as unidades de processamento de roupas de serviços de saúde, estabelecidas na Resolução RDC nº 6, de 30 de janeiro de 2012, observando, em especial, que:
- As lavanderias devem possuir licença de funcionamento atualizada, em conformidade com a legislação sanitária, afixada em local visível ao público;
  - As lavanderias internas só podem processar roupas provenientes do Serviço de Saúde;
  - As lavanderias externas podem processar roupas além das provenientes do Serviço de Saúde, entretanto, seu ciclo deve ser separado;
  - Os equipamentos, quando pertinentes, e os produtos saneantes utilizados devem estar regularizados junto à ANVISA;



- A unidade deve manter o registro das manutenções e o monitoramento de todos os equipamentos;
  - A lavagem das vestimentas dos trabalhadores de coleta e da sala de recebimento de roupa suja deve ser realizada na própria unidade de processamento de roupas;
  - Deve ser promovida capacitação para todos os profissionais envolvidos diretamente na prestação de serviços antes do início do contrato e de forma permanente, em conformidade com as atividades desenvolvidas. O conteúdo mínimo das capacitações deve contemplar:
    - As etapas do processamento de roupas de serviços de saúde;
    - Segurança e saúde ocupacional;
    - Prevenção e controle de infecção; e
    - Uso de produtos saneantes.
- 2.9. As unidades de processamento de roupas de serviços de saúde devem possuir um profissional responsável pela coordenação da unidade.
- 2.10. A unidade de medida utilizada para a contratação dos serviços deverá ser o quilograma (kg) de roupa coletada, tendo em vista a facilidade de administração e gerenciamento do contrato e a consequente padronização no âmbito do Estado. No que se refere ao posto de Gerenciamento de Enxoval, utiliza-se a unidade de posto/mês.
- 2.11. A coleta de roupa suja e a entrega de roupa limpa deverão ser realizadas em horários que atendam à demanda da Unidade Contratante e que estejam de acordo com as especificações técnicas listadas neste estudo.
- 2.12. Deverão estar claramente definidas as áreas de coleta da roupa suja e entrega da roupa processada, seguindo as especificações técnicas apresentadas neste estudo.
- 2.13. As especificações técnicas, os critérios para composição de preços, os encargos sociais e trabalhistas, os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e os critérios de reajustamento de preços foram desenvolvidos considerando dados históricos do Estado de São Paulo e a legislação vigente até a publicação deste caderno técnico.
- 2.14. Foram pesquisadas e aplicadas todas as legislações pertinentes à Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar, incluindo as legislações específicas, aquelas referentes às licitações e contratos, os encargos trabalhistas, previdenciários e tributário/fiscal, bem como os dissídios das Convenções Coletivas das Categorias Profissionais.



- 2.15. Os valores referenciais apresentados neste estudo, que deverão ser utilizados como parâmetro de aceitabilidade dos preços ofertados, foram obtidos com base no desenvolvimento de composição de preços, que buscou refletir as exigências contidas nas especificações técnicas e na legislação vigente. Para a composição de preços foram utilizados parâmetros de produtividade e custos médios obtidos no mercado com mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, materiais, equipamentos, transporte e demais insumos necessários à execução dos serviços, acrescidos da taxa de BDI, que engloba todos os custos e despesas indiretas, tributos, impostos e a taxa de lucro do Contratado.
- 2.16. Nas hipóteses de contratação com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, os preços poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, nos termos do art. 135 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.17. Nas hipóteses de contratação sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância de mão de obra, aplica-se a disciplina de reajustamento em sentido estrito, nos termos do inciso IV do art. 2º do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, com a estipulação em edital do índice IPC-FIPE - Índice de Preços ao Consumidor elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.
- 2.18. Como as exigências estabelecidas nas especificações técnicas são, em princípio, de uso comum aos órgãos da Administração Pública Estadual e são de cunho abrangente, as especificidades dos Serviços de Lavanderia Hospitalar que se apresentem como importantes para cada Contratante deverão ser consideradas tanto na adaptação das especificações técnicas como na composição dos respectivos preços dos serviços.
- 2.19. Necessidades específicas não contempladas nas especificações técnicas ou itens originalmente agregados que se apresentem como excessivos em uma determinada contratação implicarão ajustes e adaptações, pelos próprios órgãos, nas correspondentes composições de preços constantes neste volume.
- 2.20. Este procedimento é extensivo a situações diferenciadas nas diversas regiões do Estado, a exemplo dos valores de piso salarial regional, vale-transporte, entre outros.
- 2.21. As especificações técnicas constantes neste volume deverão, obrigatoriamente, estar adequadas às modificações de composição de preços tratadas no item anterior.
- 2.22. As especificações técnicas poderão, ainda, sofrer adaptações para atender às peculiaridades de cada órgão da Administração, desde que não alterem a composição dos preços dos serviços.
- 2.23. Recomenda-se o período de 30 (trinta) meses para a vigência inicial dos contratos.
- 2.24. Encontram-se presentes neste estudo, no tópico D do Capítulo II, ferramentas integrantes do procedimento “Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar”, a serem utilizadas na gestão contratual.
- 2.25. Este estudo aplica-se às seguintes alternativas de situações que demandem a contratação de serviços contínuos de lavanderia hospitalar: (i) hipóteses do modelo A (nas dependências da Unidade Contratante – “Interna”), enquadradas como serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;



ou (ii) hipóteses do modelo B (nas dependências do Contratado – “Externa”), enquadradas como serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância de mão de obra; ou (iii) hipóteses do modelo C (nas dependências do Contratado – “Externa”, com locação de enxoval), que podem ser enquadradas como serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou sem regime de dedicação exclusiva, e, nesse último caso, com ou sem predominância de mão de obra, conforme seja verificado pela Unidade Contratante se há necessidade ou não de regime de dedicação exclusiva (cujos requisitos constam do inciso XVI do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 2021) para a execução do objeto, e se se identifica ou não predominância de mão de obra na última alternativa, tendo em vista a dimensão do objeto a ser licitado em conjunto com as demais especificações técnicas da contratação.

### 3. INSTRUÇÕES SOCIOAMBIENTAIS ESPECÍFICAS

- 3.1. Este caderno foi desenvolvido considerando a adesão do Governo do Estado de São Paulo à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Decreto nº 64.148, de 19 de Março de 2019) e, em especial, com vistas a promover ações relacionadas ao crescimento econômico, à inclusão social e à proteção ao meio ambiente. Essas diretrizes também estão contempladas no Decreto Estadual nº 50.170/2005, que tem como objetivo com o objetivo de promover critérios socioambientais nas contratações
- 3.2. Este documento estabelece ações ambientais por meio de treinamento de profissionais do Contratado, por conscientização de todos os envolvidos e por meio de ações concretas apontadas especialmente nas especificações técnicas e nas obrigações do Contratado e do Contratante que integram este volume.
- 3.3. Nesse contexto, a transparência na Administração Pública deve ser reconhecida como ação de cunho socioambiental, pois o acesso às informações, propiciado à sociedade por meio de ferramentas como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a exemplo de outros sistemas de apoio à Gestão da Administração Pública Estadual, facilita o acompanhamento do desempenho das compras governamentais.



- 3.4. Observa-se que a prática de valores éticos e socioambientais que envolvem a licitação e se estendem à gestão contratual reflete a responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor. Assim devem ser entendidas, por exemplo, exigências concernentes ao cumprimento das normas relativas à saúde e segurança no trabalho.
- 3.5. Também merecem destaque práticas de gestão no cumprimento das determinações legais, que conferem à Administração importante papel na garantia de direitos e conquistas trabalhistas, tais como a observação quanto ao recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e retenções da Previdência Social, bem como exigências decorrentes de Convenção ou Acordo Coletivo das categorias profissionais envolvidas na execução dos serviços terceirizados.
- 3.6. Ainda, a justa aplicação de sanções administrativas, inclusive decorrentes de infrações ambientais, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e da legislação vigente, inibe que fornecedores tenham comportamento incompatível com os valores éticos da Administração Pública.
- 3.7. As boas práticas de otimização de recursos na redução de desperdícios ou menor poluição se pautam em alguns pressupostos, que deverão ser observados tanto pelo Contratado como pelo Contratante, a saber:
- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
  - Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - Racionalização ou economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e água;
  - Treinamento e capacitação periódica dos profissionais quanto às boas práticas de redução de desperdícios ou de poluição e manipulação de produtos químicos e cuidados para evitar acidentes com materiais perfurocortantes e instrumentos médicos, como agulhas e bisturis; e
  - Reciclagem ou destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades desenvolvidas.
- 3.8. Para as ocorrências relativas ao descarte de materiais potencialmente poluidores, deverão ser elaborados manuais de procedimentos, a serem consultados tanto pelo Contratante como pelo Contratado, quando for o caso.
- 3.9. Recomenda-se a utilização de caldeiras alimentadas a gás natural ante as caldeiras que utilizam óleo diesel, como medida de eliminação de emissão de poluentes.

#### **4. MINUTAS PADRONIZADAS**

- 4.1. Em atenção ao disposto no artigo 19 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, em seu artigo 3º, determinou que os órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta e autárquica devem utilizar as minutas-padrão instituídas pela Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), com o auxílio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), para as licitações e contratações regidas pela referida Lei.



- 4.2. A unidade contratante deverá utilizar as minutas padronizadas gerais de edital de pregão eletrônico, de termo de referência para prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou sem regime de dedicação exclusiva (a depender da hipótese em que se enquadre a contratação pretendida), e de contrato para prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou sem regime de dedicação exclusiva (a depender da hipótese em que se enquadre a contratação pretendida).
- 4.3. Essas minutas destinam-se à utilização pelos órgãos e entidades assessorados pela PGE, e os representantes do Estado em fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público deverão adotar as providências necessárias à observância das orientações deste volume, no que couber.
- 4.4. A unidade contratante deverá observar integralmente as orientações e parâmetros constantes dessas minutas, adaptando-as quando houver especificidades (devidamente justificadas no processo administrativo). Elaboradas com base na legislação vigente e nas melhores práticas de gestão, visam à padronização de procedimentos, à segurança jurídica e à eficiência administrativa, contribuindo para reduzir riscos, uniformizar entendimentos e fortalecer o controle preventivo sobre os atos administrativos.
- 4.5. As versões atualizadas das minutas-padrão encontram-se disponíveis no Portal de Compras do Governo do Estado de São Paulo (<https://compras.sp.gov.br/toolkits/>) e no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado (<https://www.pge.sp.gov.br/>).

# CAPÍTULO II



## Especificações Técnicas



## CAPÍTULO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Este Capítulo apresenta as especificações técnicas a serem observadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual na elaboração dos artefatos da fase de planejamento destinados à contratação de serviços de lavanderia hospitalar.

Essas especificações técnicas são divididas em:

- (i) especificações técnicas gerais, que constam dos itens 1 a 4 e 5.4 e respectivas subdivisões do tópico A, seções 1 a 3 deste Capítulo, que são aplicáveis para os três modelos de contratação de serviços de lavanderia hospitalar abrangidos por este volume; e
- (ii) especificações técnicas por modelo, que constam das três alternativas de redação para os itens 5.5 e 6, 7 e 8 e respectivas subdivisões do tópico A, seções 4 a 15, deste Capítulo, para opção conforme o modelo que seja adequado ao caso concreto, dentre as seguintes alternativas de modelo:
  - (ii.1) MODELO A (seções 4 a 7): Prestação de serviços de lavanderia hospitalar nas dependências da unidade contratante (“INTERNA”);
  - (ii.2) MODELO B (seções 8 a 11): Prestação de serviços de lavanderia hospitalar nas dependências do Contratado (“EXTERNA”);
  - (ii.3) MODELO C (seções 12 a 15): Prestação de serviços de lavanderia hospitalar nas dependências do Contratado (“EXTERNA”) com locação de enxoval.

Portanto, as Unidades Contratantes deverão utilizar as especificações técnicas gerais dos itens 1 a 4 e 5.4 e respectivas subdivisões do tópico A, seções 1 a 3, seguindo as respectivas instruções, e adaptar as especificações técnicas por modelo (alternativas de redação para os itens 5.5 e 6, 7 e 8 e respectivas subdivisões do tópico A, seções 4 a 15) às suas necessidades específicas, optando por um dos três modelos (A, B ou C) e excluindo os outros dois que não forem aplicáveis ao caso concreto. Assim, embora não se encontre inteiramente em vermelho, o texto do tópico A, seções 4 a 15, deste Capítulo está sujeito a adequações para adaptação das especificações técnicas às necessidades específicas do caso concreto, conforme as instruções deste documento.

O tópico D deste Capítulo apresenta os modelos de avaliação da qualidade dos serviços para cada um dos três modelos de serviços de lavanderia hospitalar estabelecidos neste volume:

- (a) MODELO A - Prestação de serviços de lavanderia hospitalar nas dependências da unidade contratante (“INTERNA”);
- (b) MODELO B - Prestação de serviços de lavanderia hospitalar nas dependências do Contratado (“EXTERNA”);
- (c) MODELO C, abrangendo:
  - (c.1) Prestação de serviços de lavanderia hospitalar nas dependências do Contratado (“EXTERNA”) com locação de enxoval;
  - (c.2) Prestação de serviços de gerenciamento e controle de enxoval;

Assim, a Unidade Contratante deverá optar por um desses três modelos de avaliação, suprimindo os outros dois que não forem aplicáveis ao caso concreto, em conformidade com a opção exercida quanto às especificações técnicas do Termo de Referência. Deve, ainda, observar que o modelo de avaliação para o modelo C é composto por dois documentos específicos, um voltado à avaliação dos serviços de lavanderia hospitalar nas dependências do Contratado (“EXTERNA”) com locação de enxoval e outro voltado à



avaliação dos serviços de gerenciamento e controle de enxoval. Conforme referido modelo de avaliação, eventuais percentuais de desconto da fatura deverão incidir separadamente, apenas no montante financeiro dos serviços avaliados.

Com base nas minutas-padrão referidas no Capítulo I, são consolidadas orientações, modelos documentais, diretrizes e instruções para a elaboração dos artefatos correspondentes ao Termo de Referência, Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso, Especificações para o Modelo de Planilha de Proposta, Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar (modelos A, B, C e controle de enxoval), instrumento disponibilizado pela ANVISA para realização de vistoria técnica à lavanderia e formulário de acompanhamento da evolução de objetos perfurocortantes, instrumentos e outros artigos encaminhados com a roupa suja.

## A. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O conteúdo apresentado nesta seção deve substituir a redação correspondente da minuta-padrão de Termo de Referência (TR), de forma a adequá-la às contratações de serviços de lavanderia hospitalar. Os trechos destacados em vermelho indicam campos que devem ser personalizados pela Unidade Contratante, conforme a realidade, as necessidades e as especificidades do órgão ou entidade. Ressalta-se que a numeração dos itens poderá divergir daquela constante na minuta-padrão, em razão das adaptações necessárias ao presente modelo.

### 1. INSTRUÇÕES GERAIS PARA USO NO ITEM 1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação da prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar, envolvendo o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso e sob situações higiênico- sanitárias adequadas, com observância das disposições específicas das subdivisões do item 5. das especificações técnicas deste Termo de Referência, e conforme condições e exigências estabelecidas, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1.2. O objeto inclui a coleta da roupa suja no setor de expurgo do hospital ou em locais predeterminados pelo Contratante, o recebimento (envolvendo pesagem, separação e classificação) e a lavagem da roupa suja na lavanderia, a centrifugação, secagem e calandragem da roupa limpa, os eventuais reparos, a separação e o transporte da roupa limpa à rouparia ou ao setor do hospital responsável pela centralização e distribuição do enxoval aos setores da unidade.

1.3. Para execução dos serviços supramencionados, o Contratado deverá garantir mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa (...).

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 2. INSTRUÇÕES GERAIS PARA USO NO ITEM 4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Os itens 5.4.3 e 5.5.4 deste instrumento estabelecem critérios de sustentabilidade ao tratar de recomendações de boas práticas ambientais a serem observadas pelo





Contratado, os quais deverão ser cumpridos na execução do contrato.

### 3. INSTRUÇÕES GERAIS PARA USO NO ITEM 5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Rotinas a serem cumpridas

#### 5.4. Especificações técnicas gerais:

##### 5.4.1. Descrição dos serviços:

5.4.1.1. A Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar envolverá todas as etapas do processo de higienização das roupas, conforme o padrão estabelecido no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (2009).

5.4.1.2. O processamento das roupas hospitalares abrange todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, quais sejam:

5.4.1.2.1. Coleta da roupa suja no setor de expurgo da unidade ou em locais predeterminados pelo Contratante;

5.4.1.2.2. Pesagem da roupa suja;

5.4.1.2.3. Recebimento, separação e classificação da roupa suja na lavanderia;

5.4.1.2.4. Lavagem da roupa suja;

5.4.1.2.5. Pré-secagem, secagem, calandragem e, se necessário, prensagem da roupa limpa;

5.4.1.2.6. Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;

5.4.1.2.7. Separação e embalagem da roupa limpa;

5.4.1.2.8. Transporte e entrega da roupa limpa da lavanderia para o hospital; e

5.4.1.2.9. Destinação dos resíduos decorrentes do processo de lavagem.

5.4.1.2.1. Coleta da Roupa Suja no Setor de Expurgo da Unidade ou em Locais Predeterminados pelo Contratante

5.4.1.2.1.1. Para a efetiva execução dos Serviços de Coleta e Recebimento de Roupas Hospitalares, o Contratado deverá disponibilizar na Unidade Hospitalar:

5.4.1.2.1.1.1. Balança digital com marca de verificação do Inmetro, conforme legislação vigente, sem ônus para o Contratante;

5.4.1.2.1.1.2. Contêineres com tampa lavável;

5.4.1.2.1.1.3. Sacos *hamper* de tecido ou de plástico descartáveis, conforme definição do Contratante. Caso o saco *hamper* a ser utilizado seja o de tecido, o seu peso deve ser descontado do total de roupas para efeitos de pagamento, sendo sempre fechados e lacrados; e

5.4.1.2.1.1.4. Carros-prateleiras ou do tipo gaiolas;

5.4.1.2.1.2. A coleta será feita no setor de expurgo das unidades ou em locais predeterminados pelo Contratante, por profissionais do Contratado devidamente treinados, uniformizados e equipados com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme determina o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009). A cor do uniforme utilizado para coleta de roupa suja deve ser diferente da cor do





uniforme utilizado para distribuição de roupa limpa;

5.4.1.2.1.3. A coleta será feita com a utilização de carrinhos tipo contêiner com tampa, laváveis, com dreno para eliminação de líquidos e devidamente identificados, os quais NÃO devem servir à distribuição de roupas limpas;

5.4.1.2.1.4. As roupas retiradas diariamente deverão ser devidamente acondicionadas conforme as normas de biossegurança, sob supervisão da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH);

5.4.1.2.1.5. Os sacos *hamper* devem ser identificados de acordo com a unidade geradora, com o objetivo de identificar problemas setoriais com o manejo das roupas e providenciar a devolução de objetos ou resíduos sólidos de saúde, quando encontrados;

5.4.1.2.1.6. A periodicidade de retirada da roupa deverá ser de 2 (duas) vezes ao dia, em horário estabelecido pelo Contratante, de forma a cobrir a necessidade de roupas limpas, inclusive aos domingos e feriados;

5.4.1.2.1.7. O transporte da roupa suja deverá ser feito por meio da “rota de roupa suja”, garantindo que em hipótese alguma haja cruzamento entre roupa limpa e roupa suja.

#### 5.4.1.2.2. Pesagem da roupa suja:

5.4.1.2.2.1. O controle da roupa suja será efetuado pelo profissional designado pelo Contratante em conjunto com o Contratado. A roupa deverá ser pesada pelo Contratado na presença do profissional do Contratante;

5.4.1.2.2.2. Deverá ser elaborado pelo Contratado um relatório diário, informando o número de sacos recolhidos, os respectivos pesos, assim como o peso total da roupa retirada no dia, em kg, e a anotação das ocorrências, se houver. Esse relatório deverá ser aprovado pelo profissional do Contratante;

5.4.1.2.2.3. O relatório citado deverá ser emitido em 2 (duas) vias datadas, conferidas e assinadas pelos responsáveis do Contratado e do Contratante, devendo uma delas ficar com o responsável do Contratante;

5.4.1.2.2.4. Caso exista diferença entre a quantidade de roupas apurada pelo Contratante e pelo Contratado, utilizar-se-á, para efeitos de pagamento, aquela apurada pelo Contratante.

#### 5.4.1.2.3. Recebimento, separação e classificação da roupa suja:

5.4.1.2.3.1. O recebimento e o acondicionamento da roupa suja na lavanderia devem obedecer aos procedimentos constantes no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009). A roupa suja deverá ser separada seguindo critérios e técnicas estabelecidos de acordo com tipo de tecido, coloração da roupa, tipo de fibra e tipo de sujidade;

5.4.1.2.3.2. O profissional que executa a separação da roupa deve usar os EPIs conforme determina o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009);

5.4.1.2.3.3. Para diminuir a contaminação dos profissionais e do ar, a roupa suja deve ser manuseada com o mínimo de agitação possível. Além disso, para evitar acidentes com objetos perfurocortantes inadvertidamente coletados, é recomendável puxar as roupas pelas pontas, cuidadosamente, sem apertar nem recolher várias peças de uma só vez;



5.4.1.2.3.4. Essa área deve ser provida de um recipiente rígido, resistente à ação de punctura, com tampa vedante, para o descarte de material perfurocortante, e outro recipiente com capacidade de contenção de líquidos e que seja resistente à ruptura, para o descarte de material infectante, como peças anatômicas que porventura sejam encontradas junto com a roupa suja;

5.4.1.2.3.5. Localizar e retirar objetos estranhos que possam estar junto com a roupa, segregar o material, acondicionar em recipiente próprio com rótulo contendo identificação do material e do serviço de saúde gerador, e encaminhar os materiais para a unidade de origem para que seja feita a segregação e o acondicionamento do resíduo de acordo com a classificação;

5.4.1.2.3.6. Para a prevenção de infecções, recomenda-se que a higienização das mãos seja realizada frequentemente.

#### 5.4.1.2.4. Lavagem da Roupa Suja

5.4.1.2.4.1. O Contratado deverá utilizar o processo preconizado pela CCIH da unidade e presente no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009);

5.4.1.2.4.2. Os custos advindos do consumo de produtos químicos e demais insumos do processo de lavagem são de responsabilidade do Contratado, exceto os advindos do consumo de água e energia em geral na hipótese de ser definido no item 5.2 deste instrumento a contratação do modelo que envolve a prestação dos serviços nas dependências da Unidade Contratante;

5.4.1.2.4.3. Para os produtos químicos a serem empregados nos processamentos, suas propriedades e composição química deverão ser comprovadas mediante apresentação de documentação que as demonstre, juntamente com a comprovação de registro dos produtos na ANVISA. A qualidade do produto deverá manter o padrão de cor ou de brancura, tendo em vista que a resistência dos tecidos será testada a cada 60 (sessenta) dias. Os laudos com os resultados dos testes de durabilidade dos tecidos deverão ser entregues ao Contratante semestralmente;

5.4.1.2.4.4. As dosagens dos produtos a serem utilizados deverão seguir rigorosamente as instruções do fabricante, visando à garantia do serviço executado;

5.4.1.2.4.5. O Contratado deverá apresentar separadamente as formulações do processo de lavagem, descrevendo a operação de dosagem dos produtos, o tempo de lavagem, a temperatura da água e os procedimentos a serem realizados para sujeira pesada (sangue, fezes, vômitos e outras sujidades proteicas) e para sujeira leve (sem presença de fluidos corpóreos, sangue ou produtos químicos):

5.4.1.2.4.5.1. Um ciclo completo de lavagem de roupa com sujidade pesada deve incluir umectação, enxágue inicial, pré-lavagem, lavagem, alveijamento, enxágues, acidulação e amaciamento; e

5.4.1.2.4.5.2. A roupa com sujidade leve está liberada das primeiras etapas do processamento, quais sejam, umectação, primeiros enxágues e pré-lavagem, sendo seu ciclo iniciado já na etapa de lavagem.

#### 5.4.1.2.5. Pré-secagem, Secagem, Calandragem ou Prensagem da Roupa Limpa

5.4.1.2.5.1. A roupa deverá ser secada com a utilização de equipamentos que



melhor se ajustem ao tipo de roupa e estrutura do tecido;

5.4.1.2.5.2. Toda roupa limpa deverá ser calandrada ou prensada a vapor, com exceção das felpudas e de roupas cirúrgicas, que deverão ser entregues dobradas tecnicamente;

5.4.1.2.5.3. As roupas que não serão passadas na calandra deverão ser encaminhadas aos secadores, onde serão secadas conforme o tipo têxtil;

5.4.1.2.5.4. Recomenda-se a utilização de estrados na área de alimentação da calandra, evitando, assim, que as peças entrem em contato com o piso e sejam contaminadas.

#### 5.4.1.2.6. Reparos e Reaproveitamento de Peças Danificadas

5.4.1.2.6.1. As peças danificadas ou desgastadas, mas ainda dentro do padrão de aceitabilidade definido pelo Contratante, serão reparadas por costureiras do Contratado;

5.4.1.2.6.2. As peças que não se apresentarem de acordo com os padrões aceitos pelo Contratante deverão ser separadas, devolvidas e arroladas em 2 (duas) vias para a Diretoria de Higiene Hospitalar ou departamento responsável do Contratante, constando discriminação, quantidade e justificativa;

5.4.1.2.6.3. É imprescindível que todas as peças submetidas a reparos sejam enviadas para um novo processo de lavagem antes de serem disponibilizadas para as Unidades Hospitalares;

5.4.1.2.6.4. A mesma regra deve ser aplicada para peças recém-compradas ou confeccionadas na área de costura do Contratado.

#### 5.4.1.2.7. Separação e Embalagem das Roupas Limpas

5.4.1.2.7.1. Na fase final do processamento das roupas, as roupas limpas devem ser dobradas e embaladas com filme plástico ou com embalagens que preservem a qualidade e a higiene dos produtos entregues, ou de acordo com as necessidades do Contratante;

5.4.1.2.7.2. Conforme determinação do Contratante, as peças de unidades que contenham conjuntos deverão ser entregues agrupadas;

5.4.1.2.7.3. Os custos com embalagens são de responsabilidade do Contratado.

#### 5.4.1.2.8. Transporte e Entrega da Roupa Limpa à Rouparia da Unidade

5.4.1.2.8.1. O tempo entre a retirada e a devolução da roupa não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas;

5.4.1.2.8.2. A roupa processada deve ser entregue junto à rouparia da unidade, separada por tipos de peças e natureza de uso, de acordo com as necessidades do Contratante;

5.4.1.2.8.3. O transporte da roupa limpa deverá ser realizado em carro fechado ou, no caso da roupa embalada em sacos plásticos ou em tecido, esta poderá ser transportada em carros abertos, de preferência que sejam exclusivos para esse fim;

5.4.1.2.8.4. Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um profissional do Contratado e outro do Contratante. O peso da roupa limpa não deverá ser inferior ao peso do mesmo lote de roupa suja multiplicado por 1 menos o índice de sujidade definido pela Unidade



Contratante. Os valores deste índice devem estar entre 8% e 15%;

5.4.1.2.8.5. As roupas limpas, quando de sua entrega, deverão vir acompanhadas de relatório contendo uma relação geral, constando no rol da roupa entregue o número total de cada peça e o peso da roupa limpa, assim como a anotação de ocorrências, se houver;

5.4.1.2.8.6. Os relatórios acima deverão ser emitidos em 2 (duas) vias, datados, conferidos e assinados pelos responsáveis do Contratado e do Contratante, devendo uma delas ficar com o responsável do Contratante;

5.4.1.2.8.7. As roupas entregues diariamente deverão ser devidamente acondicionadas conforme as normas de biossegurança, sob a supervisão da CCIH;

5.4.1.2.8.8. Cabe ao Contratado providenciar a inspeção das roupas limpas a serem entregues no intuito de minimizar inconformidades aos padrões de qualidade da roupa limpa exigidos pelo Contratante;

5.4.1.2.8.9. Toda roupa limpa que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória deverá ser separada, retornando para a seção de rouparia para que seja feito, pelo Contratado, um novo processo de lavagem ou remoção de manchas e desinfecção, ficando isento de nova pesagem e não havendo ônus para o Contratante.

#### 5.4.1.2.9. Destinação dos Resíduos Decorrentes do Processo de Lavagem

5.4.1.2.9.1. Em cumprimento à Política Estadual de Resíduos Sólidos de São Paulo, estipulada pela Lei estadual nº 12.300, de 2006, cabe ao Contratado responsabilizar-se pela destinação final dos resíduos sólidos decorrentes do processamento de roupas de serviço de saúde;

5.4.1.2.9.2. O procedimento de recolhimento dos resíduos gerados no processo de Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar deve sempre contemplar as etapas de tratamento e disposição final, obedecendo às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como à legislação vigente;

5.4.1.2.9.3. O local reservado à destinação final dos resíduos deverá estar regularizado junto aos órgãos ambientais dos poderes públicos, devendo a regularidade de documentação referente à empresa e volume transportado ser devidamente apresentada ao Contratante;

5.4.1.2.9.4. Os resíduos sólidos de saúde, eventualmente encontrados junto com as roupas, devem ser segregados, acondicionados e devolvidos para o serviço de saúde gerador, em recipiente adequado e com rótulo contendo identificação do material e do serviço de saúde gerador, em conformidade com a Resolução RDC nº 6, de 30 de janeiro de 2012, e com o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009);

5.4.1.2.9.5. Além das atividades primárias, deverão ser realizadas a higienização do ambiente e de seus equipamentos, ações voltadas à prevenção de riscos e à saúde dos trabalhadores, assim como a manutenção dos equipamentos.

### Obrigações e Responsabilidades Gerais do Contratado

5.4.2. O Contratado, além da utilização de mão de obra, produtos químicos, materiais, equipamentos (complementares aos equipamentos disponibilizados pelo Contratante, tais como balanças, contêiner com tampa lavável e carro-gaiola) e manutenção



necessária para a perfeita execução dos serviços de processamento de roupas hospitalares, obriga-se a:

5.4.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

5.4.2.2. Possuir capacidade técnica operativa e profissional (equipe técnica para o processamento das roupas hospitalares), de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização e acondicionamento de toda a roupa processada, garantindo, assim, a qualidade dos serviços prestados, bem como a retirada e a entrega da roupa por meio de veículos adequados, quando pertinente;

5.4.2.3. Observar que o Contratado terá **3 (três) dias úteis**, a contar da data de expedição da autorização dos serviços, para iniciar a sua execução;

5.4.2.4. Por sua conta e responsabilidade exclusiva, utilizar toda mão de obra capacitada, instalações, máquinas e equipamentos, produtos químicos e insumos necessários para execução dos serviços ora contratados;

5.4.2.5. Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que prestarão os serviços, com observância da legislação aplicável;

5.4.2.6. Manter seus profissionais uniformizados, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e os provendo dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

5.4.2.7. Identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como balança, carrinhos e outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante;

5.4.2.8. Adquirir todo o material de consumo que utilizará na execução dos serviços contratados;

5.4.2.9. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para o suprimento de roupas limpas;

5.4.2.10. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Esses encarregados terão a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do Contratante e tomar as providências pertinentes;

5.4.2.11. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito;

5.4.2.12. Cumprir a disciplina legal vigente de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

5.4.2.13. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus profissionais;

5.4.2.14. Observar as normas relativas a seguro de seus profissionais contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

5.4.2.15. Observar as condições de uso de sistema de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais que sejam estabelecidas por legislação federal, atendendo ao disposto no art. 16 da Lei nº 13.874, de 2019;





5.4.2.16. Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os produtos químicos, materiais e equipamentos (complementares aos disponibilizados pelo Contratante) em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e à legislação;

5.4.2.17. Manter conduta adequada na utilização dos produtos químicos, materiais e equipamentos, objetivando a correta higienização dos utensílios e das instalações, objeto da prestação dos serviços;

5.4.2.18. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento do Contratante;

5.4.2.19. Submeter-se à fiscalização permanente do(s) fiscal(is) do contrato, designado(s) pelo Contratante;

5.4.2.20. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução;

5.4.2.21. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo Contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4.2.22. Manter em rigorosa pontualidade o pagamento de seus profissionais e observar o disposto na legislação trabalhista;

5.4.2.23. Utilizar veículos envolvidos na execução dos serviços preferencialmente movidos a etanol ou a Gás Natural Veicular (GNV);

5.4.2.24. Cumprir a legislação vigente para controle de infecções hospitalares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados;

5.4.2.25. Reconhecer que os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes sem que haja prejuízo para nenhuma destas, tendo por base o que dispõe a legislação vigente e aplicável à espécie;

5.4.2.26. Dispor de um responsável técnico com formação mínima de nível médio e capacitação em segurança e saúde ocupacional que responda perante a vigilância sanitária pelas ações ali realizadas;

5.4.2.27. Manter profissionais devidamente qualificados para que se possa viabilizar a construção de um mapa de risco e instaurar medidas eficazes de cunho preventivo, visando à proteção do trabalhador, dada a possibilidade de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais proporcionados nesse ambiente;

5.4.2.27.1. O profissional do Contratado deve estar capacitado para a execução das suas atividades no que se refere aos aspectos técnicos e operacionais, à legislação, às novas tecnologias, à prevenção e controle de infecção, e à segurança e saúde ocupacional. O treinamento do trabalhador do serviço de processamento de roupas deve conter noções fundamentais sobre a exposição aos agentes químicos, biológicos e físicos;

5.4.2.28. Apresentar, quando da contratação, alvará sanitário/licença de funcionamento da lavanderia hospitalar, emitido(a) pela autoridade de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e pela Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Deverá ser observado, ainda, o disposto na legislação municipal aplicável (com a incidência, no que couber, na hipótese de lavanderias estabelecidas no Município de São Paulo, da Lei municipal nº 13.725, de 2004, do Decreto municipal nº 49.969, de 2008, do



Decreto municipal nº 50.079, de 2008, da Portaria SMS nº 2.215, de 2016, da Secretaria Municipal da Saúde, e da Portaria SMSUB nº 17, de 2023, da Secretaria Municipal das Subprefeituras);

5.4.2.28.1. O documento deverá explicitar o tipo de serviço atendido e a origem das roupas a serem processadas como “serviços de saúde”;

5.4.2.29. Informar mensalmente ao Contratante a quantidade de instrumentos perfurocortantes e outros artigos encaminhados junto com a roupa a ser processada;

5.4.2.30. Caberá ao Contratado a devolução de roupas e objetos, de propriedade da Unidade Hospitalar ou dos pacientes, que porventura forem misturados à roupa hospitalar. Esses itens deverão ser devolvidos ao serviço de enfermagem por meio de protocolo;

5.4.2.31. Deverão ser rigorosamente observados os prazos de execução dos serviços previamente estabelecidos;

5.4.2.32. Caberá ao Contratado estabelecer um programa de controle das condições de higiene envolvendo processos e produtos como: análise de amostras coletadas das mãos de manipuladores de roupas limpas, superfícies que entram em contato com as roupas limpas durante seu acabamento e análise microbiológica do tecido submetido ao processo de lavagem, apresentando resultados ou laudos ao Contratante;

5.4.2.33. É responsabilidade do Contratado observar as considerações gerais e específicas sobre o assunto, conforme descrito no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009), tais como:

5.4.2.33.1. O profissional que realiza o transporte de roupa suja deve utilizar equipamento de proteção individual no momento do recolhimento da roupa, conforme preconiza o controle de infecção. Porém, ao abrir portas ou apertar botões de elevador, deve fazê-lo sem luva;

5.4.2.33.2. É obrigatório o banho com troca de roupa no término do trabalho para todos os trabalhadores da área suja;

5.4.2.33.3. Na separação, as peças de roupa devem ser cuidadosamente abertas, puxando-as pelas pontas sem apertar, para a verificação e retirada de objetos estranhos, como instrumentais, artigos perfurocortantes, de uso pessoal, tecidos humanos etc., provenientes da unidade geradora e que foram encaminhados misturados com a roupa suja. Além disso, devem ser manuseadas com o mínimo de agitação;

5.4.2.33.4. A frequente higienização das mãos pelos profissionais que manuseiam a roupa suja é essencial para a prevenção de infecções;

5.4.2.33.5. A circulação de um profissional entre as áreas limpa e suja deve ser evitada. A passagem da área suja para a limpa deve ser precedida de banho;

5.4.2.33.6. É recomendável a utilização de proteção para os pés ou sapatos e de estrados na área de alimentação da calandra para evitar que lençóis e outras peças grandes entrem em contato com o piso;

5.4.2.33.7. A roupa limpa deve ser manuseada somente quando necessário e com prévia higienização das mãos;

5.4.2.33.8. A roupa limpa não deve ser transportada manualmente, pois poderá ser contaminada com microrganismos presentes nas mãos ou nas roupas dos



profissionais;

5.4.2.33.9. Tanto na área suja quanto na área limpa da unidade de processamento é obrigatória a instalação de lavatórios ou pias para higienização das mãos;

5.4.2.33.10. Na manipulação dos saneantes, principalmente em unidades de processamento de roupas que não possuem sistema automatizado de dosagem e distribuição dos saneantes, é fundamental o uso de equipamentos de proteção individual e que sejam seguidas as orientações quanto aos riscos químicos;

5.4.2.33.11. Os profissionais da unidade de processamento de roupas hospitalares devem receber constantemente orientações referentes ao modo de transmissão de doenças e controle de infecções;

5.4.2.33.12. A segurança do ambiente da unidade de processamento de roupas está ligada à sua área física, à manutenção dos equipamentos, às máquinas e sistemas, ao controle dos riscos físicos (temperatura ambiental, ruído, vibração, níveis de iluminação, umidade e ventilação), ao controle da exposição aos produtos químicos utilizados, à ergonomia e aos agentes biológicos provenientes da roupa suja, de instrumentos e de resíduos de serviços de saúde que porventura venham misturados a ela;

5.4.2.34. Submeter à apreciação do Contratante o resultado final do processamento, para avaliação da eficiência e eficácia dos processos utilizados;

5.4.2.35. Apresentar listagem de seus fornecedores, produtos e marcas utilizados, com fichas técnicas, no ato da assinatura do contrato e sempre que solicitado pelo Contratante;

5.4.2.36. Apresentar Manual de Procedimentos da Lavanderia, no ato da assinatura do contrato, contendo todas as rotinas operacionais identificadas abaixo:

5.4.2.36.1. Organograma da empresa/sociedade, quadro de pessoal, qualificação, atribuição e jornada de trabalho;

5.4.2.36.2. Fluxograma da roupa na lavanderia;

5.4.2.36.3. Descrição de uniformes;

5.4.2.36.4. Descrição de EPIs;

5.4.2.36.5. Descrição dos procedimentos da empresa/sociedade em relação à saúde dos seus profissionais, tais como programa médico de prevenção, vacinação, orientação, tratamentos etc.;

5.4.2.36.6. Conteúdo programático do programa de desenvolvimento de capacitação profissional;

5.4.2.36.7. Tempo aplicado no processamento das roupas;

5.4.2.36.8. Descrição das rotinas de limpeza da lavanderia, bem como a frequência com que ocorrerá o evento;

5.4.2.36.9. Descrição dos equipamentos utilizados para circulação das roupas nas dependências das unidades;

5.4.2.36.10. Descrição e passo a passo dos processos de lavagem, para cada tipo de roupa e grau de sujidade; e

5.4.2.36.11. Tratamento e destinação dos resíduos sólidos do processo de lavagem;

5.4.2.37. Apresentar semestralmente laudo com os resultados dos:





5.4.2.37.1. Testes bacteriológicos do meio ambiente e da água de abastecimento da lavanderia;

5.4.2.37.2. Testes de durabilidade dos tecidos; e

5.4.2.37.3. Testes de pH de produtos e da água;

5.4.2.38. Manter arquivo de exames admissionais, periódicos, demissionais, de mudanças de riscos ocupacionais, e de retorno ao trabalho, nos termos da Norma Regulamentadora nº 7, com a redação atualmente vigente, em conformidade com os atos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego;

5.4.2.39. Cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho, inclusive, nas hipóteses em que for exigido pela respectiva legislação, estabelecer Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), com o conteúdo mínimo determinado pelas Normas Regulamentadoras nº 1 e 9, com a redação atualmente vigente, em conformidade com os atos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego;

5.4.2.40. Manter registro de segurança e saúde ocupacional, nos termos da Norma Regulamentadora nº 32, com a redação atualmente vigente, em conformidade com os atos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego;

5.4.2.41. Manter uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), conforme dispõe a Norma Regulamentadora nº 5, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho, com suas alterações, em caso de a unidade de processamento de roupas possuir número de colaboradores que se enquadre em hipótese de obrigatoriedade de manutenção de CIPA;

5.4.2.42. Manter registro da caldeira, caso o serviço possua, conforme preconiza a Norma Regulamentadora nº 13 do Ministério do Trabalho, que compõe a Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, com suas alterações;

5.4.2.43. Manter registro e aprovação nos órgãos competentes (meio ambiente, defesa civil, prefeitura, entre outros);

5.4.2.44. Manter alvará sanitário/licença de funcionamento da Unidade de Processamento de Roupas do Licitante, emitido(a) pela autoridade de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e pela Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977. Deverá ser observado, ainda, o disposto na legislação municipal aplicável (com a incidência, no que couber, na hipótese de lavanderias estabelecidas no Município de São Paulo, da Lei municipal nº 13.725, de 2004, do Decreto municipal nº 49.969, de 2008, do Decreto municipal nº 50.079, de 2008, da Portaria SMS nº 2.215, de 2016, da Secretaria Municipal da Saúde, e da Portaria SMSUB nº 17, de 2023, da Secretaria Municipal das Subprefeituras). O documento deverá explicitar o tipo de serviço atendido e a origem das roupas a serem processadas como “serviços de saúde”;

5.4.2.45. Observar o disposto na Resolução RDC nº 647, de 25 de março de 2022, da ANVISA.

5.4.3. Recomendações de Boas Práticas Ambientais a Serem Observadas pelo Contratado:

5.4.3.1. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus profissionais para redução de consumo de energia elétrica e de água, e para redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

5.4.3.2. Uso Racional da Água

5.4.3.2.1. O Contratado terá que capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso da



água. Essa capacitação poderá ser feita por meio do curso virtual oferecido pela SABESP. Os conceitos deverão ser repassados para a equipe por meio de multiplicadores;

#### 5.4.3.3. Uso Racional de Energia Elétrica

5.4.3.3.1. O Contratado deve manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

5.4.3.3.2. O Contratado deve verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos, sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas;

5.4.3.3.3. O Contratado deve realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos aparelhos e equipamentos elétricos;

#### 5.4.3.4. Redução de Produção de Resíduos Sólidos

5.4.3.4.1. Promover a implantação de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos;

5.4.3.4.2. O Contratado deve colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante;

5.4.3.4.3. No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, o Contratado deverá observar as seguintes regras:

5.4.3.4.3.1. Materiais não recicláveis: São todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e são denominados “rejeitos”, como lixo de banheiro (papel higiênico e lenço de papel), cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares, trapos e roupas sujas, toco de cigarro, cinza e ciscos (segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada), acrílico, lâmpadas fluorescentes (acondicionadas em separado), papéis plastificados, metalizados ou parafinados, papel carbono e fotografias, fitas e etiquetas adesivas, copos descartáveis de papel, espelhos, vidros planos e cristais, e pilhas (acondicionadas em separado e enviadas para o fabricante);

5.4.3.4.3.2. Materiais recicláveis: Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores: VERDE para vidro, AZUL para papel, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico e BRANCO para lixo não reciclável. Os recipientes deverão ser disponibilizados pelo Contratante e todo o material coletado deverá ter destinação em conformidade com a legislação em vigor;

#### 5.4.3.5. Produtos de Lavagem e Saneantes Domissanitários

5.4.3.5.1. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos de lavagem e de higienização;

5.4.3.5.2. Utilizar racionalmente os produtos adotados, cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade e ausência de corantes;

5.4.3.5.3. Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas;

5.4.3.5.4. Recomenda-se que o Contratado utilize produtos detergentes de baixa concentração e baixo teor de fosfato;



#### 5.4.3.6. Poluição Sonora

5.4.3.6.1. Para os equipamentos utilizados que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel (dB-A), conforme Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição. A utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

### Obrigações e Responsabilidades Gerais do Contratante

#### 5.4.4. O Contratante responsabiliza-se por:

5.4.4.1. Exercer a fiscalização dos serviços por técnico(s) especialmente designado(s);

5.4.4.2. Expedir autorização de serviços com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de início de sua execução, na qual estará(ão) indicado(s) o(s) posto(s) a ser(em) coberto(s) com a coleta e o suprimento de roupas;

5.4.4.3. Efetuar os pagamentos devidos de acordo com o estabelecido no contrato;

5.4.4.4. Facilitar, por todos os seus meios, o exercício das atividades do Contratado, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre os seus profissionais e os profissionais do Contratado, e cumprindo as obrigações estabelecidas no Termo de Referência;

5.4.4.5. Prestar aos profissionais do Contratado informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;

5.4.4.6. Orientar a equipe de saúde a tomar cuidados para evitar que objetos perfurocortantes, instrumentos ou outros artigos que possam causar danos aos envolvidos ou aos equipamentos sejam deixados juntamente com a roupa suja nos sacos de coleta, utilizando-se, para este fim, do instrumento para acompanhamento da sua evolução, conforme apresentado em Anexo do Edital.

### 4. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – MODELO A

*[deve ser efetuada a opção por uma das três alternativas de redação para os itens 5.5, 6, 7 e 8 e respectivas subdivisões conforme se trate do modelo A (lavanderia hospitalar nas dependências da Unidade Contratante), do modelo B (lavanderia hospitalar nas dependências do Contratado) ou do modelo C (lavanderia hospitalar nas dependências do Contratado com locação de enxoval), respectivamente]*

### MODELO A: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIDADE CONTRATANTE (“INTERNA”)

#### 5.5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ADICIONAIS CARACTERÍSTICAS DO MODELO DA CONTRATAÇÃO - MODELO A: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIDADE CONTRATANTE (“INTERNA”)

##### 5.5.1. Objeto da prestação dos serviços:

5.5.1.1. A prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar realizar-se-á nas dependências do Contratante (Lavanderia Interna), onde a roupa será processada e entregue, com a disponibilização pelo Contratado de mão de obra qualificada em regime de dedicação exclusiva, conforme condições e exigências estabelecidas no



## Termo de Referência.

5.5.1.2. O Contratado deverá possuir lavanderia própria para processamento da roupa e ser dotada de condições necessárias para suprir as necessidades de desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada, de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados quando, por quaisquer motivos, a lavanderia do hospital não estiver em funcionamento.

### 5.5.2. Descrição dos Serviços:

5.5.2.1. No tocante à lavanderia interna, a descrição dos serviços a serem executados é exatamente a mesma das disposições de mesmo título das Especificações Técnicas Gerais.

### 5.5.3. Obrigações e Responsabilidades Específicas do Contratado

5.5.3.1. As obrigações e responsabilidades do Contratado para a prestação dos serviços de lavanderia interna incluem as estabelecidas nas Especificações Técnicas Gerais. Além destas, acrescentam-se as seguintes obrigações e responsabilidades do Contratado:

5.5.3.2. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser reparados em até 24 (vinte e quatro) horas. Na impossibilidade de reparo no prazo mencionado, o Contratado deverá providenciar o processamento contingencial da roupa em dependência própria ou naquela declarada;

5.5.3.3. Providenciar o processamento da roupa em dependência própria ou naquela declarada em caso de interrupção dos serviços devido a falhas no processo ou maquinaria, até que seja normalizado o processo de lavagem nas dependências do Contratante;

5.5.3.3.1. Caso a responsabilidade pela interrupção no processamento das roupas seja do Contratado, o processamento contingencial será remunerado pelo preço já praticado na Lavanderia Interna;

5.5.3.3.2. Caso a responsabilidade pela interrupção no processamento das roupas seja do Contratante, o processamento contingencial será remunerado pelo preço referencial vigente para a Lavanderia Externa, constante do caderno de Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar – Vol. 10, do CadTerc, aplicando-se o percentual de desconto igual ao ofertado no processo licitatório;

5.5.3.4. Instruir seus profissionais quanto às orientações para prevenção de incêndio nas áreas do Contratante;

5.5.3.5. Estar ciente de que, quando houver descumprimento total ou parcial de obrigação do Contratado assumida, serão aplicadas a ele as sanções previstas no ato convocatório e na legislação pertinente;

5.5.3.6. O Contratado deverá executar as manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados em todo o processamento das roupas, bem como proceder à limpeza e desinfecção de acordo com as recomendações dos fabricantes da maquinaria, além de seguir normas de procedimentos que visem conservar o equipamento em bom estado e limpeza, devendo os equipamentos danificados ser reparados em até 24 (vinte e quatro) horas. Na impossibilidade de reparo no prazo mencionado, o Contratado deverá providenciar o processamento contingencial da roupa em dependência própria ou naquela declarada;

5.5.3.7. O Contratado deverá disponibilizar materiais de consumo em quantidades



suficientes para atender à legislação técnica e sanitária vigente.

#### 5.5.4. Recomendações de boas práticas ambientais a serem observadas pelo contratado

5.5.4.1. Em complemento à disciplina das disposições de mesmo título das Especificações Técnicas Gerais, acrescentam-se as seguintes recomendações de boas práticas ambientais a serem observadas pelo Contratado:

5.5.4.2. Receber do Contratante informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente;

5.5.4.3. Responsabilizar-se, através do seu encarregado, pelo preenchimento do Formulário de Ocorrências para Manutenção, que poderá ser fornecido pelo Contratante;

5.5.4.4. Quando houver ocorrências, o encarregado deverá entregar o Formulário de Ocorrências para Manutenção devidamente preenchido e assinado ao Contratante. Exemplos de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas:

5.5.4.4.1. Vazamentos na torneira ou no sifão de lavatórios e chuveiros;

5.5.4.4.2. Saboneteiras e toalheiros quebrados;

5.5.4.4.3. Lâmpadas queimadas ou piscando;

5.5.4.4.4. Tomadas e espelhos soltos;

5.5.4.4.5. Fios desencapados;

5.5.4.4.6. Janelas, fechaduras ou vidros quebrados;

5.5.4.4.7. Carpete solto etc.;

#### 5.5.4.5. Uso Racional da Água

5.5.4.5.1. O Contratado deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto estadual nº 48.138, de 07 de outubro de 2003;

5.5.4.5.2. O Contratado deve colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de seus profissionais esperadas com essas medidas;

5.5.4.5.3. Sempre que adequado e necessário, o Contratado deverá utilizar-se de equipamento de limpeza com jatos de vapor de água saturada sob pressão. Trata-se de alternativa de inovação tecnológica cuja utilização será precedida de avaliação pelo Contratante das vantagens e desvantagens. Em caso de utilização de lavadoras, sempre adotar as de pressão com vazão máxima de 360 litros/hora;

5.5.4.5.4. O Contratado deve manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;

#### 5.5.4.6. Uso Racional de Energia Elétrica

5.5.4.6.1. Equipamentos com mau funcionamento ou danificados, como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas devem ser comunicados pelo Contratado ao Contratante;

5.5.4.6.2. Locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de





energia, tais como desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias etc. devem ser sugeridos pelo Contratado ao Contratante ou diretamente à Comissão Interna de Redução e Racionalização do Uso de Energia (CIRe);

5.5.4.6.3. O Contratado deve repassar a seus profissionais todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo Contratante;

#### 5.5.4.7. Redução de Produção de Resíduos Sólidos

5.5.4.7.1. Sobre este tema, o Contratado deve observar a disciplina das Especificações Técnicas Gerais;

#### 5.5.4.8. Produtos de Lavagem e Saneantes Domissanitários

5.5.4.8.1. Observar, rigorosamente, quando da aplicação e/ou manipulação de detergentes e seus congêneres, as prescrições do art. 44 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, e da Resolução RDC nº 694, de 13 de maio de 2022, da ANVISA, sujeitando-se a fiscalização por parte das autoridades sanitárias e do Contratante;

5.5.4.8.2. Não utilizar na manipulação, em hipótese alguma, os corantes relacionados no Anexo I da Portaria nº 9/MS/SNVS, de 10 de abril de 1987, em face de que a relação risco x benefício, pertinente aos corantes relacionados no Anexo I, é claramente desfavorável à sua utilização em produtos de uso rotineiro por seres humanos;

5.5.4.8.3. Utilizar saneantes domissanitários devidamente registrados nos termos dos arts. 7º e 8º do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, que regulamenta a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

5.5.4.8.4. Não utilizar, na prestação dos serviços, saneantes domissanitários que contenham ou apresentem em sua composição componente não permitido, componente que exceda limite estabelecido constante em regulamento específico, ou componente que apresente efeitos comprovadamente mutagênicos, teratogênicos ou carcinogênicos em mamíferos, observando-se o disposto no art. 9º da Resolução RDC nº 59, de 17 de dezembro de 2010, da ANVISA;

5.5.4.8.5. Observar a rotulagem quanto aos produtos desinfetantes domissanitários, conforme as Resoluções RDC nº 682, de 02 de maio de 2022, e nº 774, de 15 de fevereiro de 2023, da ANVISA;

5.5.4.8.6. Somente aplicar saneantes domissanitários com substâncias tensoativas aniônicas que tenham em sua composição biodegradáveis, conforme disposições da Resolução RDC nº 694, de 13 de maio de 2022, da ANVISA, que dispõe sobre a biodegradabilidade de tensoativos aniônicos empregados em produtos saneantes domissanitários, em face da necessidade de ser preservada a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde, da necessidade de evitar que a flora e a fauna sejam afetadas negativamente por substâncias sintéticas e do atual estágio de conhecimento do grau de biodegradabilidade das substâncias tensoativas aniônicas:

5.5.4.8.6.1. A determinação da biodegradabilidade de tensoativos aniônicos deve observar o disposto na Resolução RDC nº 694, de 13 de maio de 2022, da ANVISA;

5.5.4.8.6.2. O Contratante poderá coletar uma vez por mês, e sempre que entender necessário, amostras de saneantes domissanitários, que deverão ser devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, para



análises laboratoriais;

5.5.4.8.6.3. Os laudos laboratoriais deverão ser elaborados por laboratórios habilitados nos termos da legislação aplicável. Deverão constar obrigatoriamente no laudo laboratorial, além do resultado dos ensaios de biodegradabilidade, resultados da análise química da amostra analisada;

5.5.4.8.7. Quando da aplicação de álcool, deverá ser observada a Resolução RDC nº 691, de 13 de maio de 2022, da ANVISA, que dispõe sobre condições para a industrialização, exposição à venda ou entrega ao consumo do álcool etílico hidratado em todas as graduações e do álcool etílico anidro;

5.5.4.8.7.1. Fica terminantemente proibida a aplicação de produtos que contenham o benzeno em sua composição, conforme Resolução RDC nº 648, de 24 de março de 2022, da ANVISA, em face da necessidade de serem adotados procedimentos para reduzir a exposição da população face aos riscos avaliados pela *International Agency Research on Cancer* (IARC), Agência de pesquisa referenciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), para analisar compostos suspeitos de causarem câncer, e a categorização da substância como cancerígena para humanos, além da necessidade de resguardar a saúde humana e o meio ambiente, e considerando os riscos de exposição como incompatíveis com a disciplina da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, e da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, face aos riscos oferecidos;

5.5.4.8.7.2. Fica proibida a aplicação de saneantes domissanitários que apresentem associação de inseticidas a ceras para assoalhos, impermeabilizantes, polidores e outros produtos de limpeza, nos termos da Resolução Normativa CNS nº 01, de 04 de abril de 1979;

5.5.4.8.8. Os produtos químicos relacionados pelo Contratado, de acordo com sua composição, fabricante e utilização, deverão ter registro na ANVISA, sendo necessária a apresentação de documentação comprobatória;

5.5.4.8.9. Recomenda-se que o Contratado utilize produtos detergentes de baixa concentração e baixo teor de fosfato;

5.5.4.8.10. O Contratado deve apresentar ao Contratante, sempre que solicitada, a composição química dos produtos para análise e precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com profissionais do Contratado ou com terceiros;

#### 5.5.4.9. Poluição Sonora

5.5.4.9.1. Sobre este tema, o Contratado deve observar a disciplina das Especificações Técnicas Gerais.

### Obrigações e responsabilidades específicas do contratante

5.5.5. O Contratante responsabiliza-se por:

5.5.5.1. Exercer a fiscalização dos serviços por técnico(s) especialmente designado(s);

5.5.5.2. Disponibilizar as instalações onde se encontra a lavanderia em funcionamento, incluindo instalações sanitárias, equipamentos e máquinas necessários à execução dos serviços;

5.5.5.3. Arcar com as despesas de consumo de água e energia das dependências colocadas à disposição do Contratado;



- 5.5.5.4. Disponibilizar vestiários com armários guarda-roupas;
- 5.5.5.5. Destinar local para guarda dos produtos químicos, materiais e equipamentos;
- 5.5.5.6. Expedir autorização de serviços com antecedência mínima de **3 (três) dias úteis** da data de início de sua execução, na qual estará(ão) indicado(s) o(s) posto(s) a ser(em) coberto(s) com a coleta e o suprimento de roupas;
- 5.5.5.7. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato;
- 5.5.5.8. Facilitar, por todos os seus meios, o exercício das atividades do Contratado, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus profissionais e os do Contratado e cumprindo as obrigações estabelecidas no Termo de Referência;
- 5.5.5.9. Prestar aos profissionais do Contratado informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;
- 5.5.5.10. Orientar a equipe de saúde a tomar cuidado para evitar que objetos perfurocortantes, instrumentos ou outros artigos que possam causar danos aos envolvidos ou aos equipamentos sejam deixados juntamente com a roupa suja nos sacos de coleta, utilizando-se, para este fim, do instrumento para acompanhamento da sua evolução, conforme apresentado em Anexo do Edital.

## 5. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – MODELO A

6.16. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços através do Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar, conforme previsto em Anexo do Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.26. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.26.1. Ao Contratante é assegurada a fiscalização dos serviços contratados, de forma a acompanhar a execução contratual para assegurar o efetivo cumprimento do escopo contratado;

6.26.2. A autoridade competente do Contratante poderá:

6.26.2.1. ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de profissionais do Contratado que estiverem sem uniforme ou crachá, que embarçarem ou dificultarem a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a exclusivo critério do Contratante, julgar inconveniente;

6.26.2.2. solicitar ao preposto do Contratado o reparo/correção de eventual imperfeição na execução dos serviços;

6.26.2.3. solicitar ao Contratado a substituição de qualquer produto, material, utensílio, equipamentos ou instalações cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus pertences ou que não atendam às necessidades;

6.26.3. A ausência de comunicação, por parte do Contratante, referente a irregularidades ou falhas, não exime o Contratado do regular cumprimento das obrigações previstas no Termo de Referência e no contrato.





## 6. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – MODELO A

### INSTRUÇÕES PARA USO NO ITEM 7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar, conforme previsto em Anexo do Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Aplica-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida na Avaliação da Qualidade dos Serviços. Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos em Anexo do Edital.

7.2. O Contratante executará mensalmente a medição dos serviços considerando a quantidade de serviços efetivamente executados, descontando-se do valor devido, quando houver, as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis ao Contratado, bem como percentual decorrente de avaliação da qualidade dos serviços, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato e no Edital.

## 7. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO – MODELO A

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



## **MODELO B: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATADO (“EXTERNA”)**

### **8. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – MODELO B**

#### **5.5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ADICIONAIS CARACTERÍSTICAS DO MODELO DA CONTRATAÇÃO - MODELO B: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATADO (“EXTERNA”)**

##### **5.5.1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.5.1.1. A prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar envolve o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob situações higiênico-sanitárias adequadas, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra e sem predominância de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

5.5.1.2. A Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências do Contratado (Lavanderia Externa), onde a roupa será processada e entregue.

5.5.1.3. O objeto inclui a coleta e o transporte da roupa suja do setor de expurgo do hospital até as dependências do Contratado, o recebimento e a lavagem da roupa suja na lavanderia, a secagem e a calandragem da roupa limpa, a separação e o transporte da roupa limpa à rouparia ou ao setor do hospital responsável pela centralização e distribuição do enxoval aos setores da unidade.

5.5.1.4. O Contratado deverá possuir lavanderia própria para processamento da roupa e ser dotado de condições necessárias para suprir as necessidades de desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada, de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e a entrega da roupa por meio de veículos adequados.

##### **5.5.2. Descrição dos serviços**

5.5.2.1. O processamento das roupas hospitalares será executado nas instalações do Contratado (Lavanderia Externa).

5.5.2.2. Integra o processamento das roupas hospitalares nas dependências do Contratado todas as etapas mencionadas nas disposições de título “Descrição dos Serviços” das Especificações Técnicas Gerais. Entretanto, em razão da execução do processo de lavagem ser realizado fora dos domínios do Contratante, a Prestação do Serviço de Lavanderia Externa demandará a utilização de veículo motorizado em decorrência do deslocamento da roupa suja até a lavanderia, bem como do deslocamento da roupa limpa até a Unidade Hospitalar.

5.5.2.3. Assim, o processamento de roupas de saúde em Lavanderia Externa é compreendido por:

5.5.2.3.1. Coleta da roupa suja no setor de expurgo da unidade;

5.5.2.3.2. Pesagem da roupa suja;

5.5.2.3.3. Transporte da roupa suja para as dependências do Contratado, atentando-se para as seguintes recomendações:

5.5.2.3.3.1. O transporte da roupa suja do Contratante até as dependências do Contratado deverá ser feito por veículo adequado e devidamente adaptado à natureza da carga;



5.5.2.3.3.2. Os veículos envolvidos na execução dos serviços deverão ser preferencialmente movidos a etanol ou a Gás Natural Veicular (GNV);

5.5.2.3.3.3. O Contratado tem a obrigação de manter o veículo em bom estado e realizar as manutenções preventiva e corretiva julgadas como necessárias para o bom funcionamento dele e para a prevenção de potenciais acidentes;

5.5.2.3.3.4. O Contratado obriga-se, ainda, a providenciar, às suas expensas, a lavagem dos veículos com a utilização de produtos químicos que promovam a plena higienização e descontaminação de agentes nocivos à saúde; e

5.5.2.3.3.5. O veículo utilizado no transporte externo deve possuir sua área de carga isolada da área do motorista e de outros ocupantes;

5.5.2.3.4. Recebimento, separação e classificação da roupa suja na lavanderia;

5.5.2.3.5. Lavagem da roupa suja;

5.5.2.3.6. Pré-secagem, secagem, calandragem e, se necessário, prensagem da roupa limpa;

5.5.2.3.7. Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;

5.5.2.3.8. Separação e embalagem da roupa limpa;

5.5.2.3.9. Transporte e entrega da roupa limpa, da lavanderia para o hospital:

5.5.2.3.9.1. A roupa limpa deverá ser transportada à Unidade Contratante em veículo adequado e devidamente adaptado à natureza da carga, possuindo área de carga isolada da área do motorista e de outros ocupantes. Adicionalmente, o veículo deve estar devidamente higienizado para evitar a contaminação da roupa limpa, em conformidade com a legislação vigente;

5.5.2.3.10. Destinação dos resíduos decorrentes do processo de lavagem.

### 5.5.3. Obrigações e responsabilidades específicas do Contratado

5.5.3.1. As obrigações e responsabilidades do Contratado para a prestação dos serviços de lavanderia externa incluem as estabelecidas nas Especificações Técnicas Gerais. Além destas, acrescentam-se as seguintes obrigações e responsabilidades do Contratado:

5.5.3.2. O Contratado deverá se responsabilizar pela adequação dos processos de lavagem utilizados, sempre que comprovadamente se fizer necessário, e sem ônus para o Contratante;

5.5.3.3. Fica reservado ao Contratante o direito de visitas às dependências do Contratado para a fiscalização, sempre que julgar necessário, devendo agendar vistorias técnicas e podendo utilizar instrumento disponibilizado pela ANVISA para esta finalidade, apresentado em Anexo do Edital;

5.5.3.4. Ficam a cargo do Contratado as despesas com a correta destinação dos resíduos sólidos, segundo legislação vigente. Os resíduos sólidos de saúde eventualmente encontrados junto com as roupas devem ser segregados, acondicionados e devolvidos para o serviço de saúde gerador, em recipiente adequado e com rótulo contendo identificação do material e do serviço de saúde gerador, em conformidade com a Resolução RDC nº 6, de 30 de janeiro de 2012, e com o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009).

### 5.5.4. RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS A SEREM OBSERVADAS PELO CONTRATADO



5.5.4.1. Sobre essa matéria, aplica-se à lavanderia externa a disciplina das disposições de mesmo título das Especificações Técnicas Gerais.

#### 5.5.5. Obrigações e responsabilidades específicas do contratante

5.5.5.1. O Contratante responsabiliza-se por:

5.5.5.2. Exercer a fiscalização dos serviços por técnico(s) especialmente designado(s);

5.5.5.3. Expedir Autorização de Serviços com antecedência mínima de **3 (três) dias úteis** da data de início de sua execução, na qual estará(ão) indicado(s) o(s) posto(s) a ser(em) coberto(s) com a coleta e o suprimento de roupas;

5.5.5.4. Disponibilizar área para retirada, expurgo, entrega e armazenamento do enxoval a ser fornecido, de acordo com a legislação aplicável vigente;

5.5.5.5. Inspecionar os materiais de consumo, os produtos químicos empregados no processamento das roupas, a qualidade do processamento e a integridade do enxoval da unidade;

5.5.5.6. Notificar o Contratado de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

5.5.5.7. Efetuar os pagamentos devidos, no prazo contratual e de acordo com o estabelecido no contrato;

5.5.5.8. Facilitar, por todos os seus meios, o exercício das atividades do Contratado, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus profissionais e os do Contratado e cumprindo as obrigações estabelecidas no Termo de Referência;

5.5.5.9. Prestar aos profissionais do Contratado informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar;

5.5.5.10. Orientar a equipe de saúde a tomar cuidado para evitar que objetos perfurocortantes, instrumentos ou outros artigos que possam causar danos aos envolvidos ou aos equipamentos sejam deixados juntos à roupa suja nos sacos de coleta, utilizando-se, para este fim, do instrumento para acompanhamento da sua evolução, conforme apresentado em Anexo do Edital.

### 9. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – MODELO B

6.19. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.19.1. Ao Contratante é assegurada a fiscalização dos serviços contratados, de forma a acompanhar a execução contratual para assegurar o efetivo cumprimento do escopo contratado, cabendo-lhe efetivar avaliação periódica das atividades desenvolvidas pelo Contratado;

6.19.2. A autoridade competente do Contratante poderá solicitar ao preposto do Contratado o reparo/correção de eventual imperfeição na execução dos serviços;

6.19.3. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante;

6.19.4. A ausência de comunicação, por parte do Contratante, referente a



irregularidades ou falhas, não exime o Contratado do regular cumprimento das obrigações previstas no Termo de Referência e no contrato.

#### 10. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – MODELO B

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar, conforme previsto em Anexo do Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Aplica-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida na Avaliação da Qualidade dos Serviços. Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos em Anexo do Edital.

7.2. O Contratante executará mensalmente a medição dos serviços considerando a quantidade de serviços efetivamente executados, descontando-se do valor devido, quando houver, as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis ao Contratado, bem como percentual decorrente de avaliação da qualidade dos serviços, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato e no Edital.

#### 11. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO – MODELO B

##### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



## MODELO C: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATADO (“EXTERNA”) COM LOCAÇÃO DE ENXOVAL

### 12. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – MODELO C

#### 5.5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ADICIONAIS CARACTERÍSTICAS DO MODELO DA CONTRATAÇÃO - MODELO C: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATADO (“EXTERNA”) COM LOCAÇÃO DE ENXOVAL

##### 5.5.1. OBJETO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.5.1.1. A prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar com Locação de Enxoval em ideais condições de uso, nos padrões determinados pelo Contratante, envolve o processamento de roupas e tecidos em geral em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, sob situações higiênico-sanitárias adequadas, assim como o Gerenciamento e Controle do Enxoval, incluindo sua coleta e distribuição nos setores ou andares das Unidades Hospitalares geradoras, [com regime de dedicação exclusiva de mão de obra,] **OU** [sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e [com **OU** sem] predominância de mão de obra,] conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

5.5.1.2. O objeto inclui, ainda, coleta da roupa suja nos setores ou andares das Unidades Hospitalares e seu transporte até as dependências do Contratado (Lavanderia Externa), recebimento, separação e lavagem da roupa suja na lavanderia, secagem e calandragem da roupa limpa, transporte e entrega da roupa limpa organizada, dobrada e embalada nas rouparias do hospital e distribuição do enxoval nos setores ou andares da unidade, de acordo com os padrões determinados pelo Contratante.

5.5.1.3. O Contratado deverá fornecer o enxoval definido pela Unidade Contratante e possuir lavanderia própria para processamento da roupa, estando dotada de condições necessárias a suprir a necessidade de desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada, de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados.

5.5.1.4. O Contratado deverá considerar o estoque atual do Contratante, colocando à disposição, inicialmente, a diferença da quantidade necessária.

##### 5.5.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.5.2.1. O processamento das roupas hospitalares abrange todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, quais sejam:

5.5.2.1.1. Coleta da roupa suja no setor de expurgo da unidade;

5.5.2.1.2. Pesagem da roupa suja;

5.5.2.1.3. Transporte da roupa suja para as dependências do Contratado;

5.5.2.1.4. Recebimento, separação e classificação da roupa suja na lavanderia;

5.5.2.1.5. Lavagem da roupa suja;





- 5.5.2.1.6. Pré-secagem, secagem e calandragem da roupa limpa;
- 5.5.2.1.7. Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;
- 5.5.2.1.8. Separação e embalagem da roupa limpa;
- 5.5.2.1.9. Transporte e entrega da roupa limpa da lavanderia para o hospital;
- 5.5.2.1.10. Distribuição da roupa limpa nos setores/andares das Unidades Hospitalares; e
- 5.5.2.1.11. Destinação dos resíduos decorrentes do processo de lavagem;
- 5.5.2.2. O controle, a coleta e a distribuição do enxoval nas Unidades Hospitalares deverão ser realizados por profissionais do Contratado devidamente treinados, uniformizados e equipados com EPIs, conforme legislação vigente, em quantidade necessária e de acordo com a demanda nas dependências de cada unidade, como se segue:
  - 5.5.2.2.1. Os profissionais do Contratado à disposição do serviço de rouparia serão responsáveis por recolher, separar, entregar, guardar, controlar e manusear a roupa hospitalar, contemplando todos os setores ou andares da unidade;
  - 5.5.2.2.2. Os profissionais do Contratado colocados à disposição do hospital para o controle, coleta e distribuição do enxoval na unidade de rouparia deverão possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos e escolaridade mínima correspondente ao ensino fundamental completo;
  - 5.5.2.2.3. As atividades de controle, coleta e distribuição de enxoval deverão ser desenvolvidas em regime de plantão, em 7 (sete) dias da semana, inclusive nos finais de semana e feriados, em horários a serem estabelecidos pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade da assistência; e
  - 5.5.2.2.4. A coleta e a entrega do enxoval deverão ser realizadas de acordo com a periodicidade e o horário preestabelecidos pelo Contratante, de forma a cobrir a necessidade de roupas limpas;
- 5.5.2.3. O processamento das roupas hospitalares será executado nas instalações da lavanderia do Contratado;
- 5.5.2.4. O Contratado deverá assumir a reposição gradativa da roupa que compõe o enxoval atual da Unidade Hospitalar, de modo a manter o volume necessário ao atendimento do número de leitos existentes e ativos do hospital. **A relação de peças do enxoval que será disponibilizada ao Contratado será entregue em 3 (três) dias úteis antes da data da contratação;**
- 5.5.2.5. O Contratante deverá prever uma reserva técnica de todo o enxoval de responsabilidade do prestador, estando à disposição do serviço de rouparia para o atendimento de possíveis intercorrências;
- 5.5.2.6. Caberá ao Contratado determinar a necessidade diária de roupa processada para cada unidade, podendo ser alterada periodicamente com base no consumo médio de roupas utilizadas. Contudo, deve, obrigatoriamente, manter a seguinte disponibilidade diária:
  - 5.5.2.6.1. Enxoval cirúrgico: 6 (seis) mudas (conjunto ou peça), sendo que sempre deve haver:



- 5.5.2.6.1.1. 1 (uma) muda em uso;
- 5.5.2.6.1.2. 1 (uma) muda em fase de processamento;
- 5.5.2.6.1.3. 1 (uma) muda suja;
- 5.5.2.6.1.4. 1 (uma) muda na rouparia da unidade; e
- 5.5.2.6.1.5. 2 (duas) mudas que podem estar em qualquer fase do ciclo (processamento, suja ou limpa na rouparia);
- 5.5.2.6.2. Hotelaria: 5 (cinco) mudas (conjunto ou peça), sendo:
  - 5.5.2.6.2.1. 1 (uma) muda em uso;
  - 5.5.2.6.2.2. 1 (uma) muda em fase de processamento;
  - 5.5.2.6.2.3. 1 (uma) muda suja; e
  - 5.5.2.6.2.4. 2 (duas) mudas na rouparia da unidade;
- 5.5.2.6.3. Modelo de planilha para definição de enxoval disponível e a ser disponibilizado:





Quadro 1: Modelo de planilha para definição de enxoval disponível e a ser disponibilizado

(continua)

Ordem	Item – Descrição	Necessário (Mudas)	Disponível (Mudas)	A Ser Disponibilizado (Mudas)	Preço Unitário (R\$)*
HOTELARIA					
01	<b>CAMISOLA ADULTO</b> confeccionada em 50% algodão e 50% poliéster pré-encolhido, com gramatura de 120 g/m <sup>2</sup> , armação tela (mínimo de 180 fios), no tamanho grande (altura 1,30 m largura 1,40 m), na cor azul celeste com estampas, do tipo abaixo do joelho, amarrilhos tipo cadarço na cor do tecido com opa de 20 cm, sem mangas, com decote arredondado, costas fechadas com transpasse na frente e cadarços para amarrar	5			R\$ 52,74
02	<b>CAMISOLA OBESO</b> confeccionada em 50% algodão e 50% poliéster pré-encolhido, com gramatura de 120 g/m <sup>2</sup> , armação tela (mínimo de 180 fios), no tamanho extragrande, na cor azul celeste com estampas, do tipo abaixo do joelho, amarrilhos tipo cadarço na cor do tecido com opa de 20 cm, sem mangas, com decote arredondado, costas fechadas com transpasse na frente e cadarços para amarrar	5			R\$ 64,59
03	<b>CAMISOLA INFANTIL</b> confeccionada em 50% algodão e 50% poliéster (tecido plano), com gramatura de 110 g/m <sup>2</sup> , armação tela (mínimo de 30 fios), no tamanho 12 (infantil), na cor azul celeste com estampas, do tipo abaixo do joelho, manga japonesa, com decote em v, corpo reto, costa inteira transpassada, amarrilho do próprio tecido, acabamento enviés, costura dupla	5			R\$ 48,83
04	<b>COBERTOR SOLTEIRO</b> composto de 100% acrílico, medindo lxc: 1,50 m x 2,20 m, antialérgico, pesando no mínimo de 260 g/m <sup>2</sup> , uma face, acabamento em cetim em todo o contorno, na cor colorido, estampado xadrez, com logo, máquina reta 1 agulha ponto fixo para fixação e pespontos, resistente a lavagem industrial, etiqueta de acordo com a Resolução do CONMETRO n° 2, de 06/05/2008	5			R\$ 40,41
05	<b>COBERTOR INFANTIL</b> tecido misto, composto de 100% acrílico, antialérgico, dupla face, acabamento em cetim em todo o contorno, medindo lxc: 0,90 m x 1,10 m, na cor amarelo, estampado, com logo, máquina reta 1 agulha ponto fixo para fixação e pesponto, resistente à lavagem em processo industrial, resistente à secagem média 90%, etiqueta de acordo com a Resolução do CONMETRO n° 2, de 2008	5			R\$ 40,86
06	<b>FRONHA TIPO ENVELOPE</b> tamanho adulto, composto de 50% algodão e 50% poliéster, pesando no mínimo 120 g/m <sup>2</sup> , densidade do urdume 107 fios, 150 fios, medindo lxc: 0,5 m x 0,7 m, na cor branca, lisa, arremates nas extremidades, resistência a lavagem em processo hospitalar, etiqueta de acordo com a Resolução do CONMETRO n° 2, de 06/05/2008, ABNT NBR 13734/1996	5			R\$ 11,04
07	<b>COLCHA DE PIQUET, SOLTEIRO</b> 100% algodão, na cor branca, lisa, medindo lxc: 1,50 m x 2,30 m, embainhada nas extremidades, lavagem industrial, etiqueta de acordo com a Resolução do CONMETRO n° 2, de 06/05/2008	5			R\$ 69,14

**Quadro 1: Modelo de planilha para definição de enxoval disponível e a ser disponibilizado**  
(continuação)

Ordem	Item – Descrição	Necessário (Mudas)	Disponível (Mudas)	A Ser Disponibilizado (Mudas)	Preço Unitário (R\$)*
<b>HOTELARIA</b>					
08	<b>COLCHA DE PIQUET, INFANTIL</b> 100% algodão, pesando no mínimo 300 g/m <sup>2</sup> , na cor branca, lisa em alto relevo, medindo lxc: 0,90 m x 1,40 m, costura bainha feita com máquina industrial, facilidade e resistência à lavagem, etiqueta de acordo com a Resolução do CONMETRO nº 2, de 06/05/2008	5			R\$ 65,32
09	<b>LENÇOL DE SOLTEIRO</b> em tecido plano, 100% algodão, antialérgico, medindo lxc: 1,80 m x 2,80 m, no mínimo, na cor branca, liso, acabamento com bainha de 5 cm e laterais em aureolas, resistente à lavagem em processo hospitalar, etiqueta de acordo com Resolução do CONMETRO nº 2, de 06/05/2008	5			R\$ 38,19
10	<b>LENÇOL</b> para uso em macas de transportes, mesas ginecológicas, atendimento laboratorial e pronto-socorro, tecido cretone misto, 50% algodão e 50% poliéster, pesando no mínimo 110 g/m <sup>2</sup> , medindo lxc: 1,20 m x 2,20 m, na cor branca, acabamento com barra de 1,5 cm de largura em toda extensão, sem falhas, resistente à lavagem em processo hospitalar, etiqueta de acordo com Resolução do CONMETRO nº 2, de 06/05/2008, ABNT NBR 13734/1996	5			R\$ 34,69
11	<b>TOALHA DE BANHO ADULTO</b> composição do tecido: 100% algodão, pesando no mínimo 500 g/m <sup>2</sup> , pré-lavado, pré-encolhido, medindo no mínimo lxc: 0,80 m x 1,40 m, na cor branca, lisa, com logotipo, costura longitudinal dupla, resistente a processo de lavagem industrial e alvejamento, etiqueta de acordo com a Resolução do CONMETRO nº 2, de 06/05/2008, embalada individualmente de forma a garantir a integridade do produto	5			R\$ 33,88
12	<b>TOALHA DE ROSTO</b> composição do tecido: 100% algodão, pesando no mínimo 300 g/m <sup>2</sup> , felpa dupla 2 x 2, medindo lxc: 45 cm x 85 cm, na cor branca, lisa, com logo, resistente a processo de lavagem industrial, etiqueta de acordo com a Resolução do CONMETRO nº 2, de 06/05/2008, ABNT NBR 13734/1996, embalagem individual	5			R\$ 11,66
<b>CIRÚRGICO</b>					
13	<b>CONJUNTO PARA CENTRO CIRÚRGICO</b> confeccionado em tecido 100% algodão pré-encolhido, sarja 2x1, calça comprida com elástico na cintura, blusa com manga curta, sem bolso, decote em v, cor azul royal	6			R\$ 81,73
14	<b>JALECO PRIVATIVO</b> composto de 67% algodão e 33% poliéster, com armação do tipo sarja 3x1, gola esporte, modelo unissex, tipo curto, com manga curta, com 03 bolsos, sendo 01 bolso superior do lado esquerdo e 02 bolsos dianteiros inferiores, gola decote em v, na cor azul claro	6			R\$ 62,46

**Quadro 1: Modelo de planilha para definição de enxoval disponível e a ser disponibilizado**  
(continuação)

Ordem	Item – Descrição	Necessário (Mudas)	Disponível (Mudas)	A Ser Disponibilizado (Mudas)	Preço Unitário (R\$)*
<b>CIRÚRGICO</b>					
15	<b>JALECO IML</b> confeccionado em tecido 67% algodão e 33% poliéster, com armação do tipo sarja 3x1, na cor azul claro, unissex, manga longa, punhos em malha sanfonada, gola tipo smoking, avental tipo longo, comprimento total de 20 cm abaixo do joelho, contendo 03 bolsos chapados, sendo 02 bolsos dianteiros inferiores e 01 bolso superior esquerdo, fechado com abotoamento através de botões, recoberto com aba, em embalagem individual apropriada e reforçada para a integridade do produto	6			R\$ 72,87
16	<b>CAMPO CIRÚRGICO DUPLO</b> em brim, 100% algodão, armação sarja 3 x 1, na cor verde oliva, medindo 1,30 m x 1,30 m, sem janela, em embalagem individual. O produto deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 113,54
17	<b>CAMPO CIRÚRGICO DUPLO</b> em brim, 100% algodão, armação sarja 3x1, na cor verde oliva, medindo 1,00 m x 1,00 m, sem janela, em embalagem apropriada para o produto, que deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 102,04
18	<b>CAMPO CIRÚRGICO DUPLO</b> em brim, 100% algodão, armação sarja 3x1, na cor verde oliva, com dupla camada de tecido, medindo 0,80 m x 0,80 m, sem janela, em embalagem individual. O produto deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 66,03
19	<b>CAMPO CIRÚRGICO CORONÁRIO DUPLO</b> em brim, armação sarja 3x1, 100% algodão, 210 g/m <sup>2</sup> , cor verde oliva, medindo 0,70 m x 0,70 m, fios resistentes ao processo de lavagem hospitalar, em embalagem individual, embalado em material que garanta a integridade do produto, que deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 58,27
20	<b>CAMPO CIRÚRGICO DUPLO</b> em brim, armação sarja 3x1, 100% algodão, 210 g/m <sup>2</sup> , cor verde oliva, medindo 0,50 m x 0,50 m, em embalagem individual, embalado em material que garanta a integridade do produto, que deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 45,90
21	<b>CAMPO CIRÚRGICO SIMPLES</b> em tecido 100% algodão, com costura nas quatro laterais, na cor verde oliva, tipo brim, medindo 1,60 m x 1,40 m, sarja 3x1, sem janela, em embalagem individual. O produto deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 96,53
22	<b>CAMPO CIRÚRGICO SIMPLES</b> em tecido 100% algodão, cor verde oliva, com costura nas quatro laterais, medindo 1,00 m x 1,00 m, sarja 3x1, sem janela, em embalagem individual. O produto deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 51,52
23	<b>CAMPO CIRÚRGICO SIMPLES</b> em tecido 100% algodão, sarja 3x1, na cor verde oliva, medindo 0,80 m x 0,80 m, sem janela, com costura nas quatro laterais, em embalagem individual. O produto deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 37,14

**Quadro 1: Modelo de planilha para definição de enxoval disponível e a ser disponibilizado**  
(conclusão)

Ordem	Item – Descrição	Necessário (Mudas)	Disponível (Mudas)	A Ser Disponibilizado (Mudas)	Preço Unitário (R\$)*
<b>CIRÚRGICO</b>					
24	<b>CAMPO CIRÚRGICO SIMPLES</b> em tecido 100% algodão, sarja 3x1 na cor verde oliva, medindo 0,50 m x 0,50 m, sem fenestra, com costura nas quatro laterais, em embalagem individual. O produto deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 20,57
25	<b>CAMPO CIRÚRGICO SIMPLES</b> em tecido 100% algodão, sarja 3x1, na cor verde oliva, 0,30 m x 0,30 m, sem fenestra, com costura nas quatro laterais, em embalagem individual. O produto deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 22,62
26	<b>CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO</b> em tecido 100% algodão e ligamento em sarja 3x1, na cor verde oliva, medindo 0,80 m x 0,80 m, com fenestra 12 cm de diâmetro, em embalagem que garanta a integridade do produto, que deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 40,46
27	<b>CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO</b> em tecido 100% algodão e ligamento em sarja 3x1, na cor verde oliva, medindo 0,50 m x 0,50 m, com fenestra, orifício de 6 cm, em embalagem individual. O produto deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 29,57
28	<b>CAMPO CIRÚRGICO FENESTRADO</b> em tecido 100% algodão e ligamento em sarja 3x1, na cor verde oliva, medindo 1,00 m x 1,00 m, com fenestra 12 cm de diâmetro, em embalagem individual. O produto deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 49,96
29	<b>FAIXA DE CONTENÇÃO/RESTRIÇÃO</b> em tecido 100% algodão, sarja 3x1, na cor branca, medindo entre 2,50 a 3,50m x 0,08 a 0,20m, acondicionada em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto, que deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 180,66
30	<b>PORTA-BISTURI</b> , medida única (0,45 m x 0,45 m), cor verde oliva, sarja 3x1, tecido 100% algodão, acondicionado em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto, que deverá obedecer à legislação atual vigente	6			R\$ 10,54
<b>OUTROS/GERAL</b>					
31	<b>HAMPER</b> , modelo padrão, cor cru, em act, 100% algodão, tamanho/grade: único				R\$ 50,36
32	<b>HAMPER</b> , modelo padrão, cor cru, em coplatex, 100% poliéster, tamanho/grade: único				R\$ 1,30

\* Pesquisa de Preços Referenciais.

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



5.5.2.7. No fim do período contratual, o enxoval será de propriedade do Contratante;

5.5.2.8. Serviço de Gerenciamento e Controle de Enxoval: o controle, a coleta e a distribuição do enxoval nas Unidades Hospitalares deverão ser realizados por profissionais do Contratado devidamente treinados, uniformizados e equipados com EPIs conforme legislação vigente, em quantidade necessária e de acordo com a demanda nas dependências de cada unidade, conforme o que se segue:

5.5.2.8.1. O Contratado deverá orientar os seus profissionais para que haja um alinhamento com os serviços e com a equipe de enfermagem;

5.5.2.8.2. O controle diário de roupas deverá ser realizado de acordo com o mapa ou censo diário de internação e ocupação dos leitos fornecido pelo serviço de enfermagem;

5.5.2.8.3. Deverá controlar em impresso próprio os kits recebidos da rouparia;

5.5.2.8.4. Deverá, em conjunto com o serviço de rouparia, montar os kits para distribuição nos leitos de acordo com o padronizado pela Unidade Hospitalar;

5.5.2.8.5. Distribuir os kits de acordo com mapa diário, fornecido pelo serviço de enfermagem;

5.5.2.8.6. Providenciar *check list* dos leitos através de formulários para verificar a necessidade de reposição de enxoval;

5.5.2.8.7. Organizar as rouparias dos andares;

5.5.2.8.8. Orienta-se o Contratado para que os objetos encontrados nos quartos ou enfermarias, de propriedade de pacientes ou acompanhantes, sejam entregues ao serviço de enfermagem do andar, por meio de protocolo; e

5.5.2.8.9. O profissional do Contratado deverá registrar em formulário próprio, diariamente, as ocorrências relativas ao posto em que está prestando os serviços e repassá-lo ao preposto da unidade.

### 5.5.3. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

5.5.3.1. As obrigações e responsabilidades do Contratado para a prestação dos serviços de lavanderia externa com locação de enxoval incluem as estabelecidas nas Especificações Técnicas Gerais. Além destas, acrescentam-se as seguintes obrigações e responsabilidades do Contratado:

5.5.3.2. O Contratado terá **até 3 (três) dias úteis**, a contar da data da expedição da autorização de serviços, para iniciar a execução do serviço, e até 30 (trinta) dias para providenciar todo enxoval hospitalar complementar necessário ao abastecimento de roupas hospitalares na unidade do Contratante, em conformidade com o especificado na relação do enxoval de roupas hospitalares a ser disponibilizado (conforme especificado anteriormente no Quadro 1), devidamente identificado com etiquetas ou *silk screen*;

5.5.3.3. Fornecer todo enxoval hospitalar complementar necessário ao abastecimento da Unidade Hospitalar do Contratante, em conformidade com o especificado na relação do enxoval de roupas hospitalares a ser disponibilizado (Quadro 1);

5.5.3.4. Identificar o enxoval fornecido por meio de etiquetas ou *silk screen*, constando o nome da Unidade Hospitalar e o nome da empresa, conforme padrão a ser definido pelo Contratante;

5.5.3.5. Por sua conta e responsabilidade exclusiva, utilizar toda mão de obra



capacitada, instalações, máquinas e equipamentos, produtos químicos e insumos necessários para execução dos serviços ora contratados;

5.5.3.6. O Contratado deverá assumir, sem ônus para o Contratante, a substituição ou reposição do enxoval hospitalar desgastado ou danificado em decorrência do tempo normal de uso;

5.5.3.7. O Contratante deverá reembolsar o valor das peças do enxoval que eventualmente sejam danificadas em decorrência de má utilização por parte dos servidores ou dos usuários da Unidade Hospitalar ou em casos de extravio. Nesse caso, o Contratado deverá notificar o Contratante da ocorrência e lançar os quantitativos das roupas danificadas apurados em cada bimestre no inventário de controle do enxoval efetuado da forma abaixo descrita;

5.5.3.7.1. Na data do início dos serviços, um profissional do Contratado, em conjunto com um profissional do Contratante, realizará a contagem das roupas entregues para o processamento, conferindo a relação quantitativa e descritiva das roupas hospitalares que serão processadas (conforme modelo apresentado no Quadro 1), para dar início ao controle da evasão e qualidade do processamento das roupas, que será efetuado por meio da realização de inventários bimestrais;

5.5.3.7.2. O Contratado deverá cobrir 3% (três por cento) do total do enxoval mensalmente, correspondente ao índice de evasão de enxoval. Esse percentual de evasão é de responsabilidade do Contratado. Contratante e Contratado deverão manter em registro os índices de evasão, controle de entrada e saída das peças (rastreamento), implantação de ficha de prateleira e contabilização mensal das quantidades de roupas distribuídas. Deverá ser estudada a alternativa de fornecer roupas diariamente por pacotes por pacientes, objetivando um controle mais eficaz das roupas em circulação;

5.5.3.7.3. Ao final de cada bimestre e ao final da execução dos serviços, um profissional do Contratado, em conjunto com um profissional do Contratante, realizará um inventário do enxoval, efetuando a contagem para o controle da evasão, quer seja por extravio ou por destruição por mau uso das roupas objeto do fornecimento;

5.5.3.7.3.1. Contratante e Contratado definem data e horário do inventário;

5.5.3.7.3.2. No Contratante serão contadas as roupas limpas que estão na rouparia central, rouparias dos andares, apartamentos etc.;

5.5.3.7.3.3. O Contratante deverá colocar as roupas sujas que estão nos expurgos dos andares para o expurgo central, quando iniciar o inventário;

5.5.3.7.3.4. O Contratado antecipará a coleta da roupa suja e enviará à lavanderia para higienização;

5.5.3.7.3.5. Após a higienização, a roupa será contada na lavanderia;

5.5.3.7.3.6. Também serão contadas nas lavanderias as peças de roupas limpas procedentes da coleta normal mais as peças de roupas que estiverem para relavagem e costura;

5.5.3.7.3.7. Após o término da contagem da roupa limpa na lavanderia, o quantitativo por peça de roupa é informado ao hospital para que possa ser somado com a roupa contada nele; e

5.5.3.7.3.8. Nos dois ambientes de contagem (hospital e lavanderia) será necessária a presença de pessoas do hospital e da lavanderia para operação casada;





5.5.3.7.4. O Contratado deverá apresentar o inventário do enxoval de roupas hospitalares assinado pelos profissionais responsáveis por sua realização, no qual deverá constar o quantitativo por tipo e tamanho de roupa e o comparativo das quantidades relativas à relação inicial para a apuração do quantitativo da evasão e destruição das roupas no período e seu respectivo valor para reembolso;

5.5.3.7.5. A cada realização de inventário, após o respectivo recebimento do objeto, o Contratado emitirá uma nota fiscal de reposição de roupas fornecidas, que deverá ser paga juntamente com a nota fiscal de serviços do mês da prestação dos serviços. O preço de reposição das roupas fornecidas é dado pelo Contratante e consta na listagem do enxoval, conforme apresentado no Quadro 1 deste instrumento;

5.5.3.7.6. Em caso de controle de enxoval realizado por meio de equipamentos e materiais com utilização de rádio frequência (Radio Frequency Identification – RFID), fica instituído que todos os custos do processo e operação serão do Contratado.

#### 5.5.4. RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS A SEREM OBSERVADAS PELO CONTRATADO

5.5.4.1. Sobre essa matéria, aplica-se à prestação dos serviços de lavanderia externa com locação de enxoval a disciplina das disposições de mesmo título das Especificações Técnicas Gerais.

#### 5.5.5. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.5.5.1. O Contratante responsabiliza-se por:

5.5.5.1.1. Exercer a fiscalização dos serviços por técnico(s) especialmente designado(s);

5.5.5.1.2. Facilitar por todos os seus meios o exercício das atividades do Contratado, dando-lhe acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus profissionais e os do Contratado e cumprindo as obrigações estabelecidas no Termo de Referência;

5.5.5.1.3. Disponibilizar área para retirada, entrega e armazenamento do enxoval a ser fornecido (rouparia) de acordo com a legislação aplicável vigente;

5.5.5.1.4. Inspecionar os materiais de consumo, os produtos químicos empregados no processamento das roupas, a qualidade e a integridade do enxoval hospitalar fornecido;

5.5.5.1.5. Efetuar e aprovar a execução dos inventários das roupas hospitalares fornecidas e determinar o reembolso do custo das roupas extraviadas de acordo com os preços unitários das peças constantes do Quadro 1;

5.5.5.1.6. Notificar o Contratado de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

5.5.5.1.7. Efetuar os pagamentos devidos, no prazo contratual e de acordo com o estabelecido no contrato;

5.5.5.1.8. Exercer a fiscalização dos serviços por técnico(s) especialmente designado(s);

5.5.5.1.9. Expedir Autorização de Serviços com antecedência mínima de **3 (três) dias úteis** da data de início de sua execução, na qual estará(ão) indicado(s) o(s) posto(s) a ser(em) coberto(s), com a coleta e o suprimento de roupas;



5.5.5.1.10. Prestar aos profissionais do Contratado as informações e os esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços a serem executados;

5.5.5.1.11. Orientar a equipe de saúde a tomar cuidado para evitar que objetos perfurocortantes, instrumentos ou outros artigos que possam causar danos aos envolvidos ou aos equipamentos sejam deixados juntamente com a roupa suja nos sacos de coleta, utilizando-se, para este fim, do instrumento para acompanhamento da sua evolução, conforme apresentado em Anexo do Edital.

### 13. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – MODELO C

6.XX. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.XX.1. Ao Contratante é assegurada a fiscalização dos serviços contratados, de forma a acompanhar a execução contratual para assegurar o efetivo cumprimento do escopo contratado, cabendo-lhe efetivar avaliação periódica das atividades desenvolvidas pelo Contratado;

6.XX.2. A autoridade competente do Contratante poderá solicitar ao preposto do Contratado o reparo/correção de eventual imperfeição na execução dos serviços;

6.XX.3. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante;

6.XX.4. A ausência de comunicação, por parte do Contratante, referente a irregularidades ou falhas, não exime o Contratado do regular cumprimento das obrigações previstas no Termo de Referência e no contrato.

### 14. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO – MODELO C

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar, conforme previsto em Anexo do Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Aplica-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida na Avaliação da Qualidade dos Serviços. Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos em Anexo do Edital.

7.2. O Contratante executará mensalmente a medição dos serviços considerando a quantidade de serviços efetivamente executados, descontando-se do valor devido, quando houver, as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis ao Contratado, bem como percentual decorrente de avaliação da qualidade dos serviços, sem prejuízo das sanções disciplinadas em contrato e no Edital.

### 15. INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS PARA USO NO ITEM 8 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO – MODELO C

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.





## B. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

Esta seção apresenta o modelo de Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso a ser assinado pelo representante legal do contratado. O documento deve ser utilizado como referência pelos órgãos e entidades contratantes, devendo ser reproduzido e preenchido conforme as informações do contrato específico, sem alteração de seu conteúdo. Recomenda-se que a Unidade Contratante adote controles que assegurem a assinatura do termo por todos os profissionais que, direta ou indiretamente, tenham acesso a informações restritas, inclusive em casos de substituição ou remanejamento de pessoal.

- Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelo representante legal do Contratado

O Contratado \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o número \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, doravante designado Signatário, neste ato representado por \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

- Redação do preâmbulo do Termo a ser assinado pelos profissionais do Contratado \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o número \_\_\_\_\_, doravante designado(a) Signatário, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante reveladas ao Signatário ou por ele acessadas em função da execução do objeto do contrato \_\_\_\_/\_\_\_\_.
2. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, *pen drives*, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Contratante, das informações restritas reveladas ou acessadas.
4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com o Contratante, as informações restritas reveladas ou acessadas.
5. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
6. O Signatário obriga-se a informar imediatamente ao Contratante qualquer violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.



7. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Contratante, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável e suas obrigações perdurarão inclusive após o término da vigência do contrato mencionado no item 1 deste instrumento.
9. O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados do Contratante, cuja cópia recebeu:\_\_\_\_\_.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário o assina.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_



### C. ESPECIFICAÇÕES PARA O MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

O conteúdo apresentado nesta seção deve substituir a redação correspondente da minuta-padrão de Termo de Referência (TR), adequando-se às contratações de serviços de lavanderia hospitalar.

Recomenda-se atenção à manutenção da estrutura e das informações essenciais do modelo, de modo a assegurar transparência e comparabilidade entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

Cada Unidade Contratante deverá adaptar este modelo às suas necessidades, indicando os quantitativos mensais a serem contratados e sempre se atentando aos três modelos possíveis de contratação.

A planilha sempre, **em qualquer dos três modelos (A, B ou C)**, deverá explicitar os quantitativos mensais estimados (kg de roupa suja), e campos em branco para futuro preenchimento pelos licitantes do preço unitário e dos valores totais da contratação (em R\$).

Para a prestação de serviços de lavanderia externa com locação de enxoval (Modelo C), o processamento da roupa compreende, ainda, o Serviço de Gerenciamento e Controle de Enxoval, que é mensurado pela unidade “posto/mês”, cujo valor referencial é igualmente definido no CadTerc. Caberá à Unidade Contratante definir a quantidade necessária para atender à sua demanda.

Na hipótese de contratação que envolva regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, a Unidade Contratante também deverá incluir no edital modelo de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final no momento indicado no instrumento convocatório.

#### ▪ Exemplo de planilha de proposta para o **MODELO A**

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Mensal (1)	Meses (2)	Preço Unitário (R\$) (3)	Total R\$ (4)=(1)x(2)x(3)
Processamento de roupa nas dependências do Contratante (Lavanderia interna)	kg de roupa suja a processar		30		

#### ▪ Exemplo de planilha de proposta para o **MODELO B**

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Mensal (1)	Meses (2)	Preço Unitário (R\$) (3)	Total R\$ (4)=(1)x(2)x(3)
Processamento de roupa nas dependências do Contratado (Lavanderia externa)	kg de roupa suja a processar		30		



▪ Exemplo de planilha de proposta para o **MODELO C**

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Mensal (1)	Meses (2)	Preço Unitário (R\$) (3)	Total R\$ (4)=(1)x(2)x(3)
1	Processamento de roupa nas dependências do Contratado (Lavanderia externa) com locação de enxoval	kg de roupa suja a processar		30		
2	Gerenciamento e controle de Enxoval	Posto/mês		30		
Total						R\$

**Obs.: Quando houver regime de DEDICAÇÃO EXCLUSIVA de mão de obra OU PREDOMINÂNCIA DE MÃO DE OBRA, deve ser adotada a seguinte redação para a data de referência de preços (com a exclusão da alternativa subsequente):**

- Data de referência dos preços:

- Para os custos relativos à mão de obra vinculados à data-base da categoria profissional, a data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- Para os demais custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a data da apresentação da proposta.

**Obs.: Quando NÃO houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra e não houver predominância de mão de obra, deve ser adotada a seguinte redação para a data de referência de preços (com a exclusão da alternativa antecedente):**

- Data de referência dos preços: Data do orçamento estimado especificada no Edital.

- Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**.



## D. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR

### AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIDADE CONTRATANTE (“INTERNA”) – MODELO A

O conteúdo apresentado nesta seção tem caráter orientativo e deve ser utilizado pelas Unidades Contratantes na fase de execução contratual, especialmente na fiscalização e gestão dos serviços de lavanderia hospitalar, modelo A.

Seu objetivo é apoiar os gestores e fiscais de contrato na verificação periódica da conformidade e da qualidade dos serviços prestados, assegurando padronização nos procedimentos de acompanhamento, registro e avaliação de desempenho da contratada.

Para tanto, as atividades descritas deverão ser executadas periodicamente pelo(s) fiscal(is) do contrato, com base nas diretrizes estabelecidas, gerando relatórios mensais de prestação dos serviços executados a serem encaminhados ao gestor do contrato.

#### 1. REGRAS GERAIS

A avaliação do Contratado na Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar se faz por meio da análise dos seguintes aspectos:

- a) Desempenho profissional;
- b) Desempenho das atividades; e
- c) Gerenciamento.

#### 2. CRITÉRIOS

No formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, respectivamente. Critérios da pontuação a ser utilizada em todos os itens avaliados:

- Bom: 3 (três) pontos;
- Regular: 1 (um) ponto;
- Péssimo: 0 (zero) ponto.

##### 2.1. Condições Complementares

- 2.1.1. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado.
- 2.1.2. Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a Unidade responsável deverá realizar reunião com o Contratado em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando a que o Contratado corrija faltas, falhas e irregularidades quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.
- 2.1.3. Sempre que o Contratado solicitar prazo visando ao atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.



### 3. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

#### 3.1. Desempenho Profissional

Item	Percentual de Ponderação
Cumprimento das atividades	60%
EPIs, uniformes e identificação	20%
Qualificação, atendimento ao público e postura	20%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

#### 3.2. Desempenho das Atividades

Item	Percentual de Ponderação
Disponibilização e instalação de equipamentos	30%
Manutenção e reposição de suprimentos	40%
Controle e contabilização do peso de roupa processada	30%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

#### 3.3. Gerenciamento

Item	Percentual de Ponderação
Periodicidade da supervisão	20%
Gerenciamento das atividades operacionais	30%
Atendimento às solicitações	25%
Regularidade quanto a obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	25%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

### 4. PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DAS FATURAS

- 4.1. As faturas apresentadas pelo Contratado ao Contratante para fins de pagamento ficarão sujeitas à aplicação de um percentual de liberação, vinculado à avaliação da qualidade dos serviços, conforme a tabela a seguir:

Percentual de Liberação	Nota Obtida na Avaliação
Liberação total da fatura	Nota total maior ou igual a 6,75 pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota total maior ou igual a 5 e menor que 6,75 pontos ou 1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens de cada grupo avaliado
Liberação de 75% da fatura	Nota total abaixo de 5 pontos ou mais de 1 (uma) nota 0 (zero) nos itens de cada grupo avaliado

- 4.2. O gestor do contrato apurará o percentual de liberação devido em cada medição em conformidade com o procedimento descrito no item 8 deste documento e no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



## 5. RESPONSABILIDADES

### 5.1. Fiscal(is) do Contrato

- **Fiscal administrativo do contrato:** responsável pela verificação da manutenção das condições de habilitação do Contratado, bem como de outros aspectos administrativos do cumprimento do contrato, e pela informação de todas as circunstâncias relevantes ao fiscal técnico para que este preencha o Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços e consolide a avaliação de desempenho do Contratado;
- **Fiscal técnico do contrato:** responsável pela avaliação da execução do objeto e do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, pela consolidação da avaliação de desempenho do Contratado com a inclusão da avaliação dos aspectos administrativos feita pelo fiscal administrativo, pela elaboração do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, com a apresentação das justificativas para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um), pelo encaminhamento de uma via do Formulário e das justificativas ao Contratado, e pelo encaminhamento de toda documentação ao gestor do contrato.

### 5.2. Gestor do Contrato

- Responsável pela verificação das avaliações recebidas;
- Responsável pela aplicação na medição correspondente do respectivo percentual de liberação da fatura, que ensejará descontos a depender do desempenho, garantindo a defesa prévia ao Contratado;
- Responsável pelo encaminhamento para conhecimento à autoridade competente;
- Responsável pela solicitação de aplicação das sanções cabíveis, com garantia de defesa prévia ao Contratado;
- Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.

## 6. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

- 6.1. Cabe à Unidade responsável, por meio do(s) fiscal(is) do contrato e com base no Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal do Contratado.
- 6.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico, com o auxílio do fiscal administrativo nos termos do item 7, deve encaminhar, com observância dos prazos do Termo de Referência, os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhados das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1 (um), para o gestor do contrato, bem como deve encaminhar 1 (uma) via do Formulário e das justificativas ao Contratado.



- 6.3. Mensalmente, o gestor do contrato verificará a avaliação de desempenho do Contratado realizada pelo(s) fiscal(is) com base em todos os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados durante esse período.
- 6.4. De posse dessa avaliação, o gestor do contrato deve aplicar na medição correspondente o respectivo percentual de liberação da fatura conforme previsto neste procedimento, que ensejará descontos a depender do desempenho, cabendo ao gestor do contrato garantir a defesa prévia ao Contratado.
- 6.5. Cabe ao gestor do contrato encaminhar mensalmente ao Contratado, no fechamento das medições, o Relatório das Instalações e Quadro-resumo demonstrando, de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global do Contratado em relação aos conceitos alcançados por ele.
- 6.6. Cabe ao gestor do contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o Quadro-resumo e conceituando o Contratado como segue:
  - Conceito Geral Bom e Desempenho Recomendado: quando o Contratado obtiver nota final acumulada igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e não tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6 deste instrumento;
  - Conceito Geral Regular e Desempenho Recomendado: quando o Contratado, apesar de obter nota final acumulada igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos), já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6 deste instrumento;
  - Conceito Geral Péssimo e Desempenho não Recomendado: quando o Contratado, além de obter nota final acumulada inferior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos), já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6 deste instrumento.

## 7. DOCUMENTAÇÃO DE APOIO

- 7.1. Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços.
- 7.2. Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços.
- 7.3. Relatório das Instalações e Quadro-resumo.



**7.1. Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências da Unidade Contratante**

Contrato número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratado:			
Responsável pela fiscalização:			
Gestor do contrato:			

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=axb)
Cumprimento das atividades	60%		
EPIs, uniformes e identificação	20%		
Qualificação, atendimento ao público e postura	20%		
<b>Total</b>			

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=axb)
Disponibilização e instalação de equipamentos	30%		
Manutenção e reposição de suprimentos	40%		
Controle e contabilização do peso de roupa processada	30%		
<b>Total</b>			

Grupo 3 – Gerenciamento	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=axb)
Periodicidade da supervisão	20%		
Gerenciamento das atividades operacionais	30%		
Atendimento às solicitações	25%		
Regularidade quanto a obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	25%		
<b>Total</b>			

<b>Nota Final (Somatório das Notas Totais para os Grupos 1, 2 e 3)</b>	
--	--

Nota final:	Assinatura do responsável pela fiscalização:	Assinatura do gestor do contrato:	Assinatura do responsável do Contratado:
-------------	--	-----------------------------------	--



## 7.2. Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências da Unidade Contratante

Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar item NÃO AVALIADO e anexar justificativa.

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Cumprimento das atividades	<p>Cumprimento das atividades definidas nas especificações técnicas dos serviços e no contrato observando as normas vigentes, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Coleta da roupa suja no setor de expurgo da unidade;</li><li>▪ Separação da roupa suja;</li><li>▪ Lavagem da roupa suja;</li><li>▪ Secagem e calandragem da roupa limpa;</li><li>▪ Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;</li><li>▪ Separação e embalagem da roupa limpa;</li><li>▪ Transporte e entrega da roupa limpa na rouparia do hospital em uma periodicidade não superior a 24 horas;</li><li>▪ Disponibilização de mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas;</li><li>▪ Apresentação das formulações do processo de lavagem, descrevendo a operação, incluindo dosagem dos produtos, tempo de lavagem e temperatura da água, e dos procedimentos a serem realizados para: sujeira pesada (sangue, fezes, vômitos e outras sujidades proteicas); sujeira leve (sem presença de fluidos corpóreos, sangue e/ou produtos químicos).</li></ul>
EPIs, uniformes e identificação	<p>Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o mediante crachás com fotografia recente e o provendo dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Uso de uniformes em perfeito estado de conservação e com aparência pessoal adequada;</li><li>▪ Utilização de EPIs e uniformes adequados às tarefas que executam e às condições climáticas (máscara, proteção ocular e auricular, avental, botas e luvas de borracha cobrindo os braços).</li></ul>
Qualificação, atendimento ao público e postura	<p>Qualificação e habilitação da mão de obra disponibilizada pelo Contratado:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que irão prestar os serviços, com observância da legislação aplicável;</li><li>▪ Conduta dos profissionais do Contratado com o público.</li></ul>



Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Disponibilização e instalação de equipamentos	<p>Disponibilização, manutenção e instalação de todos os equipamentos necessários à execução do serviço, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Balança digital com marca de verificação do Inmetro conforme legislação vigente, sem ônus para o Contratante;</li><li>▪ Contêineres com tampa lavável;</li><li>▪ Sacos <i>hamper</i> de tecido ou de plástico descartáveis conforme determinação do Contratante;</li><li>▪ Carros-prateleiras ou do tipo gaiolas.</li></ul> <p>Manutenção e conservação dos equipamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Executar as manutenções preventiva e corretiva nos equipamentos utilizados;</li><li>▪ Reparação dos equipamentos danificados em até 24 (vinte e quatro) horas. Na impossibilidade de reparo no prazo mencionado, o Contratado deverá providenciar o processamento contingencial da roupa;</li><li>▪ Proceder à limpeza e desinfecção dos equipamentos de acordo com as recomendações dos fabricantes da maquinaria;</li><li>▪ Seguir normas de procedimentos visando conservar o equipamento em bom estado e limpeza.</li></ul>
Manutenção e reposição de suprimentos	<p>O Contratado deverá disponibilizar materiais de consumo em quantidades suficientes para atender à legislação técnica e sanitária vigente, responsabilizando-se por:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Apresentar documentação que comprove registro na ANVISA dos produtos químicos utilizados;</li><li>▪ Manter o padrão de cor ou de brancura e resistências dos tecidos, que serão testados a cada 60 (sessenta) dias;</li><li>▪ Seguir as instruções dos fabricantes quanto às dosagens dos produtos a serem utilizados, visando à garantia do serviço executado;</li><li>▪ Apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, a composição química dos produtos para análise e precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com profissionais do Contratado ou com terceiros.</li></ul>
Controle e contabilização do peso de roupa processada	<p>Manter controle, inventário e contabilização mensal da quantidade de roupa processada, na seguinte conformidade:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O controle da roupa suja será efetuado pelo profissional designado pelo Contratante em conjunto com o Contratado. A roupa deverá ser pesada pelo Contratado na presença do profissional do Contratante;</li><li>▪ Deverá ser elaborado um relatório diário pelo Contratado, informando o peso da roupa retirada em kg. Este relatório deverá ser aprovado pelo profissional do Contratante;</li><li>▪ O relatório acima deverá ser emitido em 2 (duas) vias, conferidas e assinadas pelos responsáveis do Contratado e do Contratante. Uma das vias deverá ficar com o responsável do Contratante;</li><li>▪ Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um profissional do Contratado e de outro do Contratante. O peso da roupa limpa não deverá ser inferior ao peso do mesmo lote de roupa suja multiplicado por 1 menos o índice de sujidade definido pela Unidade Contratante. Os valores desse índice devem estar entre 8% e 15%;</li><li>▪ As roupas limpas, quando de sua entrega, deverão vir acompanhadas de uma relação geral, constando o rol da roupa entregue – número total de cada peça e peso da roupa limpa;</li><li>▪ As relações acima deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, conferidas e assinadas pelos responsáveis do Contratado e do Contratante. Uma das vias deverá ficar com o responsável do Contratante.</li></ul>



Grupo 3 – Gerenciamento	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Periodicidade da supervisão	Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para o suprimento de roupas limpas. <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Execução de supervisão por parte do Contratado e na periodicidade acordada;</li><li>▪ Indicação de 1 (um) preposto que será o responsável por todas as ações administrativas da prestação de serviço, tais como controle de manutenção e limpeza dos equipamentos, emissão de relatórios gerenciais etc.</li></ul>
Gerenciamento das atividades operacionais	Apresentar semestralmente laudo com os resultados dos: <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Testes bacteriológicos do meio ambiente e da água de abastecimento da lavanderia;</li><li>▪ Testes de durabilidade dos tecidos;</li><li>▪ Testes de pH de produtos e da água.</li></ul>
Atendimento às solicitações	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Atender, de imediato, às solicitações do Contratante quanto às substituições de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.</li></ul>
Regularidade quanto a obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Comprovação do cumprimento das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas por parte do Contratado em conformidade com a disciplina do modelo de gestão do contrato do Termo de Referência que compõe Anexo do Edital.</li></ul>

### 7.3. Relatório das Instalações e Quadro-resumo – Lavanderia Hospitalar nas Dependências da Unidade Contratante

#### Relatório das Instalações

Locais de Prestação dos Serviços	Subtotal Grupo 1	Subtotal Grupo 2	Subtotal Grupo 3	Nota Final (Somatório das Notas Totais para os Grupos 1, 2 e 3)
Avaliação Global				

#### Quadro-resumo

Grupo	Mês												Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Grupo 1													
Grupo 2													
Grupo 3													
Total													



## **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATADO (“EXTERNA”) – MODELO B**

O conteúdo apresentado nesta seção tem caráter orientativo e deve ser utilizado pelas Unidades Contratantes na fase de execução contratual, especialmente na fiscalização e gestão dos serviços de lavanderia hospitalar, modelo B.

Seu objetivo é apoiar os gestores e fiscais de contrato na verificação periódica da conformidade e da qualidade dos serviços prestados, assegurando padronização nos procedimentos de acompanhamento, registro e avaliação de desempenho da contratada.

Para tanto, as atividades descritas deverão ser executadas periodicamente pelo(s) fiscal(is) do contrato, com base nas diretrizes estabelecidas, gerando relatórios mensais de prestação dos serviços executados a serem encaminhados ao gestor do contrato.

### **1. REGRAS GERAIS**

A avaliação do Contratado na Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:

- a) Desempenho profissional;
- b) Desempenho das atividades;
- c) Gerenciamento.

### **2. CRITÉRIOS**

No formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado correspondente aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, respectivamente. Critérios da pontuação a ser utilizada em todos os itens avaliados:

- Bom: 3 (três) pontos;
- Regular: 1 (um) ponto;
- Péssimo: 0 (zero) ponto.

#### **2.1. Condições Complementares**

- 2.1.1. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado.
- 2.1.2. Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a Unidade responsável deverá realizar reunião com o Contratado em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando a que o Contratado corrija faltas, falhas e irregularidades quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.
- 2.1.3. Sempre que o Contratado solicitar prazo visando ao atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.



### 3. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

#### 3.1. Desempenho Profissional

Item	Percentual de Ponderação
Cumprimento das atividades	60%
EPIs, uniformes e identificação	20%
Qualificação, atendimento ao público e postura	20%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

#### 3.2. Desempenho das Atividades

Item	Percentual de Ponderação
Disponibilização e instalação de equipamentos	30%
Manutenção e reposição de suprimentos	40%
Controle e contabilização do peso de roupa processada	30%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

#### 3.3. Gerenciamento

Item	Percentual de Ponderação
Periodicidade da supervisão	20%
Gerenciamento das atividades operacionais	30%
Atendimento às solicitações	25%
Regularidade quanto a obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	25%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

### 4. PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DAS FATURAS

- 4.1. As faturas apresentadas pelo Contratado ao Contratante para fins de pagamento ficarão sujeitas à aplicação de um percentual de liberação, vinculado à avaliação da qualidade dos serviços, conforme a tabela a seguir:

Percentual de Liberação	Nota Obtida na Avaliação
Liberação total da fatura	Nota total maior ou igual a 6,75 pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota total maior ou igual a 5 e menor que 6,75 pontos ou 1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens de cada grupo avaliado
Liberação de 75% da fatura	Nota total abaixo de 5 pontos ou mais de 1 (uma) nota 0 (zero) nos itens de cada grupo avaliado

- 4.2. O gestor do contrato apurará o percentual de liberação devido em cada medição em conformidade com o procedimento descrito no item 8 deste documento e no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



## 5. RESPONSABILIDADES

### 5.1. Fiscal(is) do Contrato

- **Fiscal administrativo do contrato:** responsável pela verificação da manutenção das condições de habilitação do Contratado, bem como de outros aspectos administrativos do cumprimento do contrato, e pela informação de todas as circunstâncias relevantes ao fiscal técnico para que este preencha o Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços e consolide a avaliação de desempenho do Contratado;
- **Fiscal técnico do contrato:** responsável pela avaliação da execução do objeto e do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, pela consolidação da avaliação de desempenho do Contratado com a inclusão da avaliação dos aspectos administrativos feita pelo fiscal administrativo, pela elaboração do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, com a apresentação das justificativas para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um), pelo encaminhamento de uma via do Formulário e das justificativas ao Contratado, e pelo encaminhamento de toda documentação ao gestor do contrato.

### 5.2. Gestor do Contrato

- Responsável pela verificação das avaliações recebidas;
- Responsável pela aplicação na medição correspondente do respectivo percentual de liberação da fatura, que ensejará descontos a depender do desempenho, garantindo a defesa prévia ao Contratado;
- Responsável pelo encaminhamento para conhecimento à autoridade competente;
- Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, com garantia de defesa prévia ao Contratado;
- Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.

## 6. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

- 6.1. Cabe à Unidade responsável, por meio do(s) fiscal(is) do contrato e com base no Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal do Contratado.
- 6.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico, com o auxílio do fiscal administrativo nos termos do item 7, deve encaminhar, com observância dos prazos do Termo de Referência, os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhados das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1 (um), para o gestor do contrato, bem como deve encaminhar 1 (uma) via do Formulário e das justificativas ao Contratado.



- 6.3. Mensalmente, o gestor do contrato verificará a avaliação de desempenho do Contratado realizada pelo(s) fiscal(is) com base em todos os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados durante esse período.
- 6.4. De posse dessa avaliação, o gestor do contrato deve aplicar na medição correspondente o respectivo percentual de liberação da fatura conforme previsto neste procedimento, que ensejará descontos a depender do desempenho, cabendo ao gestor do contrato garantir a defesa prévia ao Contratado.
- 6.5. Cabe ao gestor do contrato encaminhar mensalmente ao Contratado, no fechamento das medições, o Relatório das Instalações e Quadro-resumo demonstrando, de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global do Contratado em relação aos conceitos alcançados por ele.
- 6.6. Cabe ao gestor do contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o Quadro-resumo e conceituando o Contratado como segue:
- Conceito Geral Bom e Desempenho Recomendado: quando o Contratado obtiver nota final acumulada igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e não tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6 deste instrumento;
  - Conceito Geral Regular e Desempenho Recomendado: quando o Contratado, apesar de obter nota final acumulada igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos), já tiver sofrido a incidência dos percentuais de liberação indicados no item 6 deste instrumento;
  - Conceito Geral Péssimo e Desempenho não Recomendado: quando o Contratado, além de obter nota final acumulada inferior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos), já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6 deste instrumento.

## 7. DOCUMENTAÇÃO DE APOIO

- 7.1. Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços.
- 7.2. Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços.
- 7.3. Relatório das Instalações e Quadro-resumo.



**7.1. Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências do Contratado (“Externa”)**

Contrato número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratado:			
Responsável pela fiscalização:			
Gestor do contrato:			

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=axb)
Cumprimento das atividades	60%		
EPIs, uniformes e identificação	20%		
Qualificação, atendimento ao público e postura	20%		
<b>Total</b>			

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=axb)
Disponibilização e instalação de equipamentos	30%		
Manutenção e reposição de suprimentos	40%		
Controle e contabilização do peso de roupa processada	30%		
<b>Total</b>			

Grupo 3 – Gerenciamento	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=axb)
Periodicidade da supervisão	20%		
Gerenciamento das atividades operacionais	30%		
Atendimento às solicitações	25%		
Regularidade quanto a obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	25%		
<b>Total</b>			

<b>Nota Final (Somatório das Notas Totais para os Grupos 1, 2 e 3)</b>	
--	--

Nota final:	Assinatura do responsável pela fiscalização:	Assinatura do gestor do contrato	Assinatura do responsável do Contratado:
-------------	--	----------------------------------	--



## 7.2. Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências do Contratado (“Externa”)

Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar item NÃO AVALIADO e anexar justificativa.

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Cumprimento das atividades	<p>Cumprimento das atividades definidas nas especificações técnicas dos serviços e no contrato observando as normas vigentes, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Coleta da roupa suja no setor de expurgo da unidade;</li><li>▪ Retirada da roupa suja na periodicidade estabelecida pelo Contratante;</li><li>▪ Transporte da roupa suja para as dependências do Contratado em veículo adequado, devidamente adaptado à natureza da carga;</li><li>▪ Recebimento e acondicionamento da roupa suja na lavanderia;</li><li>▪ Lavagem da roupa suja;</li><li>▪ Secagem e calandragem da roupa limpa;</li><li>▪ Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;</li><li>▪ Separação e embalagem da roupa limpa;</li><li>▪ Transporte e entrega da roupa limpa da lavanderia para o hospital;</li><li>▪ Disponibilização de mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas;</li><li>▪ Apresentação das formulações do processo de lavagem, descrevendo a operação – dosagem dos produtos, tempo de lavagem e temperatura da água e dos procedimentos a serem realizados para: sujeira pesada – sangue, fezes, vômitos e outras sujidades proteicas; sujeira leve – sem presença de fluidos corpóreos, sangue e/ou produtos químicos;</li><li>▪ Possuir capacidade técnica operativa e profissional – equipe técnica para o processamento das roupas hospitalares, de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização e acondicionamento de toda a roupa processada, de maneira a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a retirada e entrega da roupa por meio de veículos adequados.</li></ul>
EPIs, uniformes e identificação	<p>Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o mediante crachás com fotografia recente e o provendo dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Uso de uniformes em perfeito estado de conservação e com aparência pessoal adequada;</li><li>▪ Utilização de equipamentos de proteção individual e uniformes adequados às tarefas que executam e às condições climáticas (máscara, proteção ocular e auricular, avental, botas e luvas de borracha cobrindo os braços).</li></ul>
Qualificação, atendimento ao público e postura	<p>Qualificação e habilitação da mão de obra disponibilizada pelo Contratado:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que irão prestar os serviços, com observância da legislação aplicável;</li><li>▪ Conduta dos profissionais do Contratado com o público.</li></ul>



Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Disponibilização e instalação de equipamentos	<p>Disponibilização, manutenção e instalação de todos os equipamentos necessários à execução do serviço, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Balança digital com marca de verificação do Inmetro, conforme legislação vigente, sem ônus para o Contratante;</li><li>▪ Contêineres com tampa lavável;</li><li>▪ Sacos <i>hamper</i> de tecido ou de plástico descartáveis conforme determinação do Contratante;</li><li>▪ Carros-prateleiras ou do tipo gaiolas.</li></ul> <p>Manutenção e conservação dos equipamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Executar a manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos utilizados;</li><li>▪ Reparação dos equipamentos danificados em até 24 horas. Na impossibilidade de reparo no prazo mencionado, o Contratado deverá providenciar o processamento contingencial da roupa;</li><li>▪ Proceder à limpeza e desinfecção dos equipamentos de acordo com as recomendações dos fabricantes da maquinaria;</li><li>▪ Seguir normas de procedimentos visando conservar o equipamento em bom estado e limpeza.</li></ul>
Manutenção e reposição de suprimentos	<p>O Contratado deverá disponibilizar materiais de consumo em quantidades suficientes para atender a legislação técnica e sanitária vigente, responsabilizando-se por:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Apresentar documentação que comprove registro na ANVISA dos produtos químicos utilizados;</li><li>▪ Manter o padrão de cor ou de brancura e a resistência dos tecidos, que serão testados a cada 60 (sessenta) dias;</li><li>▪ Seguir as instruções dos fabricantes quanto às dosagens dos produtos a serem utilizados, visando à garantia do serviço executado;</li><li>▪ Apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, a composição química dos produtos, para análise e precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com profissionais do Contratado ou com terceiros.</li></ul>
Controle e contabilização do peso de roupa processada	<p>Manter controle, inventário e contabilização mensal da quantidade de roupa processada, na seguinte conformidade:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O controle da roupa suja será efetuado pelo profissional designado pelo Contratante em conjunto com o Contratado. A roupa deverá ser pesada pelo Contratado na presença do profissional do Contratante;</li><li>▪ Deverá ser elaborado um relatório diário pelo Contratado, informando o peso da roupa retirada (em kg). Este relatório deverá ser aprovado pelo profissional do Contratante;</li><li>▪ O relatório acima deverá ser emitido em duas vias, conferidas e assinadas pelos responsáveis do Contratado e do Contratante. Uma das vias deverá ficar com o responsável do Contratante;</li><li>▪ Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um profissional do Contratado e de outro do Contratante. O peso da roupa limpa não deverá ser inferior ao peso do mesmo lote de roupa suja multiplicado por 1 menos o índice de sujidade definido pela Unidade Contratante. Os valores desse índice devem estar entre 8% e 15%;</li><li>▪ As roupas limpas, quando de sua entrega, deverão vir acompanhadas de uma relação geral, constando o rol da roupa entregue – número total de cada peça e peso da roupa limpa;</li><li>▪ As relações acima deverão ser emitidas em duas vias, conferidas e assinadas pelos responsáveis do Contratado e do Contratante. Uma das vias deverá ficar com o responsável do Contratante.</li></ul>



Grupo 3 – Gerenciamento	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Periodicidade da supervisão	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para o suprimento de roupas limpas;</li><li>▪ Execução de supervisão por parte do Contratado e na periodicidade acordada;</li><li>▪ Indicação de 1 (um) preposto que será o responsável por todas as ações administrativas da prestação de serviços, tais como: controle de manutenção e limpeza dos equipamentos, emissão de relatórios gerenciais etc..</li></ul>
Gerenciamento das atividades operacionais	Apresentar semestralmente laudo com os resultados dos: <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Testes bacteriológicos do meio ambiente e da água de abastecimento da lavanderia;</li><li>▪ Testes de durabilidade dos tecidos;</li><li>▪ Testes de pH de produtos e da água.</li></ul>
Atendimento às solicitações	Atender, de imediato, as solicitações do Contratante quanto às substituições de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
Regularidade quanto a obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	Comprovação mensal, pelo Contratado, de que mantém as condições exigidas no Edital para a habilitação na licitação, aproveitando-se para esse fim certidões já apresentadas que ainda se encontrem no prazo de validade.

### 7.3. Relatório das Instalações e Quadro-resumo – Lavanderia Hospitalar nas Dependências do Contratado (“Externa”)

#### Relatório das Instalações

Locais de Prestação dos Serviços	Subtotal Grupo 1	Subtotal Grupo 2	Subtotal Grupo 3	Nota Final (Somatório das Notas Totais para os Grupos 1, 2 e 3)
Avaliação Global				

#### Quadro-resumo

Grupo	Mês												Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Grupo 1													
Grupo 2													
Grupo 3													
Total													



## **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR NAS DEPENDÊNCIAS DO CONTRATADO (“EXTERNA”) COM LOCAÇÃO DE ENXOVAL, INCLUINDO SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DE ENXOVAL – MODELO C**

O conteúdo apresentado nesta seção tem caráter orientativo e deve ser utilizado pelas Unidades Contratantes na fase de execução contratual, especialmente na fiscalização e gestão dos serviços de lavanderia hospitalar, modelo C.

Seu objetivo é apoiar os gestores e fiscais de contrato na verificação periódica da conformidade e da qualidade dos serviços prestados, assegurando padronização nos procedimentos de acompanhamento, registro e avaliação de desempenho da contratada.

Para tanto, as atividades descritas deverão ser executadas periodicamente pelo(s) fiscal(is) do contrato, com base nas diretrizes estabelecidas, gerando relatórios mensais de prestação dos serviços executados a serem encaminhados ao gestor do contrato.

### **1. REGRAS GERAIS**

A avaliação do Contratado na Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar se faz por meio da análise dos seguintes aspectos:

- a) Desempenho profissional;
- b) Desempenho das atividades;
- c) Gerenciamento.

### **2. CRITÉRIOS**

No formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, respectivamente. Critérios da pontuação a ser utilizada em todos os itens avaliados:

- Bom: 3 (três) pontos;
- Regular: 1 (um) ponto;
- Péssimo: 0 (zero) ponto.

#### **2.1. Condições Complementares**

- 2.1.1. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado.
- 2.1.2. Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a Unidade responsável deverá realizar reunião com o Contratado em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando a que o Contratado corrija faltas, falhas e irregularidades quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.



- 2.1.3. Sempre que o Contratado solicitar prazo visando ao atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

### 3. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

#### 3.1. Desempenho Profissional

Item	Percentual de Ponderação
Cumprimento das atividades	60%
EPIs, uniformes e identificação	20%
Qualificação, atendimento ao público e postura	20%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

#### 3.2. Desempenho das Atividades

Item	Percentual de Ponderação
Disponibilização e instalação de equipamentos	30%
Manutenção e reposição de enxoval/suprimentos	40%
Controle e contabilização do peso de roupa processada	30%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

#### 3.3. Gerenciamento

Item	Percentual de Ponderação
Periodicidade da supervisão	20%
Gerenciamento das atividades operacionais	30%
Atendimento às solicitações	25%
Regularidade quanto a obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	25%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

### 4. PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DAS FATURAS

- 4.1. As faturas apresentadas pelo Contratado ao Contratante para fins de pagamento ficarão sujeitas à aplicação de um percentual de liberação vinculado à avaliação da qualidade dos serviços, conforme a tabela a seguir:

Percentual de Liberação	Nota Obtida na Avaliação
Liberação total da fatura	Nota total maior ou igual a 6,75 pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota total maior ou igual a 5 e menor que 6,75 pontos ou 1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens de cada grupo avaliado
Liberação de 75% da fatura	Nota total abaixo de 5 pontos ou mais de 1 (uma) nota 0 (zero) nos itens de cada grupo avaliado

- 4.2. O gestor do contrato apurará o percentual de liberação devido em cada medição em conformidade com o procedimento descrito no item 8 deste documento e no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



- 4.3. Os percentuais de desconto da fatura aqui referidos incidirão apenas no montante financeiro dos serviços avaliados, neste caso, o valor devido para o serviço de lavanderia hospitalar, sem considerar os valores relativos ao serviço de gerenciamento e controle de enxoval.

## 5. RESPONSABILIDADES

### 5.1. Fiscal(is) do Contrato

- **Fiscal administrativo do contrato:** responsável pela verificação da manutenção das condições de habilitação do Contratado, bem como de outros aspectos administrativos do cumprimento do contrato, e pela informação de todas as circunstâncias relevantes ao fiscal técnico para que este preencha o Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços e consolide a avaliação de desempenho do Contratado;
- **Fiscal técnico do contrato:** responsável pela avaliação da execução do objeto e do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, pela consolidação da avaliação de desempenho do Contratado com a inclusão da avaliação dos aspectos administrativos feita pelo fiscal administrativo, pela elaboração do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, com a apresentação das justificativas para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um), pelo encaminhamento de uma via do Formulário e das justificativas ao Contratado, e pelo encaminhamento de toda documentação ao gestor do contrato.

### 5.2. Gestor do Contrato

- Responsável pela verificação das avaliações recebidas;
- Responsável pela aplicação na medição correspondente do respectivo percentual de liberação da fatura, que ensejará descontos a depender do desempenho, garantindo a defesa prévia ao Contratado;
- Responsável pelo encaminhamento para conhecimento à autoridade competente;
- Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, com garantia de defesa prévia ao Contratado;
- Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.

## 6. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

- 6.1. Cabe à Unidade responsável, por meio do(s) fiscal(is) do contrato e com base no Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal do Contratado.





- 6.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico, com o auxílio do fiscal administrativo nos termos do item 7, deve encaminhar, com observância dos prazos do Termo de Referência, os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhados das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1 (um), para o gestor do contrato, bem como deve encaminhar 1 (uma) via do Formulário e das justificativas ao Contratado.
- 6.3. Mensalmente, o gestor do contrato verificará a avaliação de desempenho do Contratado realizada pelo(s) fiscal(is) com base em todos os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados durante esse período.
- 6.4. De posse dessa avaliação, o gestor do contrato deve aplicar na medição correspondente o respectivo percentual de liberação da fatura conforme previsto neste procedimento, que ensejará descontos a depender do desempenho, cabendo ao gestor do contrato garantir a defesa prévia ao Contratado.
- 6.5. Cabe ao gestor do contrato encaminhar mensalmente ao Contratado, no fechamento das medições, o Relatório das Instalações e Quadro-resumo demonstrando, de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global do Contratado em relação aos conceitos alcançados por ele.
- 6.6. Cabe ao gestor do contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o Quadro-resumo e conceituando o Contratado como segue:
  - Conceito Geral Bom e Desempenho Recomendado: quando o Contratado obtiver nota final acumulada igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos) e não tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6 deste instrumento;
  - Conceito Geral Regular e Desempenho Recomendado: quando o Contratado, apesar de obter nota final acumulada igual ou superior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos), já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6 deste instrumento;
  - Conceito Geral Péssimo e Desempenho não Recomendado: quando o Contratado, além de obter nota final acumulada inferior a 6,75 (seis inteiros e setenta e cinco centésimos), já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6 deste instrumento.

## 7. DOCUMENTAÇÃO DE APOIO

- 7.1. Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços.
- 7.2. Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços.
- 7.3. Relatório das Instalações e Quadro-resumo.



**7.1. Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências do Contratado (“Externa”) com Locação de Enxoval**

Contrato número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratado:			
Responsável pela fiscalização:			
Gestor do contrato:			

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=axb)
Cumprimento das atividades	60%		
EPIs, uniformes e identificação	20%		
Qualificação, atendimento ao público e postura	20%		
<b>Total</b>			

Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=axb)
Disponibilização e instalação de equipamentos	30%		
Manutenção e reposição de enxoval/suprimentos	40%		
Controle e contabilização do peso de roupa processada	30%		
<b>Total</b>			

Grupo 3 – Gerenciamento	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=axb)
Periodicidade da supervisão	20%		
Gerenciamento das atividades operacionais	30%		
Atendimento às solicitações	25%		
Regularidade quanto a obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	25%		
<b>Total</b>			

<b>Nota Final (Somatório das Notas Totais para os Grupos 1, 2 e 3)</b>	
--	--

Nota final:	Assinatura do responsável pela fiscalização:	Assinatura do gestor do contrato:	Assinatura do responsável do Contratado:
-------------	--	-----------------------------------	--



## 7.2. Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências do Contratado (“Externa”) com Locação de Enxoval

Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar item NÃO AVALIADO e anexar justificativa.

Grupo 1 – Desempenho Profissional	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Cumprimento das atividades	<p>Cumprimento das atividades definidas nas especificações técnicas dos serviços e no contrato observando as normas vigentes, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Manutenção da roupa que compõe o enxoval da Unidade Hospitalar, de modo a manter o volume necessário ao atendimento do número de leitos existentes e ativos do hospital para um mínimo de duas trocas por dia;</li><li>▪ Coleta da roupa suja em todos os setores/andares da unidade;</li><li>▪ Retirada da roupa suja na periodicidade estabelecida pelo Contratante;</li><li>▪ Transporte da roupa suja para as dependências do Contratado em veículo adequado, devidamente adaptado à natureza da carga;</li><li>▪ Recebimento e acondicionamento da roupa suja na lavanderia;</li><li>▪ Lavagem da roupa suja;</li><li>▪ Secagem e calandragem da roupa limpa;</li><li>▪ Reparos e reaproveitamento de peças danificadas;</li><li>▪ Separação e embalagem da roupa limpa;</li><li>▪ Transporte e entrega da roupa limpa da lavanderia nas rouparias de todos os setores/andares do hospital;</li><li>▪ Controle diário de roupas, montagem e distribuição dos kits de acordo com o mapa/censo diário de internação/ocupação dos leitos, fornecido pelo serviço de enfermagem;</li><li>▪ Controle e verificação da necessidade de reposição de enxoval;</li><li>▪ Organização das rouparias nos andares;</li><li>▪ Disponibilização de mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas;</li><li>▪ Apresentação das formulações do processo de lavagem, descrevendo a operação: dosagem dos produtos, tempo de lavagem e temperatura da água, e dos procedimentos a serem realizados para: sujeira pesada (sangue, fezes, vômitos e outras sujidades proteicas); sujeira leve (sem presença de fluidos corpóreos, sangue e/ou produtos químicos);</li><li>▪ Possuir capacidade técnica operativa e profissional – equipe técnica para o processamento das roupas hospitalares, de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização e acondicionamento de toda a roupa processada de maneira a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a retirada e entrega da roupa por meio de veículos adequados.</li></ul>
EPIs, uniformes e identificação	<p>Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o mediante crachás com fotografia recente e o provendo dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Uso de uniformes em perfeito estado de conservação e com aparência pessoal adequada;</li><li>▪ Utilização de EPIs e uniformes adequados às tarefas que executam e às condições climáticas (máscara, proteção ocular e auricular, avental, botas e luvas de borracha cobrindo os braços).</li></ul>
Qualificação, atendimento ao público e postura	<p>Qualificação e habilitação da mão de obra disponibilizada pelo Contratado:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que irão prestar os serviços, com observância da legislação aplicável;</li><li>▪ Conduta dos profissionais do Contratado com o público.</li></ul>



Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Disponibilização e instalação de equipamentos	<p>Disponibilização, manutenção e instalação de todos os equipamentos necessários à execução do serviço, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Balança digital com marca de verificação do Inmetro, conforme legislação vigente, sem ônus para o Contratante;</li><li>▪ Contêineres com tampa lavável;</li><li>▪ Sacos <i>hamper</i> de tecido ou de plástico descartáveis, conforme determinação do Contratante;</li><li>▪ Carros-prateleiras ou do tipo gaiolas.</li></ul> <p>Manutenção e conservação dos equipamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Executar a manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos utilizados;</li><li>▪ Reparação dos equipamentos danificados em até 24 horas. Na impossibilidade de reparo no prazo mencionado, o Contratado deverá providenciar o processamento contingencial da roupa;</li><li>▪ Proceder à limpeza e desinfecção dos equipamentos de acordo com as recomendações dos fabricantes da maquinaria;</li><li>▪ Seguir normas de procedimentos visando conservar o equipamento em bom estado e limpeza.</li></ul>
Manutenção e reposição de enxoval/suprimentos	<p><b>Enxoval:</b> Disponibilização/reposição do enxoval na quantidade e qualidade acordada com o Contratante, observando o que segue:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Seguir a determinação da necessidade diária de roupa processada para cada unidade, mantendo, obrigatoriamente, a disponibilidade diária especificada no Termo de Referência;</li></ul> <p>Distribuição dos kits conforme mapa/censo diário disponibilizado pela equipe de enfermagem.</p> <p><b>Suprimentos:</b> O Contratado deverá disponibilizar materiais de consumo em quantidades suficientes para atender a legislação técnica e sanitária vigente, responsabilizando-se por:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Apresentar documentação que comprove registro na ANVISA dos produtos químicos utilizados;</li><li>▪ Manter o padrão de cor ou de brancura e a resistência dos tecidos, que serão testados a cada 60 (sessenta) dias;</li><li>▪ Seguir as instruções dos fabricantes quanto às dosagens dos produtos a serem utilizados, visando à garantia do serviço executado;</li><li>▪ Apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, a composição química dos produtos, para análise e precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com profissionais do Contratado ou com terceiros.</li></ul>



Grupo 2 – Desempenho das Atividades	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Controle e contabilização do peso de roupa processada	<p>Manter controle, inventário e contabilização mensal da quantidade de roupa processada, na seguinte conformidade:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O controle da roupa suja será efetuado pelo profissional designado pelo Contratante em conjunto com o Contratado. A roupa deverá ser pesada pelo Contratado na presença do profissional do Contratante;</li><li>▪ Deverá ser elaborado um relatório diário pelo Contratado, informando o peso da roupa retirada em kg. Este relatório deverá ser aprovado pelo profissional do Contratante;</li><li>▪ O relatório acima deverá ser emitido em duas vias, conferidas e assinadas pelos responsáveis do Contratado e do Contratante. Uma das vias deverá ficar com o responsável do Contratante;</li><li>▪ Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um profissional do Contratado e de outro do Contratante. O peso da roupa limpa não deverá ser inferior ao peso do mesmo lote de roupa suja multiplicado por 1 menos o índice de sujidade definido pela Unidade Contratante. Os valores desse índice devem estar entre 8% e 15%;</li><li>▪ As roupas limpas, quando de sua entrega, deverão vir acompanhadas de uma relação geral, constando no rol da roupa entregue o número total de cada peça e o peso da roupa limpa;</li><li>▪ As relações acima deverão ser emitidas em duas vias, conferidas e assinadas pelos responsáveis do Contratado e do Contratante. Uma das vias deverá ficar com o responsável pelo Contratante.</li></ul>

Grupo 3 – Gerenciamento	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Periodicidade da supervisão	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para o suprimento de roupas limpas;</li><li>▪ Execução de supervisão por parte do Contratado e na periodicidade acordada;</li><li>▪ Indicação de 1 (um) preposto que será o responsável por todas as ações administrativas da prestação de serviço, tais como controle de manutenção e limpeza dos equipamentos, emissão de relatórios gerenciais etc..</li></ul>
Gerenciamento das atividades operacionais	<p>Apresentar semestralmente laudo com os resultados dos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Testes bacteriológicos do meio ambiente e da água de abastecimento da lavanderia;</li><li>▪ Testes de durabilidade dos tecidos;</li><li>▪ Testes de pH de produtos e da água.</li></ul>
Atendimento às solicitações	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Atender, de imediato, as solicitações do Contratante quanto às substituições de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.</li></ul>
Regularidade quanto a obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	<p>Obs.: Quando houver DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, deve ser adotada a seguinte redação para esse item (com a exclusão da alternativa subsequente):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Comprovação do cumprimento das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas por parte do Contratado em conformidade com a disciplina do modelo de gestão do contrato do Termo de Referência que compõe Anexo do Edital.</li></ul> <p>Obs.: Quando NÃO houver dedicação exclusiva de mão de obra, deve ser adotada a seguinte redação para esse item (com a exclusão da alternativa antecedente):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Comprovação mensal, pelo Contratado, de que mantém as condições exigidas no Edital para a habilitação na licitação, aproveitando-se para esse fim certidões já apresentadas que ainda se encontrem no prazo de validade.</li></ul>



### 7.3. Relatório das Instalações e Quadro-resumo – Lavanderia Hospitalar nas Dependências do Contratado (“Externa”) com Locação de Enxoval

#### Relatório das Instalações

Locais de Prestação dos Serviços	Subtotal Grupo 1	Subtotal Grupo 2	Subtotal Grupo 3	Nota Final (Somatório das Notas Totais para os Grupos 1, 2 e 3)
Avaliação Global				

#### Quadro-resumo

Grupo	Mês												Média
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Grupo 1													
Grupo 2													
Grupo 3													
Total													



## **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DE ENXOVAL**

O conteúdo apresentado nesta seção tem caráter orientativo e deve ser utilizado pelas Unidades Contratantes na fase de execução contratual, especialmente na fiscalização e gestão dos serviços de lavanderia hospitalar, gerenciamento e controle de enxoval.

Seu objetivo é apoiar os gestores e fiscais de contrato na verificação periódica da conformidade e da qualidade dos serviços prestados, assegurando padronização nos procedimentos de acompanhamento, registro e avaliação de desempenho da contratada.

Para tanto, as atividades descritas deverão ser executadas periodicamente pelo(s) fiscal(is) do contrato, com base nas diretrizes estabelecidas, gerando relatórios mensais de prestação dos serviços executados a serem encaminhados ao gestor do contrato.

### **1. REGRAS GERAIS**

A avaliação do Contratado na Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar se faz por meio de análise do Desempenho Profissional para o gerenciamento e controle do enxoval.

### **2. CRITÉRIOS**

No formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”, respectivamente. Critérios da pontuação a ser utilizada em todos os itens avaliados:

- Bom: 3 (três) pontos;
- Regular: 1 (um) ponto;
- Péssimo: 0 (zero) ponto.

#### **2.1. Condições Complementares**

- 2.1.1. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado.
- 2.1.2. Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a Unidade responsável deverá realizar reunião com o Contratado em até 10 (dez) dias após a medição do período, visando a que o Contratado corrija faltas, falhas e irregularidades quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.
- 2.1.3. Sempre que o Contratado solicitar prazo visando ao atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.



### 3. COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

#### 3.1. Desempenho Profissional

Item	Percentual de Ponderação
Cumprimento das atividades	60%
EPIs, uniformes e identificação	20%
Qualificação, atendimento ao público e postura	20%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

### 4. PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DAS FATURAS

- 4.1. As faturas apresentadas pelo Contratado ao Contratante para fins de pagamento ficarão sujeitas à aplicação de um percentual de liberação, vinculado à avaliação da qualidade dos serviços, conforme a tabela a seguir:

Percentual de Liberação	Nota Obtida na Avaliação
Liberação total da fatura	Nota total maior ou igual a 2,25 pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota total maior ou igual a 1,67 e menor que 2,25 pontos ou 1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens de cada grupo avaliado
Liberação de 75% da fatura	Nota total abaixo de 1,67 pontos ou mais de 1 (uma) nota 0 (zero) nos itens de cada grupo avaliado

- 4.2. O gestor do contrato apurará o percentual de liberação devido em cada medição em conformidade com o procedimento descrito no item 8 deste documento e no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 4.3. Os percentuais de desconto da fatura aqui referidos incidirão apenas no montante financeiro dos serviços avaliados, neste caso, o valor devido para o serviço de gerenciamento e controle de enxoval, sem considerar os valores relativos ao serviço de lavanderia hospitalar.

### 5. RESPONSABILIDADES

#### 5.1. Fiscal(is) do Contrato

- **Fiscal administrativo do contrato:** responsável pela verificação de aspectos administrativos do cumprimento do contrato, e pela informação de todas as circunstâncias relevantes ao fiscal técnico para que este preencha o Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços e consolide a avaliação de desempenho do Contratado;
- **Fiscal técnico do contrato:** responsável pela avaliação da execução do objeto e do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, pela consolidação da avaliação de desempenho do Contratado com a inclusão da avaliação dos aspectos administrativos feita pelo fiscal administrativo, pela elaboração do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, com a apresentação das justificativas para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um), pelo encaminhamento de uma via do Formulário e das justificativas ao Contratado, e pelo encaminhamento de toda documentação ao gestor do contrato.



## 5.2. Gestor do Contrato

- Responsável pela verificação das avaliações recebidas;
- Responsável pela aplicação na medição correspondente do respectivo percentual de liberação da fatura, que ensejará descontos a depender do desempenho, garantindo a defesa prévia ao Contratado;
- Responsável pelo encaminhamento para conhecimento à autoridade competente;
- Responsável pela solicitação de aplicação das sanções cabíveis, com a garantia de defesa prévia ao Contratado;
- Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.

## 6. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

- 6.1. Cabe à Unidade responsável, por meio do(s) fiscal(is) do contrato e com base no Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal do Contratado.
- 6.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico, com o auxílio do fiscal administrativo nos termos do item 7, deve encaminhar, com observância dos prazos do Termo de Referência, os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhados das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1 (um), para o gestor do contrato, bem como deve encaminhar 1 (uma) via do Formulário e das justificativas ao Contratado.
- 6.3. Mensalmente, o gestor do contrato verificará a avaliação de desempenho do Contratado realizada pelo(s) fiscal(is) com base em todos os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados durante esse período.
- 6.4. De posse dessa avaliação, o gestor do contrato deve aplicar na medição correspondente o respectivo percentual de liberação da fatura conforme previsto neste procedimento, que ensejará descontos a depender do desempenho, cabendo ao gestor do contrato garantir a defesa prévia ao Contratado.
- 6.5. Cabe ao gestor do contrato encaminhar mensalmente ao Contratado, no fechamento das medições, o Quadro-resumo demonstrando, de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global do Contratado em relação aos conceitos alcançados por ele.
- 6.6. Cabe ao gestor do contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o Quadro-resumo e conceituando o Contratado como segue:
  - Conceito Geral Bom e Desempenho Recomendado: quando o Contratado obtiver nota final acumulada igual ou superior a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos) e não tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6 deste instrumento;





- Conceito Geral Regular e Desempenho Recomendado: quando o Contratado, apesar de obter nota final acumulada igual ou superior a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos), já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6 deste instrumento;
- Conceito Geral Péssimo e Desempenho não Recomendado: quando o Contratado, além de obter nota final acumulada inferior a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos), já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 6 deste instrumento.

## 7. DOCUMENTAÇÃO DE APOIO

7.1. Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços.

7.2. Instruções para o preenchimento do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços.

### 9.1. Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Gerenciamento e Controle de Enxoval

Contrato número:	Unidade:	Período:	Data:
Contratado:			
Responsável pela fiscalização:			
Gestor do contrato:			

Desempenho Profissional	Peso (a)	Nota (b)	Subtotal (c=axb)
Cumprimento das atividades	60%		
EPIs, uniformes e identificação	20%		
Qualificação, atendimento ao público e postura	20%		
Total			

Nota Final			
------------	--	--	--

Nota final:	Assinatura do responsável pela fiscalização:	Assinatura do gestor do contrato:	Assinatura do responsável do Contratado:
-------------	--	-----------------------------------	--



## 9.2. Instruções para o Preenchimento do Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Gerenciamento e Controle de Enxoval

Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar item NÃO AVALIADO e anexar justificativa.

Desempenho Profissional	Notas: Bom (3), Regular (1), Péssimo (0)
Cumprimento das atividades	<p>Cumprimento das atividades definidas nas especificações técnicas dos serviços e no contrato observando as normas vigentes, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Recolher, separar, entregar, guardar, controlar e manusear a roupa hospitalar, contemplando todos os setores/andares da Unidade;</li><li>▪ Organizar as rouparias dos andares;</li><li>▪ Montar os kits para distribuição nos leitos, em conjunto com o serviço de rouparia, de acordo com o padronizado pela Unidade;</li><li>▪ Distribuir os kits de acordo com mapa diário, fornecido pelo serviço de enfermagem;</li><li>▪ Controlar em impresso próprio os kits recebidos da rouparia;</li><li>▪ Providenciar <i>checklist</i> dos leitos através de formulários para verificar necessidade de reposição de enxoval;</li><li>▪ Proceder à entrega de objetos encontrados nos quartos e/ou enfermarias, de propriedade de pacientes e/ou acompanhantes, ao serviço de enfermagem do andar, por meio de protocolo;</li><li>▪ Registrar diariamente em formulário próprio as ocorrências relativas ao posto em que está prestando os serviços e repassar ao preposto da Unidade;</li><li>▪ Possuir capacidade técnica operativa e profissional – equipe técnica para o gerenciamento e controle das roupas hospitalares, de modo a manter o abastecimento adequado.</li></ul>
EPIs, uniformes e identificação	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o mediante crachás com fotografia recente e o provendo dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);</li><li>▪ Uso de uniformes em perfeito estado de conservação e com aparência pessoal adequada;</li><li>▪ Utilização de equipamentos de proteção individual e uniformes adequados às tarefas que executam e às condições climáticas (máscara, proteção ocular e auricular, avental, botas e luvas de borracha cobrindo os braços).</li></ul>
Qualificação, atendimento ao público e postura	<p>Qualificação e habilitação da mão de obra disponibilizada pelo Contratado:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que irão prestar os serviços, com observância da legislação aplicável;</li><li>▪ Conduta dos profissionais do Contratado com o público.</li></ul>

**E. INSTRUMENTO DISPONIBILIZADO PELA ANVISA PARA REALIZAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA À LAVANDERIA**

Este documento apresenta os itens a serem verificados na realização das visitas técnicas às instalações da Lavanderia externa.

Critérios	Sim	Não	N/A
<b>I – Estrutura</b>			
Área Física de Acordo com a RDC nº 50/2002			
▪ Fácil acesso e localização em área de circulação restrita			
▪ Barreira física entre as áreas suja e limpa			
<b>ÁREA SUJA</b>			
<b>Sala/área suja para:</b>			
▪ Recepção			
▪ Pesagem			
▪ Separação (classificação)			
▪ Lavagem			
▪ Piso íntegro/impermeável/de fácil limpeza e desinfecção			
▪ Depósito de material de limpeza (DML) em conformidade com a RDC nº 50/2002			
<b>Equipamentos</b>			
▪ Lavadora			
- Com barreira			
- Sem barreira			
▪ Carrinho para transporte			
▪ Hamper			
▪ Balança plataforma			
Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em Quantidade Suficiente para a Demanda do Serviço			
▪ Óculos			
▪ Máscara ou protetor facial			
▪ Luvas de borracha			
▪ Avental impermeável			
▪ Botas de borracha			
▪ Protetor ocular			
▪ Protetor auricular			
<b>ÁREA LIMPA</b>			
<b>Equipamentos</b>			
▪ Relógio de parede			
▪ Carro-transporte de roupa molhada			
▪ Carro-transporte para roupa seca			
▪ Extrator centrífugo de roupa			
▪ Secadora de roupa			
Condições para Passagem da Roupa			
▪ Calandra			
▪ Tábua para passar roupa			
▪ Prensa para roupa			
▪ Ferro elétrico industrial			
▪ Mesa para dobradura de roupas			
<b>ÁREA PARA ARMAZENAGEM/DISTRIBUIÇÃO</b>			



Critérios	Sim	Não	N/A
<b>I – Estrutura</b>			
Condições para Guarda de Roupas (Rouparia)			
▪ Sala de armazenagem geral de roupa limpa (rouparia geral)			
▪ Estante/prateleiras			
▪ Mesa de apoio			
▪ Carrinho de roupa limpa			
▪ Escada			
▪ Hamper			
Condições para Dobradura e Preparo de Pacotes para Envio a CME			
▪ Mesa de apoio			
▪ Prateleiras			
Condições para Embalagem e Preparação de Kits de Roupa para as Unidades			
▪ Seladora			
▪ Mesa			
▪ Prateleira			
Condições de Reparo e Confeção			
▪ Máquina de costura			
▪ Máquina de overloque			
▪ Mesa de apoio			
▪ Estante			
▪ Hamper			
▪ Ferro elétrico			
<b>TRANSPORTE DE ROUPAS</b>			
Condições para o Transporte de Roupa Limpa e Suja			
▪ Carros fechados identificados para:			
- Roupa suja			
- Limpa			
Condições para o Transporte de Roupa Limpa e Suja em Transporte Urbano			
▪ Veículos fechados exclusivos para roupa suja			
▪ Veículos exclusivos para roupa limpa			
<b>SALA DE ESTAR E VESTIÁRIO PARA PESSOAL DO CONTRATADO</b>			
▪ Sanitário exclusivo para pessoal da área limpa			
▪ Copa			
Condições de Lavagem das Mãos			
▪ Lavatório			
▪ Dispensador com sabão líquido			
▪ Suporte com papel toalha			
▪ Lixeira com saco plástico e tampa de acionamento por pedal			
<b>DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA (DML)</b>			
▪ Tanque			
▪ Bancada de material de fácil limpeza e desinfecção			
▪ Local para guarda de materiais, de fácil limpeza e desinfecção			
Condições de Lavagem das Mãos			
▪ Dispensador com sabão líquido			
▪ Suporte com papel toalha			
▪ Lixeira com saco plástico e tampa de acionamento por pedal			
<b>CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE E SEGURANÇA</b>			
▪ Teto íntegro/fácil limpeza e desinfecção			
▪ Paredes íntegras/fácil limpeza e desinfecção			
▪ Piso íntegro/impermeável/de fácil limpeza e desinfecção			
▪ Porta de acesso com no mínimo 110 cm			



Critérios	Sim	Não	N/A
<b>I – Estrutura</b>			
Condições de Lavagem das Mãos			
▪ Ralo: sifonado/com tampa escamoteável conforme a RDC n° 50/2002			
▪ Climatização e/ou ventilação artificial (ar-condicionado) ou natural (janelas com aberturas teladas)			
▪ Condições de segurança contra incêndio conforme RDC n° 50/2002			
▪ Sinalização de orientação e segurança			
▪ Identificação das saídas de emergência			
▪ Tomadas 110 v e 220 v aterradas e identificadas			
<b>II – Recursos Humanos</b>			
▪ Responsável com capacitação técnica			
▪ Auxiliar de serviço de lavanderia			
▪ Costureiras			
▪ Escala de revezamento de pessoal por turno			
▪ Profissionais capacitados para a função			
▪ Registro de treinamentos em conjunto com a CCI			
<b>III – Condições Organizacionais</b>			
▪ Manual de normas e rotinas escritas em conjunto com a CCI 13			
▪ Livro de controle de pesagem de roupa suja			
▪ Saneantes utilizados em conformidade com a Resolução RDC n° 700/2022 da ANVISA			
▪ Fluxo de lavagem de roupa em conformidade com manual de lavanderia para serviços de saúde			
▪ Utilização de sacos impermeáveis para transporte de roupas identificados – suja ou limpa			
▪ Utilização de carro fechado para transporte de roupas identificado – suja ou limpa			
▪ Utilização de <i>hamper</i> para transporte de roupas identificado – suja ou limpa			
▪ Fluxo de entrega/distribuição evitando cruzamento da roupa suja com a roupa limpa			
▪ Sistema de controle da roupa			
▪ Processo de separação das roupas por grau de sujidade e contaminação			
Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em Quantidade Suficiente para a Demanda do Serviço			
▪ Óculos			
▪ Máscara ou protetor facial			
▪ Luvas de borracha			
▪ Avental impermeável			
▪ Botas de borracha			
▪ Protetor ocular			
▪ Protetor auricular			
Condições de Higiene e Conservação dos Equipamentos e Mobiliário			
▪ Limpeza e desinfecção diária dos equipamentos e ambiente			
▪ Máquinas em bom estado de conservação			



## F. FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DE OBJETOS PERFUROCORTANTES, INSTRUMENTOS E OUTROS ARTIGOS ENCAMINHADOS COM A ROUPA SUJA

O instrumento abaixo apresentado deve ser adotado pelo gestor do contrato para melhoria dos procedimentos internos.

Cabe ao Contratado informar mensalmente ao gestor do contrato a quantidade de instrumentos, perfurocortantes e outros artigos encaminhados junto com a roupa a ser processada.

Com a quantidade apontada pelo Contratado, o gestor do contrato deverá preencher o quadro abaixo, no qual deve constar o quantitativo mensal e o total acumulado no período. Após o preenchimento, este instrumento deve ser encaminhado para a CCIH com o objetivo de melhorar os procedimentos internos.

Este instrumento pode também servir como base para orientar a equipe de saúde quanto aos riscos para os envolvidos e/ou aos equipamentos do Contratado, bem como para a possibilidade de perda dos instrumentos.

Quantidade de Objetos Identificados	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Acumu- lado
Perfurocortantes													
Instrumentos													
Outros													
Quantidade total													

# CAPÍTULO III



**Valores Referenciais,  
Definições e Critérios para  
Elaboração dos Preços**



## CAPÍTULO III – VALORES REFERENCIAIS, DEFINIÇÕES E CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DOS PREÇOS

### 1. RESUMO – VALORES REFERENCIAIS

Os valores referenciais mensais por kg de roupa, na base de referência Abril/2025<sup>2</sup>, estão apresentados no quadro a seguir. Para padronização das contratações objeto deste volume, no âmbito do Estado de São Paulo, a unidade de medida utilizada é o **kg de roupa suja**, e para o posto de gerenciamento de enxoval, utiliza-se a unidade **Posto/mês**.

**Quadro 2: Estimativa dos preços referenciais (R\$/kg) segundo os tipos de processamento por faixas de volume (kg/mês) e posto de trabalho**

Serviços	Valor de Referência (R\$)
<b>Processamento de Roupa – Lavanderia Interna</b>	
1 a 1.000 kg/mês	R\$ 3,80
1.001 a 5.000 kg/mês	R\$ 3,77
5.001 a 10.000 kg/mês	R\$ 3,72
10.001 a 20.000 kg/mês	R\$ 3,69
20.001 a 50.000 kg/mês	R\$ 3,65
50.001 a 100.000 kg/mês	R\$ 3,61
> 100.000 (maior que 100.000) kg/mês	R\$ 3,57
<b>Processamento de Roupa – Lavanderia Externa</b>	
1 a 1.000 kg/mês	R\$ 4,56
1.001 a 5.000 kg/mês	R\$ 4,52
5.001 a 10.000 kg/mês	R\$ 4,47
10.001 a 20.000 kg/mês	R\$ 4,42
20.001 a 50.000 kg/mês	R\$ 4,37
50.001 a 100.000 kg/mês	R\$ 4,33
> 100.000 (maior que 100.000) kg/mês	R\$ 4,29
<b>Processamento de Roupa e Locação de Enxoval</b>	
1 a 1.000 kg/mês	R\$ 5,08
1.001 a 5.000 kg/mês	R\$ 5,04
5.001 a 10.000 kg/mês	R\$ 4,98
10.001 a 20.000 kg/mês	R\$ 4,93
20.001 a 50.000 kg/mês	R\$ 4,87
50.001 a 100.000 kg/mês	R\$ 4,83
> 100.000 (maior que 100.000) kg/mês	R\$ 4,77
<b>Serviço de Gerenciamento e Controle de Enxoval</b>	
Posto de trabalho (mês)	R\$ 7.544,81

\* Os resultados gerados levam em consideração o arredondamento em duas casas decimais de todos os valores contemplados na tabela acima.

<sup>2</sup> Os valores referenciais estão em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, firmada entre o Sindicato de Lavanderias e Similares do Município de São Paulo e Região (SINDILAV-SP) e o Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores em Empresas de Lavanderia e Similares do Estado de São Paulo (SINTRALAV-SP) e levam em consideração pesquisa de preços referenciais realizada em abril de 2025.





## 2. COMPOSIÇÃO DOS VALORES UNITÁRIOS

Considerando as principais rubricas, a estrutura de custos para os 3 (três) modelos de serviços de lavanderia hospitalar contemplados neste caderno está apresentada no quadro a seguir. O valor referencial unitário leva em consideração os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) que serão apresentados neste capítulo.

**Quadro 3: Composição dos preços referenciais (R\$/kg) segundo os tipos de processamento por rubricas de custos**

Rubricas de Custo	Lavanderia Interna Mensal (R\$) (1)	Lavanderia Externa Mensal (R\$) (2)	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval Mensal (R\$) (3)
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Custo de mão de obra	172.785,51	412.620,82	412.620,82
Custo de equipamentos e instalações físicas	15.234,21	476.028,07	476.028,07
Custo de produtos químicos	12.894,54	57.599,62	57.599,62
Custo de embalagem	15.555,23	62.220,94	62.220,94
Custo de transporte	-	37.108,84	37.108,84
Custo de enxoval	-	-	117.771,66
Custos diversos	1.644,91	4.194,06	4.194,06
Custo total mensal	218.114,40	1.049.772,35	1.167.544,01
Custo Unitário (kg/dia)	2,87	3,45	3,84
BDI adotado:		32,28%	
Valor Referencial Unitário (R\$/kg)	3,80	4,56	5,08

(1) Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências da Unidade Contratante.

(2) Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências do Contratado.

(3) Serviços de Lavanderia Hospitalar nas Dependências do Contratado com Locação de Enxoval.

Obs.: Os resultados gerados levam em consideração o arredondamento em duas casas decimais de todos os valores contemplados na tabela acima.

Os tópicos a seguir apresentam os resultados detalhados de cada rubrica de custo considerada na definição do preço referencial (R\$/kg).

## 3. MEMÓRIAS DE CÁLCULO

### 3.1. Cálculo de Mão de Obra

Os custos de mão de obra consideram salário, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, uniformes e EPIs. Todas as categorias com participação direta na Prestação de Serviços de Lavanderia estão contempladas neste custo e se baseiam nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) aderentes a cada categoria para a cidade de São Paulo, assim definidas conforme quadro a seguir.

**Quadro 4: Categorias consideradas nos custos de mão de obra e suas respectivas convenções coletivas de trabalho**

Categorias	Ocupação	Convenções Coletivas de Trabalho
Preponderante	Líder de lavanderia Auxiliar de lavanderia Costureira Operador de caldeira	Patronal: SINDILAV-SP Laboral: SINTRALAV-SP
Diferenciadas	Motorista Ajudante de transportes Equipe de manutenção	Piso salarial Patronal: SINDILAV-SP Laboral: SINDICAPRO-SP Piso salarial Laboral: SINTEC-SP

Sindicato de Lavanderias e Similares do Município de São Paulo e Região (SINDILAV-SP).

Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores em Empresas de Lavanderia e Similares do Estado de São Paulo (SINTRALAV-SP).

Sindicato dos Condutores em Transportes de Cargas Próprias de São Paulo (SINDICAPRO-SP).

Sindicato dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo (SINTEC-SP)..

Foi decidido pelos sindicatos representativos, conforme consta em documento normativo, que a data-base a ser respeitada deve ser 1º de abril de 2025.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos custos referenciais de mão de obra associados à Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar para o Estado de São Paulo. O detalhamento desses custos encontra-se disponível na sequência, nos Quadros 6 a 13.

**Quadro 5: Resumo dos custos de mão de obra**

Mês de Referência: Abril de 2025	
Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar – Volume 10	Custo/Mês
Valores Referenciais com BDI e Tributos	R\$/mês
Auxiliar de lavanderia - área limpa	R\$ 4.531,64
Auxiliar de lavanderia - área limpa – ad. Dob.	R\$ 4.531,64
Auxiliar de lavanderia - área suja	R\$ 5.101,46
Operador de caldeira	R\$ 5.000,17
Líder de lavanderia	R\$ 5.104,63
Costureira	R\$ 4.531,64
Motorista	R\$ 5.241,77
Ajudante de transportes	R\$ 3.939,75
Equipe de manutenção*	R\$ 6.433,49

Obs.: \* Entra no cálculo do custo o tempo de manutenção dos equipamentos.

\*\*Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar- se a propagação de erro estatístico.



## a) Auxiliar de Lavanderia – Área Limpa

Quadro 6: Custos de mão de obra – Auxiliar de lavanderia – Área limpa

CUSTOS DO POSTO		
MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do Posto:	Com Insalubridade 20%
	Valores expressos em Reais (R\$)	
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>R\$ 2.237,46</b>	<b>49,37%</b>
Salário-base	R\$ 1.846,82	40,75%
Adicional de insalubridade	R\$ 303,60	6,70%
Feriado remunerado	R\$ 87,04	1,92%
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 460,60</b>	<b>10,16%</b>
Vale-transporte	R\$ 167,75	3,70%
Custo mensal	R\$ 278,56	6,15%
Parcela do trabalhador	-R\$ 110,81	-2,45%
Cesta básica	R\$ 210,00	4,63%
Programa Bem-Estar Integral	R\$ 26,10	0,58%
Benefício Assistência de Proteção à Saúde	R\$ 40,00	0,88%
Auxílio-maternidade	R\$ 6,19	0,14%
Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,78	0,02%
Norma regulamentadora nº 07	R\$ 9,78	0,22%
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 47,28</b>	<b>1,04%</b>
Uniforme	R\$ 31,02	0,68%
Gasto mensal	R\$ 34,18	0,75%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,16	-0,07%
EPI	R\$ 16,26	0,36%
Gasto mensal	R\$ 17,92	0,40%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,66	-0,04%
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.786,30</b>	<b>39,42%</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 823,39	18,17%
13º Salário + adicional de férias	R\$ 384,46	8,48%
Afastamento maternidade	R\$ 1,16	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 362,22	7,99%
Custo de rescisão	R\$ 181,16	4,00%
Outros	R\$ 33,91	0,75%
<b>Total do Posto/mês</b>	<b>R\$ 4.531,64</b>	<b>100,00%</b>

<b>Quantidade de funcionários por posto</b>	<b>1,00</b>
---	-------------

\* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## b) Auxiliar de Lavanderia – Área Suja

Quadro 7: Custos de mão de obra – Auxiliar de lavanderia – Área suja

CUSTOS DO POSTO		
MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do Posto:	Com Insalubridade 40%
	Valores expressos em Reais (R\$)	
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>R\$ 2.553,35</b>	<b>50,05%</b>
Salário-base	R\$ 1.846,82	36,20%
Adicional de insalubridade	R\$ 607,20	11,90%
Feriado remunerado	R\$ 99,33	1,95%
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 460,60</b>	<b>9,03%</b>
Vale-transporte	R\$ 167,75	3,29%
Custo mensal	R\$ 278,56	5,46%
Parcela do trabalhador	-R\$ 110,81	-2,17%
Cesta básica	R\$ 210,00	4,12%
Programa Bem-Estar Integral	R\$ 26,10	0,51%
Benefício Assistência de Proteção à Saúde	R\$ 40,00	0,78%
Auxílio-maternidade	R\$ 6,19	0,12%
Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,78	0,02%
Norma regulamentadora nº 07	R\$ 9,78	0,19%
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 49,02</b>	<b>0,96%</b>
Uniforme	R\$ 31,02	0,61%
Gasto mensal	R\$ 34,18	0,67%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,16	-0,06%
EPI	R\$ 18,00	0,35%
Gasto mensal	R\$ 19,84	0,39%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,84	-0,04%
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 2.038,49</b>	<b>39,96%</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 939,63	18,42%
13º Salário + adicional de férias	R\$ 438,74	8,60%
Afastamento maternidade	R\$ 1,33	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 413,36	8,10%
Custo de rescisão	R\$ 206,73	4,05%
Outros	R\$ 38,70	0,76%
<b>Total do Posto/mês</b>	<b>R\$ 5.101,46</b>	<b>100,00%</b>

<b>Quantidade de funcionários por posto</b>	<b>1,00</b>
---	-------------

\* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## c) Operador de Caldeira

Quadro 8: Custos de mão de obra – Operador de caldeira

CUSTOS DO POSTO		
MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do Posto:	Com Periculosidade 30%
	Valores expressos em Reais (R\$)	
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>R\$ 2.498,05</b>	<b>49,96%</b>
Salário-base	R\$ 1.846,82	36,94%
Adicional de periculosidade	R\$ 554,05	11,08%
Feriado remunerado	R\$ 97,18	1,94%
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 460,60</b>	<b>9,21%</b>
Vale-transporte	R\$ 167,75	3,35%
Custo mensal	R\$ 278,56	5,57%
Parcela do trabalhador	-R\$ 110,81	-2,22%
Cesta básica	R\$ 210,00	4,20%
Programa Bem-Estar Integral	R\$ 26,10	0,52%
Benefício Assistência de Proteção à Saúde	R\$ 40,00	0,80%
Auxílio-maternidade	R\$ 6,19	0,12%
Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,78	0,02%
Norma regulamentadora nº 07	R\$ 9,78	0,20%
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 47,17</b>	<b>0,94%</b>
Uniforme	R\$ 31,02	0,62%
Gasto mensal	R\$ 34,18	0,68%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,16	-0,06%
EPI	R\$ 16,15	0,32%
Gasto mensal	R\$ 17,80	0,36%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,65	-0,03%
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.994,35</b>	<b>39,89%</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 919,28	18,38%
13º Salário + adicional de férias	R\$ 429,24	8,58%
Afastamento maternidade	R\$ 1,30	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 404,41	8,09%
Custo de rescisão	R\$ 202,26	4,05%
Outros	R\$ 37,86	0,76%
<b>Total do Posto/mês</b>	<b>R\$ 5.000,17</b>	<b>100,00%</b>

<b>Quantidade de funcionários por posto</b>	<b>1,00</b>
---	-------------

\* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## d) Líder de Lavanderia – Área Suja e Área Limpa

Quadro 9: Custos de mão de obra – Líder de lavanderia – Área suja/limpa

CUSTOS DO POSTO		
MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do Posto:	Com Insalubridade 40%
	Valores expressos em Reais (R\$)	
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>R\$ 2.553,35</b>	<b>50,02%</b>
Salário-base	R\$ 1.846,82	36,18%
Adicional de insalubridade	R\$ 607,20	11,90%
Feriado remunerado	R\$ 99,33	1,95%
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 460,60</b>	<b>9,02%</b>
Vale-transporte	R\$ 167,75	3,29%
Custo mensal	R\$ 278,56	5,46%
Parcela do trabalhador	-R\$ 110,81	-2,17%
Cesta básica	R\$ 210,00	4,11%
Programa Bem-Estar Integral	R\$ 26,10	0,51%
Benefício Assistência de Proteção à Saúde	R\$ 40,00	0,78%
Auxílio-maternidade	R\$ 6,19	0,12%
Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,78	0,02%
Norma regulamentadora nº 07	R\$ 9,78	0,19%
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 52,19</b>	<b>1,02%</b>
Uniforme	R\$ 34,19	0,67%
Gasto mensal	R\$ 37,67	0,74%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,48	-0,07%
EPI	R\$ 18,00	0,35%
Gasto mensal	R\$ 19,84	0,39%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,84	-0,04%
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 2.038,49</b>	<b>39,93%</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 939,63	18,41%
13º Salário + adicional de férias	R\$ 438,74	8,59%
Afastamento maternidade	R\$ 1,33	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 413,36	8,10%
Custo de rescisão	R\$ 206,73	4,05%
Outros	R\$ 38,70	0,76%
<b>Total do Posto/mês</b>	<b>R\$ 5.104,63</b>	<b>100,00%</b>

<b>Quantidade de funcionários por posto</b>	<b>1,00</b>
---	-------------

\* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## e) Costureira

Quadro 10: Custos de mão de obra – Costureira

CUSTOS DO POSTO		
MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do Posto:	Com Insalubridade 20%
	Valores expressos em Reais (R\$)	
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>R\$ 2.237,46</b>	<b>49,37%</b>
Salário-base	R\$ 1.846,82	40,75%
Adicional de insalubridade	R\$ 303,60	6,70%
Feriado remunerado	R\$ 87,04	1,92%
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 460,60</b>	<b>10,16%</b>
Vale-transporte	R\$ 167,75	3,70%
Custo mensal	R\$ 278,56	6,15%
Parcela do trabalhador	-R\$ 110,81	-2,45%
Cesta básica	R\$ 210,00	4,63%
Programa Bem-Estar Integral	R\$ 26,10	0,58%
Benefício Assistência de Proteção à Saúde	R\$ 40,00	0,88%
Auxílio-maternidade	R\$ 6,19	0,14%
Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,78	0,02%
Norma regulamentadora nº 07	R\$ 9,78	0,22%
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 47,28</b>	<b>1,04%</b>
Uniforme	R\$ 31,02	0,68%
Gasto mensal	R\$ 34,18	0,75%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,16	-0,07%
EPI	R\$ 16,26	0,36%
Gasto mensal	R\$ 17,92	0,40%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,66	-0,04%
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.786,30</b>	<b>39,42%</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 823,39	18,17%
13º Salário + adicional de férias	R\$ 384,46	8,48%
Afastamento maternidade	R\$ 1,16	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 362,22	7,99%
Custo de rescisão	R\$ 181,16	4,00%
Outros	R\$ 33,91	0,75%
<b>Total do Posto/mês</b>	<b>R\$ 4.531,64</b>	<b>100,00%</b>

<b>Quantidade de funcionários por posto</b>	<b>1,00</b>
---	-------------

\* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## f) Motorista

Quadro 11: Custos de mão de obra – Motorista

CUSTOS DO POSTO		
MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do Posto:	Convencional
	Valores expressos em Reais (R\$)	
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>R\$ 2.645,87</b>	<b>50,48%</b>
Salário-base	R\$ 2.542,94	48,51%
Feriado remunerado	R\$ 102,93	1,96%
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 436,57</b>	<b>8,33%</b>
Vale-transporte	R\$ 125,98	2,40%
Custo mensal	R\$ 278,56	5,31%
Parcela do trabalhador	-R\$ 152,58	-2,91%
Cesta básica	R\$ 210,00	4,01%
Programa Bem-Estar Integral	R\$ 26,10	0,50%
Benefício Assistência de Proteção à Saúde	R\$ 40,00	0,76%
Auxílio-maternidade	R\$ 8,53	0,16%
Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 1,08	0,02%
Exame toxicológico	R\$ 15,10	0,29%
Norma regulamentadora nº 07	R\$ 9,78	0,19%
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 46,96</b>	<b>0,90%</b>
Uniforme	R\$ 31,02	0,59%
Gasto mensal	R\$ 34,18	0,65%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,16	-0,06%
EPI	R\$ 15,94	0,30%
Gasto mensal	R\$ 17,57	0,34%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,63	-0,03%
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 2.112,37</b>	<b>40,30%</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 973,68	18,58%
13º Salário + adicional de férias	R\$ 454,64	8,67%
Afastamento maternidade	R\$ 1,38	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 428,34	8,17%
Custo de rescisão	R\$ 214,23	4,09%
Outros	R\$ 40,10	0,77%
<b>Total do Posto/mês</b>	<b>R\$ 5.241,77</b>	<b>100,00%</b>

<b>Quantidade de funcionários por posto</b>	<b>1,00</b>
---	-------------

\* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.





## g) Ajudante de Transportes

Quadro 12: Custos de mão de obra – Ajudante de transportes

CUSTOS DO POSTO		
MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do Posto:	Convencional
	Valores expressos em Reais (R\$)	
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>R\$ 1.908,03</b>	<b>48,43%</b>
Salário-base	R\$ 1.833,80	46,55%
Feriado remunerado	R\$ 74,23	1,88%
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 461,34</b>	<b>11,71%</b>
Vale-transporte	R\$ 168,53	4,28%
Custo mensal	R\$ 278,56	7,07%
Parcela do trabalhador	-R\$ 110,03	-2,79%
Cesta básica	R\$ 210,00	5,33%
Programa Bem-Estar Integral	R\$ 26,10	0,66%
Benefício Assistência de Proteção à Saúde	R\$ 40,00	1,02%
Auxílio-maternidade	R\$ 6,15	0,16%
Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,78	0,02%
Norma regulamentadora nº 07	R\$ 9,78	0,25%
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 47,07</b>	<b>1,19%</b>
Uniforme	R\$ 31,02	0,79%
Gasto mensal	R\$ 34,18	0,87%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,16	-0,08%
EPI	R\$ 16,05	0,41%
Gasto mensal	R\$ 17,69	0,45%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,64	-0,04%
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 1.523,31</b>	<b>38,67%</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 702,16	17,82%
13º Salário + adicional de férias	R\$ 327,86	8,32%
Afastamento maternidade	R\$ 0,99	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 308,89	7,84%
Custo de rescisão	R\$ 154,49	3,92%
Outros	R\$ 28,92	0,73%
<b>Total do Posto/mês</b>	<b>R\$ 3.939,75</b>	<b>100,00%</b>

Quantidade de funcionários por posto	1,00
--------------------------------------	------

\* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## h) Equipe de Manutenção

Quadro 13: Custos de mão de obra – Equipe de manutenção

CUSTOS DO POSTO		
MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do Posto:	Com Insalubridade 40%
	Valores expressos em Reais (R\$)	
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>R\$ 3.318,04</b>	<b>51,57%</b>
Salário-base	R\$ 2.581,76	40,13%
Adicional de insalubridade	R\$ 607,20	9,44%
Feriado remunerado	R\$ 129,08	2,01%
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 419,28</b>	<b>6,52%</b>
Vale-transporte	R\$ 123,65	1,92%
Custo mensal	R\$ 278,56	4,33%
Parcela do trabalhador	-R\$ 154,91	-2,41%
Cesta básica	R\$ 210,00	3,26%
Programa Bem-Estar Integral	R\$ 26,10	0,41%
Benefício Assistência de Proteção à Saúde	R\$ 40,00	0,62%
Auxílio-maternidade	R\$ 8,66	0,13%
Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 1,09	0,02%
Norma regulamentadora nº 07	R\$ 9,78	0,15%
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 47,17</b>	<b>0,73%</b>
Uniforme	R\$ 31,02	0,48%
Gasto mensal	R\$ 34,18	0,53%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 3,16	-0,05%
EPI	R\$ 16,15	0,25%
Gasto mensal	R\$ 17,80	0,28%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 1,65	-0,03%
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 2.649,00</b>	<b>41,18%</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 1.221,04	18,98%
13º Salário + adicional de férias	R\$ 570,14	8,86%
Afastamento maternidade	R\$ 1,73	0,03%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 537,16	8,35%
Custo de rescisão	R\$ 268,65	4,18%
Outros	R\$ 50,28	0,78%
<b>Total do Posto/mês</b>	<b>R\$ 6.433,49</b>	<b>100,00%</b>

<b>Quantidade de funcionários por posto</b>	<b>1,00</b>
---	-------------

\* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## 3.1.1. Dimensionamento de Mão de Obra

**Quadro 14: Dimensionamento de pessoal e custo unitário mensal (R\$) para prestação de serviços de lavanderia por categoria profissional, segundo tipo de processamento**

Categoria Profissional	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval	Custo Unitário Mensal (R\$)
Base de cálculo (kg/dia):	2.500	10.000	10.000	-
Produtividade em relação à lavanderia externa	74%	100%	100%	-
Auxiliar de lavanderia - área limpa	14,00	33,94	33,94	4.531,64
Dobragem e embalagem da roupa	7,00	17,68	17,68	-
Secadora (2 por máquina)	2,33	3,52	3,52	-
Calandra (2 por máquina)	4,67	12,74	12,74	-
Auxiliar de lavanderia - adic. dobradeira	5,37	-	-	4.531,64
Costureira	3,00	11,36	11,36	4.531,64
Auxiliar de lavanderia - área suja	11,67	31,82	31,82	5.101,46
Líder de lavanderia	2,33	2,33	2,33	5.104,63
Operador de caldeira	-	2,33	2,33	5.000,17
Motorista	-	2,33	2,33	5.241,77
Ajudante de transportes	-	2,33	2,33	3.939,75
Número de pessoas	36,37	86,46	86,46	-

\* Quantidade dimensionada, conforme programa de manutenção dos equipamentos (custo horário).

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

## 3.1.2. Custo Mensal com Mão de Obra

**Quadro 15: Custo mensal (R\$) para prestação do serviço de lavanderia por categoria profissional, segundo tipo de processamento**

Categoria Profissional	Lavanderia Interna (R\$)	Lavanderia Externa (R\$)	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval (R\$)
Auxiliar de lavanderia - área limpa	63.442,96	153.804,32	153.804,32
Auxiliar de lavanderia - área limpa – ad. Dob.	24.319,80	-	-
Auxiliar de lavanderia - área suja	59.517,03	162.319,18	162.319,18
Operador de caldeira	-	11.667,06	11.667,06
Líder de lavanderia	11.910,80	11.910,80	11.910,80
Costureira	13.594,92	51.495,91	51.495,91
Motorista	-	12.230,80	12.230,80
Ajudante de transportes	-	9.192,75	9.192,75
Total	172.785,51	412.620,82	412.620,82

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



### 3.2. Custos de Equipamentos e Instalações Físicas

Para obtenção dos custos com equipamentos, foram calculadas todas as despesas necessárias para disponibilização à operação (depreciação, instalação do equipamento, custo de oportunidade, manutenção, energia elétrica, esgoto e outros). Para o custo com as instalações físicas, considerou-se o valor de locação mensal de área correspondente à prestação do serviço.

A partir do dimensionamento dos equipamentos utilizados, respeitando a produtividade, definiu-se a utilização da seguinte maquinaria:

- Lavadora extratora com capacidade de 100 kg;
- Lavadora extratora com capacidade de 50 kg;
- Secadora com capacidade de 100 kg;
- Calandra *monoroll*;
- Caldeira;
- Compressor de ar;
- Lavador de gases;
- Sistema de tratamento de esgoto;
- Balança;
- Contêiner com tampa lavável;
- Carro-gaiola; e
- Máquina de costura.



A seguir estão discriminadas as rubricas consideradas no cálculo para cada equipamento.

a) Lavadora Extratora 100 kg

**Quadro 16: Custos de equipamentos – Lavadora extratora 100 kg**

Lavadora Extratora 100 kg – 16 kW Valor de Aquisição: R\$ 298.870,27	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Porcentagem da roupa total	80%	80%	80%
Roupa a ser processada (kg/dia)	2.000	8.000	8.000
Produtividade da Máquina	90%	90%	90%
Capacidade da máquina (kg/lote)	90	90	90
Tempo de processamento (h/lote)	1,25	1,25	1,25
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	1.056	1.056	1.056
Máquinas necessárias	2,00	7,58	7,58
Depreciação do equipamento (em anos)	-	R\$ 18.878,64	R\$ 18.878,64
Depreciação do custo de instalação do equipamento	-	R\$ 943,93	R\$ 943,93
Custo de capital	-	R\$ 15.478,10	R\$ 15.478,10
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	R\$ 2.490,59	R\$ 9.439,32	R\$ 9.439,32
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	R\$ 2.419,92	R\$ 9.171,50	R\$ 9.171,50
Consumo de energia elétrica (kw/kg)	-	R\$ 7.903,00	R\$ 7.903,00
Consumo de esgoto (m³/kg)	-	R\$ 70,20	R\$ 70,20
Crédito de COFINS e PIS	-R\$ 230,38	-R\$ 3.444,25	-R\$ 3.444,25
<b>Custo do Equipamento</b>	<b>R\$ 4.680,13</b>	<b>R\$ 58.440,44</b>	<b>R\$ 58.440,44</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## b) Lavadora Extratora 50 kg

Quadro 17: Custos de equipamentos – Lavadora extratora 50 kg

Lavadora Extratora 50 kg – 12 kW Valor de Aquisição: R\$ 158.036,76	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Porcentagem da roupa total	20%	20%	20%
Roupa a ser processada (kg/dia)	500	2.000	2.000
Produtividade da Máquina	90%	90%	90%
Capacidade da máquina (kg/lote)	45	45	45
Tempo de processamento (h/lote)	1,25	1,25	1,25
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	528	528	528
Máquinas necessárias	1,00	3,79	3,79
Depreciação do equipamento (em anos)	-	R\$ 4.991,33	R\$ 4.991,33
Depreciação do custo de instalação do equipamento	-	R\$ 249,57	R\$ 249,57
Custo de capital	-	R\$ 4.092,26	R\$ 4.092,26
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	R\$ 658,49	R\$ 2.495,66	R\$ 2.495,66
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	R\$ 1.209,96	R\$ 4.585,75	R\$ 4.585,75
Consumo de energia elétrica (kw/kg)	-	R\$ 2.116,88	R\$ 2.116,88
Consumo de esgoto (m³/kg)	-	R\$ 17,55	R\$ 17,55
Crédito de COFINS e PIS	-R\$ 60,91	-R\$ 913,07	-R\$ 913,07
<b>Custo do Equipamento</b>	<b>R\$ 1.807,54</b>	<b>R\$ 17.635,92</b>	<b>R\$ 17.635,92</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## c) Secadoras

Quadro 18: Custos de equipamentos – Secadora a vapor 100 kg

Secadora a Vapor 100 kg Valor de Aquisição: R\$ 89.732,40	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Porcentagem da roupa total	44%	44%	44%
Roupa a ser processada (kg/dia)	1.100	4.400	4.400
Produtividade da Máquina	100%	100%	100%
Capacidade da máquina (kg/lote)	100	100	100
Tempo de processamento (h/lote)	0,5	0,5	0,5
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	2.932	2.932	2.932
Máquinas necessárias	1,00	1,51	1,51
Depreciação do equipamento (em anos)	-	R\$ 1.129,13	R\$ 1.129,13
Depreciação do custo de instalação do equipamento	-	R\$ 56,46	R\$ 56,46
Custo de capital	-	R\$ 925,75	R\$ 925,75
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	R\$ 373,89	R\$ 564,57	R\$ 564,57
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	R\$ 1.209,96	R\$ 1.827,04	R\$ 1.827,04
Consumo de energia elétrica (kw/kg)	-	R\$ 1.033,88	R\$ 1.033,88
Crédito de COFINS e PIS	-R\$ 34,58	-R\$ 257,52	-R\$ 257,52
<b>Custo do Equipamento</b>	<b>R\$ 1.549,26</b>	<b>R\$ 5.279,30</b>	<b>R\$ 5.279,30</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## d) Calandra Monoroll

Quadro 19: Custos de equipamentos – Calandra Monoroll (8 kW) com dobradeira – 70 kg/h

Calandra Monoroll (8 kW) com Dobradeira – 70kg/h Valor de Aquisição: R\$ 103.518,75	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Porcentagem da roupa total	56%	56%	56%
Roupa a ser processada (kg/dia)	1.400	5.600	5.600
Produtividade da Máquina	100%	100%	100%
Capacidade da máquina (kg/lote)	70	70	70
Tempo de processamento (h/lote)	1,0	1,0	1,0
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	1.026	1.026	1.026
Máquinas necessárias	2,00	5,46	5,46
Depreciação do equipamento (em anos)	-	R\$ 4.710,10	R\$ 4.710,10
Depreciação do custo de instalação do equipamento	-	R\$ 235,51	R\$ 235,51
Custo de capital	-	R\$ 3.861,69	R\$ 3.861,69
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	R\$ 862,66	R\$ 2.355,05	R\$ 2.355,05
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	R\$ 4.033,20	R\$ 11.010,64	R\$ 11.010,64
Consumo de energia elétrica (kw/kg)	-	R\$ 17.172,10	R\$ 17.172,10
Crédito de COFINS e PIS	-R\$ 79,80	-R\$ 2.263,73	-R\$ 2.263,73
<b>Custo do Equipamento</b>	<b>R\$ 4.816,06</b>	<b>R\$ 37.081,35</b>	<b>R\$ 37.081,35</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

## e) Caldeiras

Quadro 20: Custos de equipamentos – Caldeira de 1 ton./hora – 3,75 kW

Caldeira de 1 ton./Hora 3,75 kW Valor de Aquisição: R\$ 275.470,65	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Roupa a ser processada (kg/dia)	-	10.000	10.000
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	-	5.000	5.000
Máquinas necessárias	-	2,00	2,00
Depreciação do equipamento (em anos)	-	R\$ 2.295,59	R\$ 2.295,59
Depreciação do custo de instalação do equipamento	-	R\$ 114,78	R\$ 114,78
Custo de capital	-	R\$ 6.059,77	R\$ 6.059,77
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	-	R\$ 2.295,59	R\$ 2.295,59
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	-	R\$ 2.688,80	R\$ 2.688,80
Consumo de energia elétrica (kw/kg)	-	R\$ 2.438,64	R\$ 2.438,64
Gás natural - variável (consumo em m³)	-	R\$ 248.656,55	R\$ 248.656,55
Gás natural - fixo	-	R\$ 60.330,32	R\$ 60.330,32
Crédito de COFINS e PIS	-	-R\$ 660,88	-R\$ 660,88
<b>Custo do Equipamento</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 324.219,17</b>	<b>R\$ 324.219,17</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.





## f) Compressor

Quadro 21: Custos de equipamentos – Compressor 4 kW de 200 l e 20 pés

Compressor 4 kW de 200 L e 20 Pés Valor de aquisição: R\$ 5.032,38	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Roupa a ser processada (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	1.250	5.000	5.000
Máquinas necessárias	2,00	2,00	2,00
Depreciação do equipamento (em anos)	-	R\$ 83,87	R\$ 83,87
Depreciação do custo de instalação do equipamento	-	R\$ 4,19	R\$ 4,19
Custo de capital	-	R\$ 68,77	R\$ 68,77
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	R\$ 41,94	R\$ 41,94	R\$ 41,94
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	R\$ 537,76	R\$ 537,76	R\$ 537,76
Consumo de energia elétrica (kw/kg)	-	R\$ 762,08	R\$ 762,08
Crédito de COFINS e PIS	-R\$ 3,88	-R\$ 82,52	-R\$ 82,52
<b>Custo do Equipamento</b>	<b>R\$ 575,82</b>	<b>R\$ 1.416,09</b>	<b>R\$ 1.416,09</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

## g) Lavador de Gases

Quadro 22: Custos de equipamentos – Lavador de gases – 7,5 kW

Lavador de Gases 7,5 kW Valor de Aquisição: R\$ 52.856,60	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Roupa a ser processada (kg/dia)	-	10.000	10.000
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	-	10.000	10.000
Máquinas necessárias	-	1,00	1,00
Depreciação do equipamento (em anos)	-	R\$ 440,47	R\$ 440,47
Depreciação do custo de instalação do equipamento	-	R\$ 22,02	R\$ 22,02
Custo de capital	-	R\$ 361,13	R\$ 361,13
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	-	R\$ 220,24	R\$ 220,24
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	-	R\$ 268,88	R\$ 268,88
Consumo de energia elétrica (kw/kg)	-	R\$ 762,08	R\$ 762,08
Crédito de COFINS e PIS	-	-R\$ 133,64	-R\$ 133,64
<b>Custo do Equipamento</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 1.941,17</b>	<b>R\$ 1.941,17</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## h) Estação de Tratamento de Águas Cinzas

Quadro 23: Custos de equipamentos – Estação de tratamento de águas cinzas

Estação de Tratamento de Águas Cinzas Valor de Aquisição R\$ 164.392,62	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Roupa a ser processada (kg/dia)	-	10.000	10.000
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	-	10.000	10.000
Máquinas necessárias	-	1,00	1,00
Depreciação do equipamento (em anos)	-	R\$ 1.369,94	R\$ 1.369,94
Depreciação do custo de instalação do equipamento	-	R\$ 68,50	R\$ 68,50
Custo de capital	-	R\$ 1.123,18	R\$ 1.123,18
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	-	R\$ 684,97	R\$ 684,97
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	-	R\$ 672,20	R\$ 672,20
Consumo de energia elétrica (kw/kg)	-	R\$ 762,08	R\$ 762,08
Crédito de COFINS e PIS	-	-R\$ 266,91	-R\$ 266,91
Custo do Equipamento	-	R\$ 4.413,95	R\$ 4.413,95

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

## i) Balança

Quadro 24: Custos de equipamentos – Balança

Balança Valor de Aquisição: R\$ 2.846,82	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Porcentagem da roupa total	100%	100%	100%
Roupa a ser processada (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	3.334	3.334	3.334
Máquinas necessárias	1,00	3,00	3,00
Depreciação do equipamento (em anos)	R\$ 23,72	R\$ 71,17	R\$ 71,17
Depreciação do custo de instalação do equipamento	R\$ 1,19	R\$ 3,56	R\$ 3,56
Custo de capital	R\$ 19,45	R\$ 58,35	R\$ 58,35
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	R\$ 11,86	R\$ 35,59	R\$ 35,59
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	R\$ 134,44	R\$ 403,32	R\$ 403,32
Consumo de energia elétrica (kw/kg)	-	R\$ 1,52	R\$ 1,52
Crédito de COFINS e PIS	-R\$ 3,40	-R\$ 10,35	-R\$ 10,35
Custo do Equipamento	R\$ 187,26	R\$ 563,16	R\$ 563,16

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## j) Contêiner com Tampa Lavável

Quadro 25: Custos de equipamentos – Contêiner com tampa lavável

Contêiner com Tampa Lavável Valor de Aquisição: R\$ 1.458,74	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Porcentagem da roupa total	100%	100%	100%
Roupa a ser processada (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	220	220	220
Máquinas necessárias	12,00	46,00	46,00
Depreciação do equipamento (em anos)	R\$ 145,87	R\$ 559,18	R\$ 559,18
Custo de capital	R\$ 119,60	R\$ 458,46	R\$ 458,46
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	R\$ 72,94	R\$ 279,59	R\$ 279,59
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	R\$ 403,32	R\$ 1.546,06	R\$ 1.546,06
Crédito de COFINS e PIS	-R\$ 20,24	-R\$ 77,59	-R\$ 77,59
<b>Custo do Equipamento</b>	<b>R\$ 721,49</b>	<b>R\$ 2.765,71</b>	<b>R\$ 2.765,71</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

## k) Carro-gaiola/R-Trans

Quadro 26: Custos de equipamentos – Carro-gaiola/R-Trans

Carro-gaiola/R-Trans Valor de Aquisição: R\$ 1.860,44	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Porcentagem da roupa total	100%	100%	100%
Roupa a ser processada (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	220	220	220
Máquinas necessárias	12,00	46,00	46,00
Depreciação do equipamento (em anos)	R\$ 186,04	R\$ 713,17	R\$ 713,17
Custo de capital	R\$ 152,53	R\$ 584,71	R\$ 584,71
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	R\$ 93,02	R\$ 356,58	R\$ 356,58
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	R\$ 403,32	R\$ 1.546,06	R\$ 1.546,06
Crédito de COFINS e PIS	-R\$ 25,81	-R\$ 98,95	-R\$ 98,95
<b>Custo do Equipamento</b>	<b>R\$ 809,11</b>	<b>R\$ 3.101,57</b>	<b>R\$ 3.101,57</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



## I) Máquina de Costura

Quadro 27: Custos de equipamentos – Máquina de costura

Máquina de Costura Valor de Aquisição: R\$ 2.687,38	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Porcentagem da roupa total	100%	100%	100%
Roupa a ser processada (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Quantidade diária processável p/máquina (kg/lote)	2.000	2.000	2.000
Máquinas necessárias	2,00	5,00	5,00
Depreciação do equipamento (em anos)	-	R\$ 111,97	R\$ 111,97
Depreciação do custo de instalação do equipamento	-	R\$ 5,60	R\$ 5,60
Custo de capital	-	R\$ 91,80	R\$ 91,80
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	R\$ 22,39	R\$ 55,99	R\$ 55,99
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	R\$ 67,22	R\$ 168,05	R\$ 168,05
Consumo de energia elétrica (kw/kg)	-	R\$ 189,50	R\$ 189,50
Crédito de COFINS e PIS	-R\$ 2,07	-R\$ 33,58	-R\$ 33,58
<b>Custo do Equipamento</b>	<b>R\$ 87,54</b>	<b>R\$ 589,33</b>	<b>R\$ 589,33</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

## 3.2.1. Espaço Físico das Instalações

Quadro 28: Custos com espaço físico (instalações)

Locação de Espaço Físico – R\$/m² Valor do Aluguel: R\$ 11,25	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Quantidade necessária (m²)	-	1.500	1.500
Aluguel de imóvel	-	R\$ 16.702,79	R\$ 16.702,79
Depreciação de reformas (em anos)	-	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00
Custo de capital	-	R\$ 186,46	R\$ 186,46
Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços	-	R\$ 835,14	R\$ 835,14
Equipe de manutenção (estimativa de horas/ mês de manutenção)	-	R\$ 1.344,40	R\$ 1.344,40
Crédito de COFINS e PIS	-	-R\$ 1.737,88	-R\$ 1.737,88
<b>Custo do Espaço Físico das Instalações</b>	<b>-</b>	<b>R\$ 18.580,91</b>	<b>R\$ 18.580,91</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



### 3.2.2. Totais – Equipamentos e Instalações Físicas

**Quadro 29: Resumo dos custos com equipamentos e instalações por tipos de processamento**

Totais – Equipamentos e Instalações Físicas	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
Base de Cálculo (kg/dia)	2.500	10.000	10.000
Lavadora extratora de 100 kg 16 kW	R\$ 4.680,13	R\$ 58.411,89	R\$ 58.411,89
Lavadora extratora de 50 kg 12 kW	R\$ 1.807,54	R\$ 17.628,79	R\$ 17.628,79
Secadoras	R\$ 1.549,26	R\$ 5.279,30	R\$ 5.279,30
Calandra monoroll 8 kW	R\$ 4.816,06	R\$ 37.081,35	R\$ 37.081,35
Caldeira de 1 ton./hora 3,75 kW	-	R\$ 324.219,17	R\$ 324.219,17
Compressor 4 kW	R\$ 575,82	R\$ 1.416,09	R\$ 1.416,09
Lavador de gases 7,5 kW	-	R\$ 1.941,17	R\$ 1.941,17
Estação de tratamento de águas cinzas	-	R\$ 4.413,95	R\$ 4.413,95
Balança	R\$ 187,26	R\$ 563,16	R\$ 563,16
Contêiner com tampa lavável	R\$ 721,49	R\$ 2.765,71	R\$ 2.765,71
Carro-gaiola/R-trans	R\$ 809,11	R\$ 3.101,57	R\$ 3.101,57
Máquinas de costura	R\$ 87,54	R\$ 589,33	R\$ 589,33
Espaço físico das Instalações	-	R\$ 18.580,91	R\$ 18.580,91
<b>Custo Total (mês)</b>	<b>R\$ 15.234,21</b>	<b>R\$ 475.992,39</b>	<b>R\$ 475.992,39</b>
<b>Custo Parcial por Quilo (mês/kg)</b>	<b>R\$ 0,20</b>	<b>R\$ 1,56</b>	<b>R\$ 1,56</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

### 3.3. Custos de Materiais de Consumo – Produtos Químicos e Embalagens

Os produtos químicos para lavagem das roupas e para embalagem são insumos diretos considerados na composição dos custos da prestação do serviço.

Junto aos preços dos produtos para lavagem estão inclusos os custos dos equipamentos para dosagem e aplicação, que são cedidos em sistema de comodato.

#### 3.3.1. Custo de Produtos Químicos para Lavagem

**Quadro 30: Parâmetros de cálculo e custos com produtos químicos para lavagem**

Produtos para Lavagem	Parâmetros		Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
	Consumo (ml/kg)	Preço Unitário (R\$/Litro)			
Aditivo alcalino	6,30	13,50	R\$ 6.474,63	R\$ 25.898,48	R\$ 25.898,48
Alvejante sem cloro	3,70	16,18	R\$ 3.693,89	R\$ 18.223,17	R\$ 18.223,17
Detergente	5,00	15,50	R\$ 2.122,53	R\$ 10.376,82	R\$ 10.376,82
Neutralizante	1,20	14,25	R\$ 975,68	R\$ 5.203,66	R\$ 5.203,66
Amaciante	3,00	13,76	R\$ 942,12	R\$ 3.768,52	R\$ 3.768,52
Crédito de PIS/COFINS (9,25%)			-R\$ 1.314,32	-R\$ 5.871,04	-R\$ 5.871,04
<b>Custo dos Produtos</b>			<b>R\$ 12.894,54</b>	<b>R\$ 57.599,62</b>	<b>R\$ 57.599,62</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

### 3.3.2. Custo de Embalagens

Para os custos de embalagens de roupas foram considerados sacos *hamper* em tecido ou plástico descartável para a roupa suja e sacos plásticos transparentes para a roupa limpa. A lavagem dos sacos *hamper* adiciona 1,5% de roupas a serem lavadas por conta da relação entre o seu peso e o peso de roupa suja por ele transportada.

Para fins de cálculo, foi considerado o custo dos sacos *hamper* de tecido, cujo custo total é ligeiramente superior ao dos *hamper* de plástico descartáveis, que também podem ser utilizados para a coleta de roupa. Cabe ressaltar que os *hamper* devem ser fornecidos pelo Contratado.

**Quadro 31: Parâmetros de cálculo para custos com embalagem**

Descrição	Parâmetros
Capacidade suportada pelo saco hamper tecido (kg/saco)	100
Custo unitário do saco hamper tecido (R\$/un)	R\$ 50,36
Quantidade de saco hamper tecido (1 em uso/1 em lavagem)	2
Vida útil do saco hamper tecido (total de lavagens)	90
Tempo de reposição do saco hamper tecido (meses)	3
Meta da Taxa Selic (abril/2025)	14,25%
Custo de Capital	1,12%
Embalagem Plástica (kg/kg)	1,0000
Custo unitário (R\$/un)	R\$ 0,21

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

**Quadro 32: Custos de embalagens de roupas para lavanderia**

Item	Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
<b>Base de Cálculo (kg/dia)</b>	<b>2.500</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>
Custo diário	R\$ 2.518,15	R\$ 10.072,60	R\$ 10.072,60
Reposição de hamper	R\$ 839,38	R\$ 3.357,53	R\$ 3.357,53
Custo de oportunidade	R\$ 18,81	R\$ 75,24	R\$ 75,24
Embalagem plástica	R\$ 16.282,56	R\$ 65.130,24	R\$ 65.130,24
Crédito de PIS/COFINS (9,25%)	-R\$ 1.585,52	-R\$ 6.342,08	-R\$ 6.342,08
<b>Custo de Embalagens</b>	<b>R\$ 15.555,23</b>	<b>R\$ 62.220,94</b>	<b>R\$ 62.220,94</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

### 3.4. Cálculo do Custo de Transporte

Os custos com transporte incidem sobre os serviços de processamentos de roupas em Lavanderias Externas à Unidade Hospitalar e estão divididos em custos fixos e custos variáveis. O quadro a seguir apresenta os parâmetros considerados nos cálculos desta rubrica.

**Quadro 33: Parâmetros e consumos considerados nos cálculos de custos de transportes**

Item	Parâmetros e Consumo	
Base de Cálculo (kg/dia)	10.000	
Custo de oportunidade	14,25%	1,12%
Veículo zero quilômetro	1	R\$ 368.821,93
Veículo em 4 anos (residual)	1	R\$ 294.992,15
Seguro (% a.a.)	8,22%	
Emplacamento	48	R\$ 575,84
Licenciamento anual	12	R\$ 163,80
Taxa Secretaria da Fazenda – SP	1,50%	
Capacidade do caminhão (kg)	4.000,00	
Número de caminhões (máx. 3 viagens/dia)	1,00	
Viagens por dia	3,00	
Quilômetros (km/mês)	84 (km/viagem)	7.670,88
Capacidade do caminhão (kg)	4.000,00	
Depreciação do veículo (mês)	48,00	
Apoio operacional da frota	5,00%	
Diesel (km/l)	2,70	R\$ 5,90
Fator de manutenção (1%/10.000km)	0,0000010	
Pneus – fator de gasto	8,50%	
Recapagem, câmaras de ar e protetor – fator de gasto	4,70%	
Lavagem	6,70%	
Fluidos e lubrificantes	1,50%	

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

### 3.4.1. Valor Fixo

**Quadro 34: Custos mensais fixos com transportes**

Veículo	Depreciação (R\$/Mês)	Custo de Oportunidade (R\$/Mês)	Emplacamento + TRP (R\$/Mês)	LA (R\$/Mês)	IPVA (R\$/Mês)	Seguro (R\$/Mês)	Apoio Operador da Frota (R\$/Mês)
Caminhão Baú – 4.000 kg	1.538,12	8.429,11	12,00	13,65	414,88	2.273,56	135,70

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

### 3.4.2. Valor Variável

**Quadro 35: Custos mensais variáveis com transportes**

Veículo	Manutenção/ Peças (R\$/Mês)	Diesel (R\$/Mês)	Pneus (R\$/Mês)	Recapagem e Outros (R\$/Mês)	Lavagem (R\$/Mês)	Fluidos e Lubrificantes (R\$/Mês)
Caminhão Baú – 4.000 kg	2.829,19	16.756,78	2.736,38	1.641,67	2.450,24	585,31

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.





### 3.4.3. Custo Total com Transportes

Custo total mensal = Custo fixo (R\$/mês) + Custo variável (R\$/mês) – Créd. PIS/COFINS

**Quadro 36: Custo total mensal com transportes**

Custo de Transporte	Custo Total (R\$/Mês)
Custo fixo	R\$ 12.817,03
Custo variável	R\$ 26.999,57
Crédito de PIS/COFINS (9,25%)	-R\$ 2.707,76
<b>Custo Total R\$/mês</b>	<b>R\$ 37.108,84</b>

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

### 3.5. Custo de Fornecimento de Enxoval

Os custos com fornecimento de enxoval contemplam custos associados à aquisição e administração, por parte do Contratado, em serviços de processamento de roupa com locação, considerando o período de 30 (trinta) meses de vigência inicial para cálculo da depreciação do enxoval. Os itens listados abaixo (Quadro 37 a Quadro 40) são compatíveis com os apresentados no Quadro 1.





Quadro 37: Custos mensais com fornecimento de enxoval – Hotelaria

Item	Produto	Custo por Unidade	Deprec. (Mês)	Deprec. do Enxoval	Custo de Oportunidade	Custo Total Mensal	Crédito PIS/COFINS	Custo Total Mensal por Peça	Unidades/ Leito	Custo Total Mensal por Leito – Aquisição	Reposição Evasão Mensal
							9,25%				3%
1	Camisola adulto, 50/50% pol./alg., misto, 120 g/m <sup>2</sup>	R\$ 52,74	30	R\$ 1,76	R\$ 0,32	R\$ 2,08	-R\$ 0,19	R\$ 1,89	5	R\$ 9,43	R\$ 0,2830
2	Camisola obeso, 50/50% pol./alg., misto, 120 g/m <sup>2</sup>	R\$ 64,59	30	R\$ 2,15	R\$ 0,39	R\$ 2,55	-R\$ 0,24	R\$ 2,31	5	R\$ 11,55	R\$ 0,3465
3	Camisola infantil, 50/50% pol./alg., misto, 120 g/m <sup>2</sup>	R\$ 48,83	30	R\$ 1,63	R\$ 0,30	R\$ 1,92	-R\$ 0,18	R\$ 1,75	5	R\$ 8,73	R\$ 0,2619
4	Cobertor solteiro, 100% acr., 260 g/m <sup>2</sup>	R\$ 40,41	30	R\$ 1,35	R\$ 0,25	R\$ 1,59	-R\$ 0,15	R\$ 1,45	0,7	R\$ 1,01	R\$ 0,0303
5	Cobertor infantil, 100% acr.	R\$ 40,86	30	R\$ 1,36	R\$ 0,25	R\$ 1,61	-R\$ 0,15	R\$ 1,46	0,7	R\$ 1,02	R\$ 0,0307
6	Fronha adulto, 50/50% pol./alg., tipo envelope, 120 g/m <sup>2</sup>	R\$ 11,04	30	R\$ 0,37	R\$ 0,07	R\$ 0,43	-R\$ 0,04	R\$ 0,39	5	R\$ 1,97	R\$ 0,0592
7	Colcha solteiro, 100% alg., piquet	R\$ 69,14	30	R\$ 2,30	R\$ 0,42	R\$ 2,72	-R\$ 0,25	R\$ 2,47	0,7	R\$ 1,73	R\$ 0,0519
8	Colcha infantil, 100% alg., piquet, 300 g/m <sup>2</sup>	R\$ 65,32	30	R\$ 2,18	R\$ 0,40	R\$ 2,57	-R\$ 0,24	R\$ 2,34	0,7	R\$ 1,64	R\$ 0,0491
9	Lençol solteiro, 100% alg., plano	R\$ 38,19	30	R\$ 1,27	R\$ 0,23	R\$ 1,51	-R\$ 0,14	R\$ 1,37	5	R\$ 6,83	R\$ 0,2049
10	Lençol maca, 50/50% alg., cretone, 100 g/m <sup>2</sup>	R\$ 34,69	30	R\$ 1,16	R\$ 0,21	R\$ 1,37	-R\$ 0,13	R\$ 1,24	1	R\$ 1,24	R\$ 0,0372
11	Toalha de banho, 100% alg., 500 g/m <sup>2</sup>	R\$ 33,88	30	R\$ 1,13	R\$ 0,21	R\$ 1,34	-R\$ 0,12	R\$ 1,21	5	R\$ 6,06	R\$ 0,1818
12	Toalha de rosto, 100% alg., 300 g/m <sup>2</sup>	R\$ 11,66	30	R\$ 0,39	R\$ 0,07	R\$ 0,46	-R\$ 0,04	R\$ 0,42	5	R\$ 2,09	R\$ 0,0626
Total Hotelaria										R\$ 53,30	R\$ 1,5991
Total + 3% Evasão										R\$ 54,90	

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



**Quadro 38: Dimensionamento do peso do enxoval em quilogramas (kg) – Hotelaria**

Item	Produto	Unidades/ Leito	Vida Útil das Peças (Nº de Lavagens)	Nº de Lavagens/ Peça/Mês	Vida Útil da Peça (Meses)	Quant. Total Reposição/ Leito/Mês	Custo Total Mensal por Leito – Reposição	Peso (kg)/ Unidade	Peso (kg) do Enxoval/ Leito	Peso (kg) por Leito Reposição	Total de Roupa (kg) Lavada no Mês/Leito
1	Camisola adulto, 50/50% pol./alg., misto, 120 g/m <sup>2</sup>	5	123,00	6,0875	20,21	0,0495	R\$ 13,05	0,218	1,092	0,011	33,238
2	Camisola obeso, 50/50% pol./alg., misto, 120 g/m <sup>2</sup>	5	123,00	6,0875	20,21	0,0495	R\$ 15,98	0,284	1,420	0,014	43,209
3	Camisola infantil, 50/50% pol./alg., misto, 120 g/m <sup>2</sup>	5	123,00	6,0875	20,21	0,0495	R\$ 12,08	0,109	0,546	0,005	16,619
4	Cobertor solteiro, 100% acr., 260 g/m <sup>2</sup>	0,7	123,00	6,0875	20,21	0,0495	R\$ 1,40	0,858	0,601	0,042	18,281
5	Cobertor infantil, 100% acr.	0,7	123,00	6,0875	20,21	0,0495	R\$ 1,42	0,257	0,180	0,013	5,484
6	Fronha adulto, 50/50% pol./alg., tipo envelope, 120 g/m <sup>2</sup>	5	123,00	6,0875	20,21	0,0495	R\$ 2,73	0,042	0,210	0,002	6,392
7	Colcha solteiro, 100% alg., piquet	0,7	123,00	6,0875	20,21	0,0495	R\$ 2,40	1,035	0,725	0,051	22,052
8	Colcha infantil, 100% alg., piquet, 300 g/m <sup>2</sup>	0,7	123,00	6,0875	20,21	0,0495	R\$ 2,26	0,378	0,265	0,019	8,054
9	Lençol solteiro, 100% alg., plano	5	123,00	6,0875	20,21	0,0495	R\$ 9,45	0,554	2,772	0,027	84,373
10	Lençol maca, 50/50% alg., cretone, 100 g/m <sup>2</sup>	1	123,00	6,0875	20,21	0,0495	R\$ 1,72	0,290	0,290	0,014	8,839
11	Toalha de banho, 100% alg., 500 g/m <sup>2</sup>	5	130,00	6,0875	21,36	0,0468	R\$ 7,93	0,560	2,800	0,026	85,225
12	Toalha de rosto, 100% alg., 300 g/m <sup>2</sup>	5	130,00	6,0875	21,36	0,0468	R\$ 2,73	0,115	0,574	0,005	17,464
Custo Total de Reposição pela Vida Útil							R\$ 73,15	Total de Roupa (kg)/Leito - Hotelaria			349,229
Crédito PIS/CONFIS							-R\$ 6,77				
Custo de Reposição pela Vida Útil							R\$ 66,39				

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



Quadro 39: Custos mensais com fornecimento de enxoval – Centro cirúrgico

Item	Produto	Custo por Unidade	Deprec. (Mês)	Deprec. do Enxoval	Custo de Oportunidade	Custo Total Mensal	Crédito PIS/COFINS 9,25%	Custo Total Mensal por Peça	Unidades/Dia/Sala	Unidades/Leito	Custo Total Mensal por Leito – Aquisição	Reposição Evasão Mensal 3%
13	Conjunto para centro cirúrgico, 100% alg., sarja 2x1	R\$ 81,73	30	R\$ 2,72	R\$ 0,50	R\$ 3,22	-R\$ 0,30	R\$ 2,92	6	0,12	R\$ 0,35	R\$ 0,0105
14	Jaleco privativo, 67/33% alg./pol., sarja 2x1	R\$ 62,46	30	R\$ 2,08	R\$ 0,38	R\$ 2,46	-R\$ 0,23	R\$ 2,23	6	0,12	R\$ 0,27	R\$ 0,0080
15	Jaleco IML 67/33% alg/pol., sarja 2x1	R\$ 72,87	30	R\$ 2,43	R\$ 0,44	R\$ 2,87	-R\$ 0,27	R\$ 2,61	6	0,12	R\$ 0,31	R\$ 0,0094
16	Campo duplo, 100% alg., brim, 1,30 x 1,30	R\$ 113,54	30	R\$ 3,78	R\$ 0,69	R\$ 4,47	-R\$ 0,41	R\$ 4,06	6	0,12	R\$ 0,49	R\$ 0,0146
17	Campo duplo, 100% alg., brim, 1,00 x 1,00	R\$ 102,04	30	R\$ 3,40	R\$ 0,62	R\$ 4,02	-R\$ 0,37	R\$ 3,65	6	0,12	R\$ 0,44	R\$ 0,0131
18	Campo duplo, 100% alg., brim, 0,80 x 0,80	R\$ 66,03	30	R\$ 2,20	R\$ 0,40	R\$ 2,60	-R\$ 0,24	R\$ 2,36	6	0,12	R\$ 0,28	R\$ 0,0085
19	Campo duplo, 100% alg., brim, 0,70 x 0,70	R\$ 58,27	30	R\$ 1,94	R\$ 0,35	R\$ 2,30	-R\$ 0,21	R\$ 2,08	6	0,12	R\$ 0,25	R\$ 0,0075
20	Campo duplo, 100% alg., brim, 0,50 x 0,50	R\$ 45,90	30	R\$ 1,53	R\$ 0,28	R\$ 1,81	-R\$ 0,17	R\$ 1,64	6	0,12	R\$ 0,20	R\$ 0,0059
21	Campo simples, 100% alg., brim, 1,60 x 1,40	R\$ 96,53	30	R\$ 3,22	R\$ 0,59	R\$ 3,80	-R\$ 0,35	R\$ 3,45	6	0,12	R\$ 0,41	R\$ 0,0124
22	Campo simples, 100% alg., brim, 1,00 x 1,00	R\$ 51,52	30	R\$ 1,72	R\$ 0,31	R\$ 2,03	-R\$ 0,19	R\$ 1,84	6	0,12	R\$ 0,22	R\$ 0,0066
23	Campo simples, 100% alg., brim, 0,80 x 0,80	R\$ 37,14	30	R\$ 1,24	R\$ 0,23	R\$ 1,46	-R\$ 0,14	R\$ 1,33	6	0,12	R\$ 0,16	R\$ 0,0048
24	Campo simples, 100% alg., brim, 0,50 x 0,50	R\$ 20,57	30	R\$ 0,69	R\$ 0,12	R\$ 0,81	-R\$ 0,07	R\$ 0,74	6	0,12	R\$ 0,09	R\$ 0,0026
25	Campo simples, 100% alg., brim, 0,30 x 0,30	R\$ 22,62	30	R\$ 0,75	R\$ 0,14	R\$ 0,89	-R\$ 0,08	R\$ 0,81	6	0,12	R\$ 0,10	R\$ 0,0029
26	Campo fenestrado, 100% alg., brim, 0,80 x 0,80	R\$ 40,46	30	R\$ 1,35	R\$ 0,25	R\$ 1,59	-R\$ 0,15	R\$ 1,45	6	0,12	R\$ 0,17	R\$ 0,0052
27	Campo fenestrado, 100% alg., brim, 0,50 x 0,50	R\$ 29,57	30	R\$ 0,99	R\$ 0,18	R\$ 1,17	-R\$ 0,11	R\$ 1,06	6	0,12	R\$ 0,13	R\$ 0,0038
28	Campo fenestrado, 100% alg., brim, 1,00 x 1,00	R\$ 49,96	30	R\$ 1,67	R\$ 0,30	R\$ 1,97	-R\$ 0,18	R\$ 1,79	6	0,12	R\$ 0,21	R\$ 0,0064
29	Faixa Contenção, 100% alg, brim, entre 2,50 a 3,50 x 0,08 a 0,20	R\$ 180,66	30	R\$ 6,02	R\$ 1,10	R\$ 7,12	-R\$ 0,66	R\$ 6,46	6	0,12	R\$ 0,78	R\$ 0,0233
30	Porta-bisturi, 100% alg., 0,45 x 0,45	R\$ 10,54	30	R\$ 0,35	R\$ 0,06	R\$ 0,42	-R\$ 0,04	R\$ 0,38	6	0,12	R\$ 0,05	R\$ 0,0014
Total Centro Cirúrgico											R\$ 4,90	R\$ 0,1471
Total + 3% Evasão											R\$ 5,05	

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



Quadro 40: Dimensionamento do peso do enxoval em quilogramas (kg) – Centro cirúrgico

Item	Produto	Unidades/ Leito	Vida Útil das Peças (Nº de Lavagens)	Nº de Lavagens/ Peça/Mês	Vida Útil da Peça (Meses)	Quant. Total Reposição/ Leito/Mês	Custo Total Mensal por Leito – Reposição	Peso (kg) por Unidade	Peso (kg) do Enxoval por Leito	Peso (kg) por Leito Reposição	Kg de Roupa Total Lavada no Mês por Leito
13	Conjunto para centro cirúrgico, 100% alg., sarja 2x1	0,12	123,00	7,6963	15,98	0,0626	R\$ 0,61	0,220	0,026	0,014	0,804
14	Jaleco privativo, 67/33% alg./pol., sarja 2x1	0,12	123,00	7,6963	15,98	0,0626	R\$ 0,47	0,220	0,026	0,014	0,804
15	Jaleco IML 67/33% alg/pol., sarja 2x1	0,12	123,00	7,6963	15,98	0,0626	R\$ 0,55	0,220	0,026	0,014	0,804
16	Campo duplo, 100% alg., brim, 1,30 x 1,30	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 1,72	0,350	0,042	0,044	1,278
17	Campo duplo, 100% alg., brim, 1,00 x 1,00	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 1,54	0,210	0,025	0,026	0,767
18	Campo duplo, 100% alg., brim, 0,80 x 0,80	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 1,00	0,130	0,016	0,016	0,475
19	Campo duplo, 100% alg., brim, 0,70 x 0,70	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 0,88	0,100	0,012	0,013	0,365
20	Campo duplo, 100% alg., brim, 0,50 x 0,50	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 0,69	0,050	0,006	0,006	0,183
21	Campo simples, 100% alg., brim, 1,60 x 1,40	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 1,46	0,470	0,056	0,059	1,717
22	Campo simples, 100% alg., brim, 1,00 x 1,00	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 0,78	0,210	0,025	0,026	0,767
23	Campo simples, 100% alg., brim, 0,80 x 0,80	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 0,56	0,130	0,016	0,016	0,475
24	Campo simples, 100% alg., brim, 0,50 x 0,50	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 0,31	0,050	0,006	0,006	0,183
25	Campo simples, 100% alg., brim, 0,30 x 0,30	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 0,34	0,020	0,002	0,003	0,073
26	Campo fenestrado, 100% alg., brim, 0,80 x 0,80	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 0,61	0,130	0,016	0,016	0,475
27	Campo fenestrado, 100% alg., brim, 0,50 x 0,50	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 0,45	0,050	0,006	0,006	0,183
28	Campo fenestrado, 100% alg., brim, 1,00 x 1,00	0,12	61,00	7,6963	7,93	0,1262	R\$ 0,76	0,210	0,025	0,026	0,767
29	Faixa Contenção, 100% alg, brim, entre 2,50 a 3,50 x 0,08 a 0,20	0,12	123,00	7,6963	15,98	0,0626	R\$ 1,36	0,130	0,016	0,008	0,475
30	Porta-bisturi, 100% alg., 0,45 x 0,45	0,12	123,00	7,6963	15,98	0,0626	R\$ 0,08	0,040	0,005	0,003	0,146
Custo Total de Reposição pela Vida Útil							R\$ 14,18	Total de Roupa (kg)/Leito			10,738
Crédito PIS/CONFIS							-R\$ 1,31				
Custo de Reposição pela Vida Útil							R\$ 12,87				

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



### 3.5.1. Resumo dos Custos com Enxoval

- Parâmetros:
  - Produção/mês: 304.375 (10.000 kg/dia x 365,25/12 dias/mês);
  - Peso processado por leito/mês: 359,967 (349,229 + 10,738); e
  - Leitos/mês: 846.
- Custo total mensal hotelaria/leito: R\$ 121,29;
- Custo total mensal cirúrgico/leito: R\$ 17,92;
- Custo com enxoval de hotelaria: R\$ 102.611,34;
- Custo com enxoval de centro cirúrgico: R\$ 15.160,32; e
- Custo total com fornecimento de enxoval: R\$117.771,66.

### 3.6. Custos Diversos

São considerados nesta rubrica custos relacionados à remoção de resíduos resultantes do tratamento de efluentes, testes de qualidade do processo de lavagem (água e tecido) e outros custos concernentes ao sistema.

**Quadro 41: Parâmetros de cálculo e custos mensais com itens diversos**

Item	Parâmetros		Lavanderia Interna	Lavanderia Externa	Lavanderia Externa com Locação de Enxoval
	Consumo	Preço Unitário			
Base de Cálculo (kg/dia)			2.500	10.000	10.000
Remoção de lixo classe II A	0,02	R\$ 0,62	R\$ 936,33	R\$ 3.745,31	R\$ 3.745,31
Testes de qualidade da água	Semestral	R\$ 5.257,46	R\$ 876,24	R\$ 876,24	R\$ 876,24
Crédito de PIS/COFINS (9,25%)			-R\$ 167,66	-R\$ 427,49	-R\$ 427,49
Custos Diversos			R\$ 1.644,91	R\$ 4.194,06	R\$ 4.194,06

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



#### 4. SERVIÇO DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DO ENXOVAL

O serviço de gerenciamento e controle de enxoval considera o custo do posto de trabalho, cujo dimensionamento deverá estar de acordo com a demanda de cada Unidade Hospitalar.

O quadro abaixo indica os parâmetros considerados na obtenção desse custo.

**Quadro 42: Parâmetros de cálculo para serviços de gerenciamentos e controle de enxoval**

Serviço de Gerenciamento e Controle do Enxoval	Parâmetros
Quantidade de Auxiliar de lavanderia (área limpa) no posto	1
Horas diárias de trabalho no posto (2ª feira a domingo)	8,00
Horas mensais de trabalho no posto	243,50
Horas de cobertura pelos profissionais	191,32
Horas de cobertura mensal (mensais postos – horas mensais empregados)	52,18
Folguista para cobertura mensal	0,27
Produtividade do posto	7.620

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.



Quadro 43: Custos do posto de trabalho para os serviços de gerenciamentos e controle de enxoval

CUSTOS DO POSTO		
MÊS DE REFERÊNCIA: ABRIL DE 2025		
Discriminação dos Custos	Escala:	44 Horas
	Turno:	Diurno
	Natureza do Posto:	Com Insalubridade 20%
	Valores expressos em Reais (R\$)	
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>R\$ 2.823,94</b>	<b>37,43%</b>
Salário-base	R\$ 1.846,82	24,48%
Adicional de insalubridade	R\$ 303,60	4,02%
Feriado remunerado	R\$ 87,04	1,15%
Folguista	R\$ 586,48	7,77%
<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>R\$ 586,22</b>	<b>7,77%</b>
Vale-transporte	R\$ 213,50	2,83%
Custo mensal	R\$ 354,53	4,70%
Parcela do trabalhador	-R\$ 141,03	-1,87%
Cesta básica	R\$ 267,27	3,54%
Programa Bem-Estar Integral	R\$ 33,22	77,62%
Benefício Assistência de Proteção à Saúde	R\$ 50,91	118,95%
Auxílio-maternidade	R\$ 7,88	0,10%
Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,99	0,01%
Norma regulamentadora nº 07	R\$ 12,45	0,17%
<b>Insumos Diversos</b>	<b>R\$ 60,18</b>	<b>0,80%</b>
Uniforme	R\$ 39,48	0,52%
Gasto mensal	R\$ 43,50	0,58%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 4,02	-0,05%
EPI	R\$ 20,70	0,27%
Gasto mensal	R\$ 22,81	0,30%
Crédito PIS/COFINS	-R\$ 2,11	-0,03%
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>	<b>R\$ 2.254,53</b>	<b>29,88%</b>
Encargos previdenciários e FGTS	R\$ 1.039,21	13,77%
13º Salário + adicional de férias	R\$ 485,24	6,43%
Afastamento maternidade	R\$ 1,47	0,02%
Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 457,17	6,06%
Custo de rescisão	R\$ 228,64	3,03%
Outros	R\$ 42,80	0,57%
<b>Custos Indiretos, Lucro e Tributos</b>	<b>R\$ 1.819,94</b>	<b>24,12%</b>
Custos indiretos	R\$ 332,61	4,41%
Lucro	R\$ 412,19	5,46%
Tributos	R\$ 1.075,14	14,25%
ISS	R\$ 377,24	5,00%
PIS	R\$ 124,49	1,65%
COFINS	R\$ 573,41	7,60%
<b>Total do Posto/mês</b>	<b>R\$ 7.544,81</b>	<b>100,00%</b>

<b>Quantidade de funcionários por posto</b>	<b>1,27</b>
---	-------------

\* Informação detalhada no tópico dos encargos sociais, Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais (exceto incidência do Grupo A sobre licença-maternidade).

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.





## 5. PLANILHA DE ORÇAMENTO – EXEMPLO DE UTILIZAÇÃO DOS VALORES REFERENCIAIS

Após o dimensionamento das efetivas necessidades de cada tipo de serviço e quantitativos de kg e Posto/mês no prazo contratual considerado, deverá ser elaborado orçamento detalhado em planilha que expresse os custos unitário e total dos serviços.

A planilha de orçamento a seguir, totalmente preenchida pela administração, deve explicitar o tipo e a quantidade de serviços previstos/estimados, o preço unitário de cada tipo de serviço, os correspondentes totais e o valor máximo total admitido para a contratação (R\$), constituindo-se no parâmetro de aceitabilidade dos preços ofertados.

**Quadro 44: Modelo de planilha de orçamento – exemplo de utilização dos valores referenciais**

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quant. (1)	Meses (2)	Preço Unitário R\$ (3)	Total R\$ (4)=(1)x(2)x(3)
1	Processamento de roupa e locação de enxoval	kg	25.000	30	R\$ 4,87	R\$ 3.652.500,00
2	Gerenciamento e controle de enxoval	Posto/mês	3	30	R\$ 7.544,81	R\$ 679.032,90
Total						R\$ 4.333.522,70

Obs.: Os resultados gerados levam em consideração o arredondamento em duas casas decimais de todos os valores contemplados na fórmula expressa.

**Importante:** Cada Contratante deverá elaborar o quadro acima de acordo com suas reais necessidades.

## 6. DEFINIÇÕES E CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DOS PREÇOS

Para obtenção dos valores apresentados no presente capítulo, fazem-se necessárias definições que suportem os cálculos. Esses critérios e referências técnicas estão apresentados abaixo, divididos em custo direto na prestação do serviço, encargos sociais e trabalhistas e Benefícios e Despesas Indiretas (BDI).

### 6.1. Custo do Serviço

#### 6.1.1. Custo de Mão de Obra

O número de pessoas utilizado no Processamento da Roupa foi calculado com base no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da ANVISA (2009).

Há diferenças para o valor de profissionais necessários para a operacionalização da Lavanderia Externa em relação à Lavanderia Interna devido às diferenças de produtividade e ganhos de escala possíveis em uma estrutura de maior flexibilidade de planejamento.





Para efeito de cálculo, considerou-se dois turnos de trabalho de 7,33 horas, em escala 5x1, ou seja, um dia de descanso para cada cinco dias trabalhados, com base nas práticas de mercado para esse serviço.

Os valores unitários de cada uma das categorias envolvidas foram obtidos mediante o somatório de custos com mão de obra: piso da convenção coletiva considerada, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, uniformes e EPIs, acrescidos de BDI.

#### 6.1.2. Custo Salarial

##### a) Jornada de Trabalho Adotada

- A jornada de trabalho adotada foi de 44 horas semanais divididas em escala 5x1, ou seja, cinco dias trabalhados para cada dia de descanso.

##### b) Feriados Trabalhados

- Considerou-se os feriados trabalhados por se tratar de um processo contínuo, sem a possibilidade de interrupção em feriados. Para o cálculo, portanto, considerou-se a existência de 17 feriados no ano.

##### c) Adicionais

- Considerou-se a insalubridade e a periculosidade. Nos termos vigentes no § 2º do art. 193 da CLT, o trabalhador tem o direito de escolher o adicional mais vantajoso economicamente entre estes adicionais, não sendo permitido recebê-los de forma concomitante.
  - Insalubridade:
    - ✓ 20% do salário-mínimo regional aos profissionais que prestam serviços em hospitais, postos de saúde, ambulatorios médicos e clínicas médicas ou que estejam envolvidos com materiais provenientes desses locais; e
    - ✓ 40% do salário-mínimo regional aos profissionais que prestam serviços em setores sujeitos a doenças por contaminação (leprosários, isolamentos e necrotérios, centro cirúrgico e unidade de terapia intensiva). Para o presente trabalho, esse adicional é utilizado para os profissionais em contato permanente ou esporádico com as áreas sujas ou com materiais delas advindos.
  - Periculosidade:
    - ✓ 30% sobre a remuneração aos profissionais que exerçam a função de Operador de caldeira.

#### 6.1.3. Benefícios aos Profissionais

Convencionou-se atribuir a todos os profissionais envolvidos na Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar os benefícios concedidos pela Convenção Coletiva da Categoria preponderante.



Com respeito às rubricas deste grupo, salienta-se que as empresas de lavanderia hospitalar enquadradas no Lucro Real estão desautorizadas a aproveitar créditos de PIS/COFINS associados aos custos com fornecimento de vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e cesta básica. Tal impedimento é conferido pelos arts. 2º e 3º da Lei Federal nº 10.637/2002, alterada pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, amparados pela Solução CONSIT nº 219/2014. Isto posto, apresentam-se:

a) Vale-transporte:

Valor unitário da condução do funcionário: o valor da passagem de ônibus da cidade.

- Valor unitário: R\$ 5,49 (cidade de São Paulo);
- Quantidade de tarifas diárias = 2 (duas);
- Quantidade de tarifas/mês: dias efetivamente trabalhados multiplicados por 2:
  - Sistema 5x1 = 20,75 dias/mês x 2 = 41,50 tarifas.
- Custo do vale-transporte: desconto de 6% do salário do profissional.

b) Cesta Básica

Conforme a CCT da categoria preponderante, o valor da cesta básica a ser concedido a partir de abril de 2025 é de R\$ 210,00.

c) Programa Bem Estar Integral

Conforme CCT, deve ser pago o benefício no valor de R\$26,10 por empregado, sem ônus ao mesmo, com o objetivo de prover qualidade de vida aos trabalhadores e seus dependentes.

d) Benefício Assistência de Proteção à Saúde

Segundo CCT, deve ser pago o Benefício Assistencial de Proteção à Saúde no valor de R\$ 40,00 por empregado, sem ônus para o mesmo.

e) Custo com Exame Toxicológico para Condutores

Em cumprimento à Resolução nº 923/22 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e a Lei Federal nº 13.103/2015, todos os condutores habilitados nas categorias C, D e E estão obrigados a realizar exame toxicológico na admissão, demissão e renovação da CNH.

f) Custo com Uniformes e EPIs

As empresas deverão fornecer uniformes completos para seus profissionais, bem como equipamentos de proteção e segurança, em conformidade com o acordo coletivo da categoria. Os preços referenciais (Quadro 45) para esses insumos foram obtidos conforme metodologia de pesquisa apresentada neste capítulo.



Quadro 45: Preços de referência para uniformes e EPIs

Item	Preço de Referência Unitário
Calça	R\$ 52,34
Camisa manga curta	R\$ 45,16
Tênis	R\$ 89,90
Meia	R\$ 6,22
Crachá de identificação	R\$ 5,81
Jaleco	R\$ 41,92
Proteção auricular	R\$ 1,37
Touca de cabelo	R\$ 0,12
Proteção ocular	R\$ 4,77
Avental impermeável	R\$ 9,12
Luva	R\$ 39,94
Bota	R\$ 51,11

Obs.: Para fins de cálculo, aplicou-se o arredondamento em duas casas decimais somente no resultado final a fim de evitar-se a propagação de erro estatístico.

#### 6.1.4. Dimensionamento de Mão de Obra

##### a) Área Suja

Separação da roupa suja e para lavagem:

- Segundo o Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde (1986), um profissional separa 125 kg de roupa suja por hora;
- Considerando uma produtividade de 100 kg por hora:
  - Se forem separadas 10 toneladas por dia =  $10.000/14,67$  horas = 682 kg por hora;
  - Assim, precisa-se de  $682/100 \times 2$  turnos para a separação da roupa suja para 10.000 kg;
  - O mesmo critério de separação da roupa suja é utilizado para lavagem;
  - Com isso, serão necessários 28 profissionais na área suja;
  - Entretanto, deve-se considerar que os profissionais trabalham em turno 5x1. É necessário, portanto, um dimensionamento 1/6 maior ( $28 \times 7/6$ ).

##### b) Área Limpa

- Retirada da roupa limpa da lavadora e secagem:
  - Para retirar a roupa das lavadoras e colocá-las nas secadoras são necessárias duas pessoas por secadora.
- Retirada da roupa limpa da lavadora para calandragem:
  - Cada calandra precisa de dois profissionais (calandra com dobradeira automática);
  - Para as lavanderias internas às unidades, estimou-se um adicional de 2,3 pessoas por calandra, considerando que estas não possuem dobradeira automática. Essa diferença é representada pelo item Auxiliar de lavanderia – adic. Dobradeira.



- Dobragem e embalagem da roupa:
  - Produtividade: 90 kg por hora, considerando que as peças que necessitam ser dobradas já estão previamente arrumadas; e
  - Com o dimensionamento devido à escala 5x1, deve-se considerar no valor final o acréscimo de 1/6.

#### c) Líderes

Considerou-se a necessidade de um Líder de lavanderia para área limpa e área suja, como um todo por turno, mais o provisionamento para os descansos.

#### d) Motoristas

Considerou-se a necessidade de um Motorista por turno, com o provisionamento para os descansos. Esse mesmo critério foi aplicado para o Ajudante de transportes.

#### e) Costureiras

Considerou-se que, para o setor de costura, cada Costureira repara 2,4 kg de roupa por hora e que o índice de consertos por lavagem é de 2%.

### 6.2. Custo de Equipamentos e Instalações

O dimensionamento dos equipamentos utilizados para o processamento da roupa foi feito considerando a utilização da maquinaria necessária à prestação do serviço. Para cada equipamento e instalação, quando pertinentes, calculou-se os seguintes custos:

- Depreciação do equipamento;
- Depreciação da instalação do equipamento;
- Custo de oportunidade;
- Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços;
- Equipe de manutenção;
- Energia elétrica;
- Esgoto; e
- Crédito PIS/COFINS.

Todas as necessidades de manutenção de máquinas e equipamentos foram consideradas nos itens “Manutenção: estimativa de custos com materiais e serviços” e “equipe de manutenção” para cada elemento considerado.

Da mesma forma, todos os gastos provenientes de instalações que possibilitem a operação do sistema foram incluídos no item “depreciação da instalação” da respectiva máquina ou equipamento.

#### a) Depreciação do Equipamento (D)

O cálculo da depreciação considerou como vida útil do equipamento<sup>3</sup>:

$$(Pa / T) / 12$$

<sup>3</sup> Exceto para caldeira de 1 ton./hora 3,75 kW, cujo tempo considerado é de 20 anos, os demais equipamentos utilizam vida útil de 10 anos, para efeito de cálculo.



Em que:

Pa: Preço de aquisição do equipamento; e

T: Vida útil do equipamento em anos.

b) Depreciação da Instalação (Di)

Para a depreciação da instalação dos equipamentos, definiu-se um percentual de 5% do valor de depreciação do equipamento:

$$Di = [ ( 0,05 \times Pa / T ) / 12 ]$$

Em que:

Di: Depreciação da Instalação;

Pa: Preço de aquisição do equipamento; e

T: Vida útil do equipamento em anos.

c) Custo de Oportunidade

Para o cálculo do custo de oportunidade, considerou-se uma taxa de remuneração do capital igual a 14,25% ao ano (taxa Selic Abril/2025<sup>4</sup>).

d) Manutenção

Para o cálculo do custo de manutenção do equipamento atribuiu-se o coeficiente de 5% do valor do equipamento por mês.

e) Equipe de Manutenção

Para o cálculo do valor despendido em cada máquina ou equipamento para sua manutenção, considerou-se um custo de R\$ 42,87 por hora de manutenção (valor mensal da equipe de manutenção dividido pelas horas trabalhadas mensais). O quadro abaixo representa o total de horas de manutenção requerido por cada máquina ou equipamento considerado.

**Quadro 46: Quantidade de horas necessárias para manutenção dos equipamentos**

Equipamento	Quant. de Horas/ Mês
Lavadora extratora 100 kg	36 horas
Lavadora extratora 50 kg	36 horas
Secadora	36 horas
Calandra <i>monoroll</i> 8 kW com dobradeira	60 horas
Caldeira de 1 ton./hora 3,75 kW	40 horas
Compressor 4 kW	8 horas
Lavador de gases 7,5 kW	8 horas
Sistema de tratamento de esgoto	20 horas
Balança	4 horas
Contêiner com tampa lavável	1 horas
Carro-gaiola	1 horas
Máquinas de costura	1 horas
Espaço físico	40 horas

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>.

## f) Energia Elétrica

Cada equipamento possui a especificação de consumo de energia elétrica em condições normais de operação. Com base neste consumo, e adotando o custo de R\$ 0,4173 de acordo com as ponderações das tarifas praticadas pela Enel Distribuição São Paulo – consumidor industrial – Grupo A, Subgrupo A4<sup>5</sup>, é possível estimar o custo com energia elétrica.

## g) Esgoto

Para os equipamentos que utilizam a rede de esgoto, calculou-se o custo decorrente desse consumo. Utilizou-se a tarifa de R\$ 13,12/m<sup>3</sup>, praticada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)<sup>6</sup> para a região Metropolitana de São Paulo. Como critério para elaboração dos preços, considerou-se um consumo de 0,0225 m<sup>3</sup>/kg de roupa lavada, uma vez que há o reuso da água na proporção de 40%.

## h) Gás Natural

Para a utilização de caldeiras foi adotado o consumo de gás natural e, portanto, o custo ocasionado por este consumo. O custo total considerado foi de R\$ 3,63/m<sup>3</sup>, com base nas ponderações das tarifas praticadas pela Comgás – Segmento Industrial – região Metropolitana de São Paulo<sup>7</sup>.

## i) Crédito PIS/COFINS

Considerou-se a possibilidade facultada às empresas optantes pelo sistema de tributação pelo Lucro Real de reaver impostos federais PIS e COFINS (total de 9,25%) pagos na aquisição de bens e serviços de insumos diretos do processo produtivo.

## 6.2.1. Lavadoras

Considerando que 80% das roupas serão lavadas em máquinas de 100 kg, enquanto os 20% restantes serão lavados em máquinas de 50 kg, e levando-se em conta, ainda, o tempo necessário para o processamento de um ciclo de roupas, encontram-se os valores indicados abaixo:

- Capacidade da máquina: 90% da capacidade nominal para Lavanderia Externa e 90% para Lavanderia Interna;
- Percentual de roupas lavadas por máquina de 100 kg = 80%;
- Percentual de roupas lavadas por máquina de 50 kg = 20%; e
- Tempo de processamento por lote = 1,25 horas.

## 6.2.2. Secadoras

Com um princípio de cálculo semelhante ao das lavadoras, é possível dimensionar o número de secadoras necessárias para o processamento de roupa por dia. Os parâmetros utilizados foram:

- Percentual de roupas que passam pela secadora = 44%;
- Capacidade da máquina = 100 kg/lote; e
- Tempo de processamento = 0,50 h/lote.

<sup>5</sup> Disponível em: <[https://www.enel.com.br/pt-saopaulo/Corporativo\\_e\\_Governo/tabela-de-tarifas.html](https://www.enel.com.br/pt-saopaulo/Corporativo_e_Governo/tabela-de-tarifas.html)>.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://agenciavirtual2.sabesp.com.br/tarifas>>

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.comgas.com.br/minha-conta/tarifas>>.



### 6.2.3. Calandras

No dimensionamento das calandras, convencionou-se a utilização de calandra com dobradeira para a lavagem externa por este ser o equipamento de maior produtividade. Para a lavagem interna, entretanto, optou-se pela calandra sem dobradeira devido à existência desses equipamentos em grande número nas unidades do estado.

O dimensionamento utilizou os seguintes parâmetros:

- Percentual de roupas processadas por calandra = 56%; e
- Capacidade da máquina = 70 kg/h.

### 6.2.4. Caldeiras

Para atender às necessidades de uma lavanderia do porte em questão, entendeu-se como suficientes duas caldeiras de uma tonelada/hora – 3,75 kW. Foi adotado o gás natural como insumo de alimentação motriz da caldeira, com parâmetro de consumo 68.502 m<sup>3</sup>/mês, conforme manual do fabricante.

### 6.2.5. Compressores

Definiu-se a utilização de um compressor de 4 kW e foram calculados seus custos analogamente às outras máquinas.

### 6.2.6. Lavador de Gases

Para a estrutura da lavanderia, foi adotado um lavador de gases de 7,5 kW.

### 6.2.7. Sistema de Tratamento de Águas Cinzas

Considerou-se a existência de um sistema de tratamento de águas cinzas, de modo que os efluentes sejam tratados antes de seu lançamento na rede pública e para reuso.

### 6.2.8. Balança

Previu-se a necessidade de 1 (uma) balança para cada 3.334 kg de roupa a ser processada.

### 6.2.9. Contêineres com Tampa Lavável

O dimensionamento dos contêineres foi feito na proporção de 1 (um) contêiner para cada 220 kg de roupa processada por dia.

### 6.2.10. Carros-gaiola

O dimensionamento dos carros-gaiola foi feito na proporção de 1 (um) carro para cada 220 kg de roupa processada por dia.





#### 6.2.11. Máquinas de Costura

Como critério para dimensionamento do número de máquinas de costura, determinou-se uma máquina para cada 2.000 kg de roupa, já incluindo nessa produtividade eventuais interrupções no processamento devido à manutenção das máquinas.

#### 6.2.12. Instalações – Espaço Físico

Para a apuração dos custos relativos às instalações da lavanderia, definiu-se a necessidade de um galpão industrial instalado em terreno de aproximadamente 1.500 m<sup>2</sup> com lençol subterrâneo. Foi adotado o valor referencial de locação mensal na região Metropolitana de São Paulo, no valor médio de R\$ 12,67 o metro quadrado, considerando-se o valor da locação e do IPTU do imóvel.

### 6.3. Custo de Produtos para Lavagem

Os produtos para lavagem das roupas são insumos diretos a serem utilizados na composição dos custos de uma lavanderia. Os parâmetros definidos (apresentados no Quadro 30) visam garantir as condições preconizadas de processamento de roupa hospitalar.

Ressalta-se que o custo do equipamento utilizado para dosagem e aplicação dos produtos no sistema de lavagem está incluído no preço dos produtos para lavagem, uma vez que são cedidos em sistema de comodato.

### 6.4. Custos de Embalagens

Também foram considerados os custos de embalagens de roupas, sendo adotados sacos *hamper* em tecido ou plástico descartável para a roupa suja e sacos plásticos transparentes para a roupa limpa. A lavagem dos sacos *hamper* adiciona 1,5% de roupas a serem lavadas por conta da relação entre o seu peso e o peso de roupa suja que ele pode transportar (Quadro 32).

### 6.5. Custo de Transporte

#### 6.5.1. Custo Fixo

Foi convencionado um caminhão com carroceria tipo baú com capacidade para 4 toneladas de carga. Para uma lavanderia dimensionada para lavar 10.000 kg/dia, tendo como premissa o máximo de 3 viagens (ida e volta) por dia, faz-se necessário 1 (um) caminhão. Ademais, tomou-se como base uma distância de 42 km por trecho de viagem.





a) Depreciação

O valor mensal de depreciação (D) do veículo foi calculado com base no valor de aquisição, vida útil e valor residual de revenda, conforme segue:

$$D = \frac{(Pa - P)}{n}$$

Em que:

Pa: Preço de aquisição do caminhão;

P: Preço residual do veículo em idade máxima admitida (máxima de 8 anos); e

n: Período previsto de utilização do veículo.

b) Emplacamento, Licenciamento e IPVA

Custo mensal de cada item apropriado de acordo com suas condições legais<sup>8</sup>:

$$L = \frac{(Placa + TPR)}{a} + \frac{(LA)}{b} + \frac{IPVA}{c}$$

Em que:

L: Custo mensal de emplacamento, licenciamento e IPVA;

Placa: Custo do emplacamento para a vida útil considerada do veículo;

TPR: Custo da taxa de primeiro registro sobre o veículo;

a: Idade máxima do veículo admitida;

LA: Licenciamento Anual;

b: Período de cobertura do Licenciamento (12 meses);

IPVA: Imposto Anual de Propriedade de Veículo Automotor; e

C: Período de cobertura do IPVA (12 meses).

c) Seguros

Para o cálculo de seguro foi considerada uma taxa única que engloba seguro do casco, contra terceiros, custo da apólice e danos pessoais.

$$S = \frac{0,0822 \times Po}{12}$$

<sup>8</sup> O valor do IPVA consiste em uma média do valor do veículo zero quilômetro e o valor do veículo com 4 anos de uso, aplicando-se a taxa de 1,5%, definida pela Secretaria de Orçamento e Gestão do Estado de São Paulo.

Em que:

S: Custo mensal do seguro;

8,22%: Coeficiente de utilização (taxa de seguro); e

Po: Preço do caminhão em idade média.

d) Apoio Operacional da Frota

Estimativa para substituição de veículo para manutenção corretiva e preventiva. Foi utilizado o valor de 5% dos demais custos fixos.

e) Crédito PIS/COFINS

Fica atribuído às empresas prestadoras de serviços a faculdade de créditos referentes a PIS e COFINS, por meio da incidência de alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. As mesmas foram calculadas sobre os custos diretos pagos a pessoas jurídicas. Dessa forma, ficam os créditos considerados de cunho redutor de custos.

6.5.2. Custo Variável

a) Manutenção – Peças

Para efeito de cálculo, foi adotada a previsão de custos equivalente a 1% do valor do veículo a cada 10.000 km.

$$M_p = P_a \times (1\%/10.000) \times km$$

Em que:

Mp: Custo por quilômetro resultante da substituição de peças e materiais de consumo;

Pa: Valor de aquisição do veículo; e

Km: Quilometragem média mensal foi utilizado o valor médio de 7.670,88 km/mês.

b) Pneus

Os valores utilizados são estimados em relação a serviços prestados em rodovias ou logradouros que se apresentem em estado razoável para tráfego. Os casos de transporte em estradas vicinais ou estradas que possuam condições ruins de tráfego não estão sendo considerados.

Para os cálculos de custo com pneus, concebeu-se a vida útil média do tipo de pneu utilizado pelo veículo em 70.000 km, com duas recapagens a cada 45.000 km, sendo, portanto, 160.000 km a vida útil total. Quanto à câmara de ar e ao protetor, suas vidas úteis foram estimadas em 80.000 km.

Para os cálculos de custos com pneus e recapagens, foram considerados o coeficiente de 8,5% e 4,7%, respectivamente, dos custos fixos.



## c) Combustível

Com base em consultas às revendedoras autorizadas, foi adotado o consumo de 2,7 km/l de combustível – diesel.

$$C = \frac{C_0}{Km}$$

Em que:

C: Custo do combustível por quilômetro;

C<sub>0</sub>: Custo do litro do combustível; e

Km: Distância percorrida com um litro de combustível.

## d) Fluidos e Lubrificantes

Para definição dos coeficientes utilizados para estimar os custos relativos a fluidos e lubrificantes, foram considerados os valores de troca sugeridos pelos fabricantes.

**Quadro 47: Coeficientes para trocas de fluidos e lubrificantes**

Componente	Quantidade	Periodicidade de Troca (km)
Óleo do motor	23,0 l	10.000
Óleo do câmbio	12,0 l	25.000
Óleo do diferencial	11,0 l	25.000
Óleo de freio	1,0 l	50.000
Graxa	3,0 kg	50.000

Para os cálculos de custos com fluidos e lubrificantes, foi considerado o coeficiente de 1,5% dos custos fixos.

## e) Lavagens

Para os cálculos de custos de lavagens, foi estipulado o coeficiente de 6,7% dos custos fixos, agregado aos custos de manutenção, combustíveis e pneus. Esse custo engloba a execução de três lavagens mensais e a desinfecção do interior do veículo com o uso de solução de hipoclorito de sódio a uma taxa de 10 litros por lavagem.

## 6.6. Custo de Enxoval

Para o serviço de locação de enxoval há os custos associados à aquisição e administração desse enxoval por parte do Contratado.

Para calcular esse custo, utilizou-se a definição de enxoval apresentada neste caderno, no Quadro 1.

O preço por peça que compõe o enxoval foi obtido por meio de pesquisa de preço com referência em Abril de 2025 no mercado especializado.



Foi realizada a depreciação do enxoval em 30 (trinta) meses e remuneração do custo de oportunidade com uma taxa de remuneração do capital igual a 14,25% ao ano (Taxa Selic vigente em Abril/2025). Para a remuneração do custo de reposição durante o contrato foi calculado o tempo de vida útil das peças considerando a vida útil em lavagens e o número mensal de lavagens, mediante a quantitativo, por leito, a ser disponibilizado pelo Contratado.

## 6.7. Custos Diversos

Foram considerados, ainda, custos com a remoção de resíduos resultantes do tratamento de efluentes, testes de qualidade do processo de lavagem (água e tecido) e outros custos concernentes ao sistema.

Para os testes de qualidade da água utilizada, foram adotados os preços obtidos em pesquisa de mercado para:

- Análise microbiológica de água;
- Ensaio físico-químico completo;
- Determinação de amônia, nitrato, pH e fluoreto; e
- Determinação de alcalinidade.

Os testes acima relacionados incluem análise de: aspecto, gosto, odor, cor, turbidez, sólidos totais dissolvidos, alcalinidade total, alcalinidade de hidróxidos, alcalinidade de carbonatos, alcalinidade de bicarbonatos, dureza de carbonatos, dureza de não carbonatos, dureza total, nitrogênio amoniacal, nitrogênio nitrito, nitrogênio nitrato, ferro, manganês, cobre, zinco, níquel, cloreto, fluoreto, condutividade, sulfato, *escherichia coli*, coliformes totais, bactérias heterotróficas e pH.

Os testes de qualidade referentes ao enxoval (tecido), segundo o Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde, estão relacionados à qualidade do processamento da roupa e são indicados sempre que há aumento da ocorrência de infecção hospitalar ou internação de pacientes com doenças transmissíveis que exijam isolamento, quando da adoção de técnicas e produtos novos, caso precise verificar a eficiência das soluções desinfetantes utilizadas, ou quando aumenta a frequência do retorno de roupas com manchas ou resíduos.

Ainda segundo o manual, são considerados testes específicos bacteriológicos da roupa limpa e testes para detectar presença de resíduos de sabão, acidulante, cloro e outros na roupa limpa, enquanto molhada.

Assim, a aplicação dos testes de qualidade referentes ao enxoval ocorre, geralmente, na presença de eventos que determinam sua necessidade. Para tanto, orienta-se considerar os ensaios técnicos recomendados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.



## 7. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

São classificados como encargos sociais os custos incidentes sobre a folha de pagamento das empresas, provenientes de leis asseguradas pela Constituição Federal de 1988, da Consolidação das Leis do Trabalho ou mesmo de acordos firmados em convenções coletivas de trabalho da categoria representativa.

O presente caderno engloba os encargos relativos à contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, no estado de São Paulo, para trabalhadores contratados sob o regime de remuneração mensal.

É importante salientar que a determinação do cálculo dos percentuais dos encargos associados ao emprego está amparada em estatísticas específicas do setor para o estado de São Paulo. Nesses termos, as informações extraídas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério da Previdência Social através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), bem como da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), estão enquadradas no código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas **9601 – Lavanderias, Tinturarias e Toalheiros**.

Acrescenta-se, ainda, que os encargos estão suportados por dados populacionais regionais coletados junto ao SEADE, além de conceitos estabelecidos nas legislações previdenciária e tributária, bem como na própria legislação de trânsito vigente até a data de publicação deste caderno.

Outro aspecto fundamental deliberado na determinação dos encargos sociais refere-se à atribuição de idade mínima de 18 anos para o provimento de todos os postos de trabalho envolvidos na Prestação de Serviços de Lavanderia Hospitalar.

Neste pleito, houve a necessidade de mensurar, à parte, os encargos sociais pertinentes ao posto de trabalho do Motorista de lavanderia. Isso porque, de acordo com a legislação de trânsito, 18 anos é a idade mínima para a formação de condutores. Para conquistar o direito de conduzir transporte de carga acima de 3.500 kg, faz-se necessária a obtenção da CNH Categoria C, cujo pré-requisito consiste no cumprimento de um ano com a permissão e mais um ano de CNH Categoria B. Desse modo, diferentemente dos demais postos de trabalho, a idade mínima para o provimento do cargo de Motorista de lavanderia é de 20 anos.

Perante tais premissas, os encargos sociais estão discriminados em seis grupos distintos, a saber:

- Grupo A – Engloba as obrigações que, por lei, incidem diretamente sobre a folha de pagamento das empresas e, como tal, recaem sobre o total da remuneração devida aos empregados do setor. Estão contemplados neste grupo a contribuição com a Previdência Social, FGTS, salário-educação, Seguro Contra Riscos e Acidentes<sup>9</sup>, além de recolhimentos para instituições de natureza pública como SESI, SENAI, Incra e Sebrae;
- Grupo B – Refere-se aos custos com a reposição do profissional ausente, cujos motivos são assegurados por lei, por meio da Constituição Federal de 1988, da Consolidação das Leis do Trabalho ou mesmo de acordos firmados em convenções coletivas de trabalho da categoria;
- Grupo C – Abrange o provisionamento dos abonos legais, como 13º salário e abono de férias (terço constitucional), que são pagos diretamente ao empregado;
- Grupo D – Composto pelos custos rescisórios do contrato de trabalho, como o aviso-prévio indenizado, aviso-prévio trabalhado e as respectivas multas do FGTS. Acrescentam-se a estes as incidências dos encargos previdenciários e FGTS e todas as orientações legais advindas da Lei Federal nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019;
- Grupo E – Contempla o provisionamento de outros encargos sociais devidos ao trabalhador, tais como afastamento maternidade, abono pecuniário e indenização adicional; e
- Grupo F – Corresponde aos percentuais de reincidência do grupo A sobre os grupos B e C.

Nos tópicos a seguir serão apresentados o resumo dos encargos sociais e trabalhistas calculados (7.1), os parâmetros utilizados, com suas respectivas fontes de informação e metodologia (7.2), a apuração do tempo efetivamente trabalhado (7.3) e o detalhamento dos cálculos dos encargos sociais e trabalhistas (7.4).

9 Contribuição destinada a custear benefícios concedidos em razão de aposentadoria especial ou incapacidade laborativa. Segundo previsto no art. 22, inciso II, da Lei Federal nº 8.212/1991, a alíquota de contribuição das empresas para com os riscos ambientais do trabalho pode ser de 1,00%, 2,00% ou 3,00% da remuneração paga aos empregados. Essas alíquotas podem ser reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100% por meio do multiplicador Fator Acidentário de Prevenção (FAP), previsto no art. 202-A do Decreto Federal nº 3.048/1999, com a redação dada pelo Decreto Federal nº 10.410/2020. Esse multiplicador pode variar de 0,50 a 2,00, a depender do desempenho da empresa em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social. Dito isso, foi considerada neste documento a alíquota média de 3,00% para o Seguro Contra Riscos e Acidentes.

**7.1. Resumo dos Encargos Sociais e Trabalhistas – Lavanderia Hospitalar e Motorista (Posto: Jornada 44h semanais – Escala 5x1 dias)**

Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada
	44 horas (Seg a Sáb)
<b>Grupo A – Encargos sociais básicos</b>	<b>36,8000%</b>
Previdência Social	20,0000%
SESI	1,5000%
SENAI	1,0000%
Incra	0,2000%
Sebrae	0,6000%
Salário-educação	2,5000%
Seguro contra acidentes de trabalho	3,0000%
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	8,0000%
<b>Grupo B – Tempo remunerado e não trabalhado</b>	<b>11,8340%</b>
Férias	9,2440%
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	1,5570%
Ausências legais	0,9220%
Licença-paternidade	0,0250%
Acidente de trabalho	0,0660%
Aviso-prévio trabalhado	0,0200%
<b>Grupo C – Adicional de férias e 13º salário</b>	<b>12,5610%</b>
Adicional de férias	3,0810%
13º salário	9,4800%
<b>Grupo D – Obrigações rescisórias</b>	<b>8,0966%</b>
Aviso-prévio indenizado	5,6000%
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,4480%
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	1,8540%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,1940%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	0,0006%
<b>Grupo E – Aprovisionamento de casos especiais</b>	<b>1,5675%</b>
Incidência do FGTS sobre Afastamento por licença-maternidade	0,0520%
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	0,0015%
Percentual referente a abono pecuniário	0,0380%
Percentual referente a reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	1,0890%
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	0,0370%
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	0,3500%
<b>Grupo F – Incidências cumulativas</b>	<b>8,9770%</b>
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	8,9770%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	4,3550%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	4,6220%
<b>Total geral</b>	<b>79,8361%</b>

\* Convém salientar que eventuais diferenças verificadas na quarta casa decimal, fruto do somatório dos grupos dos encargos sociais e trabalhistas, são decorrentes de arredondamentos. Reitera-se, portanto, que o percentual atribuído a cada posto de trabalho reflete a realidade e está de acordo com os cálculos efetuados.





## 7.2. Parâmetros Utilizados nos Cálculos dos Encargos Sociais e Trabalhistas

Parâmetros da Jornada de Trabalho	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Quantidade de dias por ano	365,25	Calendário gregoriano	O número de dias por ano, considerando 1 ano bissexto a cada 4 anos
Quantidade de meses do ano	12,0000	Calendário gregoriano	-
Quantidade de dias por mês	30,4375	Calendário gregoriano	O número de dias por ano, considerando 1 ano bissexto a cada 4 anos, dividido pela quantidade de meses do ano
Quantidade de dias por semana	7,0000	Calendário gregoriano	-
Quantidade de semanas por mês	4,3482	Cálculo	O número de dias por mês, considerando 1 ano bissexto, dividido pela quantidade de semanas por mês
Quantidade de dias trabalhados por semana	6,0000	CCT	Convenção Coletiva de Trabalho
Quantidade de folgas por semana	1,0000	CCT	Convenção Coletiva de Trabalho
Horas trabalhadas por semana	44,0000	CCT	Convenção Coletiva de Trabalho
Quantidade de horas efetivamente trabalhadas por dia	7,3333	CCT	Convenção Coletiva de Trabalho
Total de feriados no ano corrente (Conforme Decreto Municipal nº 60.131 de 18 de março de 2021, a antecipação dos feriados não se aplica às Unidades de Saúde, segurança urbana, assistência social e do serviço funerário, além de outras atividades que não possam sofrer descontinuidade. Nesse sentido, o total de feriados previstos para o serviço de lavanderia hospitalar, na cidade de São Paulo, não sofreu alteração.)	17,0000	Calendário para o Estado de SP	<b>17 feriados:</b>  <b>12 em datas fixas:</b> 1º de janeiro, 25 de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 09 de julho, 07 de setembro, 12 de outubro, 28 de outubro, 02 de novembro, 15 de novembro, 20 de novembro e 25 de dezembro;  <b>05 em datas móveis:</b> Carnaval (2ª a 4ª feira), Sexta-Feira Santa (6ª feira) e Corpus Christi (5ª feira).
Média de feriados por mês	1,4167	Cálculo	Total de feriados por ano dividido pelo número de meses do ano





Parâmetros da População Feminina	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Taxa de fecundidade para o estado de São Paulo	40,3500	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)	Referente ao ano de 2024, de acordo com Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), do Governo do Estado de São Paulo
Proporção de mulheres aptas a procriar (idade entre 18 e 49 anos) na categoria profissional em análise	71,8292%	Cálculo	Dado apurado de acordo com CNAE 9601 para o Estado de São Paulo, referente ao ano de 2024
Proporção de mulheres na categoria profissional em análise	59,5113%	RAIS	Dado apurado de acordo com CNAE 9601 para o Estado de São Paulo, referente ao ano de 2024
Percentual de fecundidade	4,0350%	Cálculo	Taxa calculada com base na faixa etária entre 18 e 49 anos

Parâmetros da População Masculina	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Proporção de homens aptos a procriar (idade entre 18 e 90 anos) na categoria profissional em análise	100,0000%	Cálculo	Considerado que homem em atividade laboral é capaz de procriar
Proporção de homens na categoria profissional em análise	40,4887%	RAIS	Dado apurado de acordo com CNAE 9601 para o Estado de São Paulo, referente ao ano de 2024

Parâmetros da Movimentação do Empregado (CNAE 9601)	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Estoque do emprego recuperado no início do período (31/12/2023)	10.029	CAGED	Dado apurado para o Estado de São Paulo, referente ao ano de 2023
Estoque do emprego recuperado no final do período (31/12/2024)	11.355	CAGED	Dado apurado para o Estado de São Paulo, referente ao ano de 2024
Estoque médio do emprego no ano	10.692	Cálculo	Média entre estoque do emprego em 31/12/2023 e o estoque do emprego em 31/12/2024
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,3431%	Cálculo	Total de demissões sem justa causa no ano dividido pelo estoque médio do emprego no ano
Tempo de permanência do funcionário no emprego, em meses	17,1000	Cálculo com base no CAGED	Quantidade de demitidos em cada faixa de tempo do emprego vezes o ponto médio de cada faixa de tempo do emprego dividido pelo total de demissões por faixa de tempo do emprego
Número total de dias de aviso-prévio (dias corridos)	33,0000	Art. 7º, XXI, CF/1988; Lei nº 12.506/2011; art. 487, II CLT; Lei 13.467/2017	De acordo com a Lei nº 12.506/2011, a duração do aviso-prévio é de trinta dias para quem tem até um ano de trabalho na mesma empresa e serão acrescidos três dias para cada ano de serviço prestado, até o máximo de 60 dias, em um total de até 90 dias



Parâmetros da Movimentação do Empregado (CNAE 9601)	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Proporção de trabalhadores que cumprem aviso-prévio trabalhado	2,0000%	Anexo VII da IN nº 05, de 26 de maio de 2017	Para a referida norma, em torno de 2,00% dos trabalhadores cumprem dispensa por aviso-prévio trabalhado
Proporção de trabalhadores que cumprem aviso-prévio indenizado	98,0000%	Anexo VII da IN nº 05, de 26 de maio de 2017	Diferença entre o total de demitidos (100%) e o % de empregados que recebem aviso-prévio indenizado (2,00%)



Afastamento do Emprego – Férias	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Dias de férias para trabalhadores que não optam pela conversão de 1/3 das férias em remuneração	30,0000	Art. 130 da CLT; Lei 13.467/2017	Art. 130 da CLT, inciso I: 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes
Percentual de trabalhadores que não optam pela conversão de 1/3 das férias em remuneração	96,87%	Cálculo	Estimativa de mercado
Dias de férias para trabalhadores que optam pela conversão de 1/3 das férias em remuneração	20,0000	Art. 130 da CLT; Lei 13.467/2017	O art. 143 da CLT faculta ao empregado a conversão de 1/3 do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes
Percentual de trabalhadores que optam pela conversão de 1/3 das férias em remuneração	3,1300%	Cálculo	Estimativa de mercado
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8333	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivos de férias garantidos por lei	24,7392	Cálculo	Férias de 30 dias multiplicados pela respectiva proporção somada às férias de 20 dias multiplicados pela respectiva proporção. Esse resultado é multiplicado pelo fator de dias trabalhados por dias corridos

Afastamento do Emprego – Enfermidade ≤ 15 Dias	Demais MDO	Fonte	Metodologia
Faltas em decorrência de enfermidade ≤ 15 dias	5,0000	Art. 131, inc. III CLT e Atualização dos percentuais máximos para Encargos Sociais (STF/Secretaria de Controle Interno) de 03/10/07	O empregador tem o dever de arcar com a remuneração dos trabalhadores nos 15 primeiros dias de afastamento por enfermidade
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8333	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivamente não trabalhados devido a faltas justificadas por afastamento enfermidade ≤ 15 dias	4,1667	Cálculo	Dias de afastamento por enfermidade multiplicados pelo fator de dias trabalhados por dias corridos



Afastamento do Emprego – Ausências Legais	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Quantidade de ausências legais	2,9600	Arts. 473 e 83 da CLT e Manual de Orientação para preenchimento da planilha analítica de composição de custos e formação de preços constante do Anexo VII da IN nº 05, de 26 de maio de 2017.	Morte do cônjuge, do ascendente ou do descendente (02 dias), casamento (03 dias), doação de sangue (01 dia), alistamento eleitoral (02 dias), exigências do serviço militar (01 dia), provas de vestibular (02 dias) e testemunha em processos judiciais (01 dia). Segundo o Manual, o MP informou que há em média 2,96 faltas por ano nesta rubrica
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8333	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivos de faltas justificadas por ano	2,4667	Cálculo	Dias de faltas justificadas multiplicados pelo fator de dias trabalhados por dias corridos

Afastamento do Emprego – Licença-paternidade	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Dias de afastamento por licença-paternidade	5,0000	Art. 7º, XIX, da CF/1988; art. 10, § 1º da CLT; Lei nº 13.467/2017	Não considerada a prorrogação facultada pela Lei nº 11.770/2008 (Empresa Cidadã)
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8333	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivos de afastamento por licença-paternidade	4,1667	Cálculo	Dias de afastamento paternidade multiplicados pelo fator de dias de trabalho por dias corridos

Afastamento do Emprego – Acidente de Trabalho	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Dias não trabalhados por afastamento por acidente de trabalho ≤ 15 dias	15,0000	Art. 19 da Lei nº 8.213/1991; art. 5º, § 2º da Lei nº 6.367/1976; art. 131 CLT; Lei nº 13.467/2017; Decreto nº 3.048/1999	O empregador tem o dever de arcar com a remuneração dos trabalhadores nos 15 primeiros dias de afastamento por acidente de trabalho
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8333	Cálculo	Ciclo semanal
Dias não trabalhados por afastamento por acidente de trabalho ≤ 15 dias, não coincidentes com o repouso semanal	12,5000	Cálculo	Dias não trabalhados por acidente de trabalho ≤ 15 dias, multiplicados pelo fator de dias trabalhados por dias corridos



Afastamento do Emprego – Acidente de Trabalho	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Ocorrência de acidente de trabalho	1,4150%	Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho	Dado apurado de acordo com CNAE 9601 para o Estado de SP, referente ao ano 2021 (o mais recente)
Dias de afastamento por acidente de trabalho no ano, com base no Anuário Estatístico de Acidente de Trabalho 2019	0,1769	Cálculo	Dias não trabalhados por acidente de trabalho ≤ 15 dias multiplicados pela ocorrência de acidente de trabalho
Dias não trabalhados por afastamento por acidente de trabalho > 15 dias	0,0600	Cálculo	Parâmetro atribuído ao setor

Afastamento do Emprego – Aviso-prévio Trabalhado	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Dias de ausências facultadas ao empregado no cumprimento de aviso-prévio trabalhado	7,0000	Art. 7º, XXI, da CF/1988; arts. 477, 487 e 491 CLT; Lei 13.467/2017	É garantido ao trabalhador redução da jornada diária em 2 horas, sem prejuízo do salário, ou optar por faltar ao serviço 7 dias corridos, sem prejuízo da remuneração
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8333	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivos de ausência por aviso-prévio	5,8333	Cálculo	Dias de ausência por aviso-prévio multiplicados pelo fator de dias de trabalho por dias corridos

Afastamento do Emprego – Licença-maternidade	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
Dias de afastamento por licença-maternidade	120,0000	Arts. 6º e 201, CF/1988 e art. 392 CLT; Lei nº 13.467/2017	Não considerada a prorrogação facultada pela Lei nº 11.770/2008 (Empresa Cidadã)
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8333	Cálculo	Ciclo semanal
Dias efetivos de afastamento por licença-maternidade	100,0000	Cálculo	Dias de afastamento por maternidade multiplicados pelo fator de dias de trabalho por dias corridos

Afastamento do Emprego – FGTS e Multas	Jornada 44 horas (seg a sáb)	Fonte	Metodologia
FGTS	8,0000%	Lei nº 8.036/1990	Aplicação da legislação vigente
Multa FGTS	40,0000%	Leis nº 8.036/1990 e 9.491/1997	Aplicação da legislação vigente



### 7.3. Apuração do Tempo Efetivamente Trabalhado por Ano

Cálculo de Dias de Prestação de Serviços	Jornada 44 horas (seg a sáb)
Quantidade de dias por ano	365,2500
Quantidade de repouso semanais no ano	52,1786
Recessos no ano (dias)	0,0000
Feriados não coincidentes com repouso semanal	12,0000
<b>Total de Dias do Ano, Desconsiderado o Repouso Semanal</b>	<b>301,0714</b>

Cálculo de Dias de Encargos por Afastamento do Emprego	
a) Ausência por Férias	Jornada 44 horas (seg a sáb)
Dias de férias para trabalhadores que não fazem conversão de 1/3 de férias em remuneração	30,0000
Percentual de trabalhadores que não fazem conversão de 1/3 de férias em remuneração	96,8700%
Dias de férias para trabalhadores que fazem conversão de 1/3 de férias em remuneração	20,0000
Percentual de trabalhadores que fazem conversão de 1/3 do período de férias em remuneração	3,1300%
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8333
<b>Saldo de Dias de Férias por Ano</b>	<b>24,7392</b>

b) Afastamento por Enfermidade	Jornada 44 horas (seg a sáb)
Dias não trabalhados por afastamento enfermidade $\leq 15$ dias	5,0000
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8333
<b>Dias Efetivos de Afastamento por Enfermidade no Ano</b>	<b>4,1667</b>

c) Ausências Legais: art. 473 da CLT – Considera-se um valor estimativo	Jornada 44 horas (seg a sáb)
Quantidade de ausências legais	2,9600
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8333
<b>Dias Efetivos de Ausências Legais no Ano</b>	<b>2,4667</b>

d) Licença-paternidade	Jornada 44 horas (seg a sáb)
Quantidade de dias de licença-paternidade	5,0000
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8333
Proporção de homens na categoria profissional em análise	40,4887%
Proporção de homens aptos a procriar na categoria profissional em análise	100,0000%
Percentual de fecundidade das mulheres entre 18 e 49 anos	4,0350%
<b>Dias Efetivos de Afastamento por Licença-paternidade no Ano</b>	<b>0,0681</b>

e) Auxílio Acidente de Trabalho $\leq 15$ Dias	Jornada 44 horas (seg a sáb)
Dias não trabalhados por afastamento por acidente de trabalho $\leq 15$ dias	15,0000
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8333
Ocorrência de acidente de trabalho	1,4150%
<b>Dias Efetivos de Afastamento por Auxílio Acidente de Trabalho <math>\leq 15</math> Dias no Ano</b>	<b>0,1769</b>



<b>f) Aviso-prévio Trabalhado</b>	<b>Jornada 44 horas (seg a sáb)</b>
Número de faltas no aviso-prévio trabalhado	7,0000
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8333
Dias efetivos de ausência por aviso-prévio	5,8333
Percentual de aviso-prévio trabalhado	2,0000%
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,3431%
<b>Dias Efetivos de Afastamento por Cumprimento do Aviso-prévio Trabalhado no Ano</b>	<b>0,0541</b>

<b>g) Licença-maternidade</b>	<b>Jornada 44 horas (seg a sáb)</b>
Dias de licença-maternidade	120,0000
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8333
Dias efetivos de afastamento por licença-maternidade	100,0000
Proporção de mulheres na categoria profissional em análise	59,5113%
Proporção de mulheres aptas a procriar na categoria profissional em análise	71,8292%
Percentual de fecundidade das mulheres entre 18 e 49 anos	4,0350%
<b>Dias Efetivos de Afastamento por Licença-maternidade no Ano</b>	<b>1,7248</b>

<b>h) Auxílio Acidente de Trabalho &gt; 15 Dias</b>	<b>Jornada 44 horas (seg a sáb)</b>
Dias de afastamento por acidente de trabalho > 15 dias	0,0600
Fator de dias de trabalho por dias corridos	0,8333
<b>Dias por Afastamento por Acidente de Trabalho &gt; 15 Dias no Ano</b>	<b>0,0500</b>
<b>Total de Dias de Ausências no Ano (a + b + c + d + e + f + g + h)</b>	<b>34,4463</b>
<b>Total de Dias Efetivamente Trabalhados no Ano</b>	<b>267,6251</b>



#### 7.4. Detalhamento dos Cálculos dos Encargos Sociais e Trabalhistas

Encargos Sociais e Trabalhistas – %	Jornada 44 horas (seg a sáb)
<b>Grupo A – Encargos Sociais Básicos</b>	<b>36,8000%</b>
Previdência Social	20,0000%
SESI/Sesc	1,5000%
SENAI/Senac	1,0000%
Inbra	0,2000%
Sebrae	0,6000%
Salário-educação	2,5000%
Seguro contra acidentes de trabalho	3,0000%
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	8,0000%

Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada 44 horas (seg a sáb)
<b>Grupo B – Tempo Remunerado e Não Trabalhado</b>	<b>11,8340%</b>
<b>Férias</b>	<b>9,2440%</b>
Dias efetivos de afastamento por enfermidade no ano	24,7392
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,6251
<b>Ausência por enfermidade ≤ 15 dias</b>	<b>1,5570%</b>
Dias efetivos de afastamento por enfermidade no ano	4,1667
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,6251
<b>Ausências legais</b>	<b>0,9220%</b>
Dias efetivos de ausências legais no ano	2,4667
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,6251
<b>Licença-paternidade</b>	<b>0,0250%</b>
Dias efetivos de afastamento por licença-paternidade no ano	0,0681
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,6251
<b>Acidente de trabalho</b>	<b>0,0660%</b>
Dias efetivos de afastamento por auxílio acidente de trabalho ≤ 15 dias no ano	0,1769
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,6251
<b>Aviso-prévio trabalhado</b>	<b>0,0200%</b>
Proporção de trabalhadores que cumprem aviso-prévio trabalhado	2,0000%
Dias efetivos de afastamento por cumprimento do aviso-prévio trabalhado no ano	7,0000
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,3431%
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8333
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,6251

Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada 44 horas (seg a sáb)
<b>Grupo C – Adicional de Férias e 13º Salário</b>	<b>12,5610%</b>
<b>Adicional de férias</b>	<b>3,0810%</b>
13º salário	9,4800%





Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada 44 horas (seg a sáb)
<b>Grupo D – Obrigações Rescisórias</b>	<b>8,0966%</b>
Aviso-prévio indenizado	<b>5,6000%</b>
Proporção de trabalhadores que cumprem aviso-prévio indenizado	98,0000%
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,3431%
Duração do aviso-prévio – Lei 12.506/2011 (dias)	33,0000
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,6251
Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	<b>0,4480%</b>
Aviso-prévio indenizado	5,6000%
FGTS	8,0000%
Incidência da multa FGTS sobre os depósitos do FGTS	<b>1,8540%</b>
Multa do FGTS	40,0000%
FGTS	8,0000%
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,3431%
Percentual referente a 13º salário	9,4800%
Percentual referente a adicional de férias	3,0810%
Percentual referente a ausência por férias	9,2440%
Ausência por enfermidade ≤ 15 dias	1,5570%
Percentual referente a licença-paternidade	0,0250%
Percentual referente a ausências legais	0,9220%
Percentual referente a ausências por acidente de trabalho ≤ 15 dias	0,0660%
Percentual referente a ausências por acidente de trabalho > 15 dias	0,0190%
Percentual referente a afastamento maternidade	0,6440%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	<b>0,1940%</b>
Multa do FGTS	40,0000%
FGTS	8,0000%
Percentual referente a aviso-prévio indenizado	5,6000%
Incidência da multa FGTS sobre o aviso-prévio trabalhado	<b>0,0006%</b>
Multa do FGTS	40,0000%
FGTS	8,0000%
Percentual referente a aviso-prévio trabalhado	0,0200%



Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada 44 horas (seg a sáb)
<b>Grupo E – Aprovisionamento de Casos Especiais</b>	<b>1,5675%</b>
Incidência do Grupo A sobre afastamento por licença-maternidade	<b>0,0520%</b>
Afastamento por licença-maternidade no ano	0,6440%
Grupo A – Encargos sociais básicos	8,0000%
Incidência do FGTS sobre o acidente de trabalho > 15 dias	<b>0,0015%</b>
Dias de afastamento por acidente de trabalho > 15 dias no ano	0,0600
Fator de dias trabalhados por dias corridos	0,8333
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	8,0000%
FGTS	267,6251
Percentual referente a abono pecuniário	<b>0,0380%</b>
Dias efetivamente trabalhados por mês	7,3333
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	3,1300%
Porcentagem de trabalhadores que optam pela conversão de 1/3 do período de férias em remuneração	267,6251
Percentual referente a reflexo do aviso-prévio indenizado sobre férias e 13º salário	<b>1,0890%</b>
Percentual de aviso-prévio indenizado	5,6000%
Número de meses por ano	12,0000
Incidência do FGTS sobre reflexo do aviso-prévio indenizado sobre 13º salário	<b>0,0370%</b>
Percentual de aviso-prévio indenizado	5,6000%
Número de meses por ano	12,0000
FGTS	8,0000%
Percentual referente a demitidos a 30 dias da data-base	<b>0,3500%</b>
Percentual de demitidos a 30 dias da data-base da categoria profissional, obtido no CAGED	7,9684%
Proporção de demissões sem justa causa no ano	46,3431%
Dias efetivamente trabalhados por mês	25,37
Total de dias efetivamente trabalhados no ano	267,6251

Encargos Sociais e Trabalhistas	Jornada 44 horas (seg a sáb)
<b>Grupo F – Incidências Cumulativas</b>	<b>8,9770%</b>
Grupo A x (Grupo B + Grupo C)	<b>8,9770%</b>
Incidência do Grupo A sobre o Grupo B	4,3550%
Incidência do Grupo A sobre o Grupo C	4,6220%

Encargos Sociais e Trabalhistas*	Jornada 44 horas (seg a sáb)
<b>Total Geral</b>	<b>79,8361%</b>

\* Convém salientar que eventuais diferenças verificadas na quarta casa decimal, fruto do somatório dos grupos dos encargos sociais e trabalhistas, são decorrentes de arredondamentos. Reitera-se, portanto, que o percentual atribuído a cada posto de trabalho reflete a realidade e está de acordo com os cálculos efetuados.



## 8. BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS

Na formulação do preço final de um serviço, define-se que:

$$P_f = C_{Dir} \times BDI$$

Em que:

**P<sub>f</sub>:** Valor que uma Administração está disposta a pagar pela execução de um serviço, dentro de determinadas condições comerciais e especificação técnica;

**C<sub>Dir</sub>:** Custo direto é todo gasto envolvido na execução do serviço, perfeitamente caracterizado, identificado e quantificado de forma a poder ser diretamente apropriado como custo de fase específica do serviço; e

**BDI:** Benefícios e Despesas Indiretas corresponde a uma taxa que incide sobre os custos diretos dos serviços, resultando no preço final.

A metodologia de cálculo da taxa de BDI, que incidirá sobre os custos diretos do serviço para a obtenção do preço final de venda, é detalhada a seguir, a partir de seus componentes.

### 8.1. Custos e Despesas Indiretas

Os custos indiretos são todos os gastos envolvidos diretamente na execução dos serviços, que podem ser caracterizados e quantificados, mas não são passíveis de serem apropriados a uma fase específica, a exemplo de supervisor, preposto para acompanhamento do contrato etc.

As despesas indiretas, embora associadas à produção, não estão relacionadas especificamente com o serviço, e sim com a natureza de produção da empresa, ou seja, são gastos devidos à estrutura administrativa e à organização da empresa que resultam no rateio entre os diversos contratos que a empresa detém, a exemplo de gastos com a administração central e despesas securitárias, que são gastos com seguros legais, tais como seguro de responsabilidade civil.

Para o provisionamento dos custos e despesas indiretas, adotou-se o percentual de:

- 0,50% para cobrir o Seguro Responsabilidade Civil;
- 5,31% para remunerar os demais custos e despesas que, entre outros, compreendem:
  - Remuneração de pessoal administrativo;
  - Transporte de pessoal administrativo;
  - Aluguel da sede;
  - Manutenção e conservação da sede;
  - Despesas com água, luz e comunicação;
  - Imposto predial e taxa de funcionamento;
  - Material de escritório; e
  - Manutenção de equipamentos de escritório.



## 8.2. Lucro Bruto

O lucro bruto no BDI é representado por uma taxa incidente sobre o total geral dos custos e despesas, excluídas as despesas fiscais.

No conceito de lucro bruto, nos termos definidos em estudos elaborados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), adotou-se uma faixa de valores que limitará a possível variação de taxa de lucro bruto.

Essa faixa é definida com base na margem bruta (*mark-up*) extraída das demonstrações financeiras das empresas do ramo, obtidas junto aos cadastros de fornecedores de órgãos da Administração Pública do estado de São Paulo.

Tendo em vista as considerações anteriormente citadas, a taxa de lucro bruto que está sendo utilizada é de 7,20%.

## 8.3. Despesas Fiscais

As despesas fiscais são desembolsos relacionados com o recolhimento de contribuições, impostos e taxas que incidem diretamente no faturamento, tais como PIS, COFINS e ISSQN.

### a) Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP)

- Contribuintes: são contribuintes do PIS, segundo as regras vigentes, as pessoas jurídicas, de direito privado com fins lucrativos e as que são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda;
- Base de cálculo: a base de cálculo da contribuição é a receita bruta mensal, assim entendida como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas (art. 1º da Lei Federal nº 10.637/2002); e
- Alíquota: a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65% (art. 2º da Lei Federal nº 10.637/2002).

### b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

- Base de cálculo: a base de cálculo da COFINS é composta pela totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente da atividade exercida e da classificação contábil das receitas; e
- Alíquota: 7,60% (art. 2º da Lei Federal nº 10.833/2003).

### c) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)

- Alíquota: para o presente trabalho, foi adotada a alíquota vigente no município de São Paulo, que é de 5%.



d) Fórmula para cálculo e aplicação do BDI

$$\text{BDI} = \frac{(1 + A) \times (1 + B)}{1 - C}$$

Em que:

A: Taxa do somatório das despesas indiretas (%);

B: Taxa representativa do lucro bruto (%); e

C: Taxa representativa da incidência de despesas fiscais (%).

**Quadro 48: Parâmetros para cálculo do BDI**

Item	Total	Componentes	Subtotal
Despesas indiretas	5,81%	Administração central	5,31%
		Seguros	0,50%
Lucro	7,20%	Lucro	7,20%
Despesas fiscais	14,25%	COFINS	7,60%
		ISSQN	5,00%
		PIS	1,65%

$$\text{BDI} = \frac{(1 + 5,81\%) \times (1 + 7,20\%)}{1 - 14,25\%}$$

$$\text{BDI} = 1,322779 = 32,2779\%$$



## CRÉDITOS

### **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

TARCÍSIO DE FREITAS – Governador

### **SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL**

CAIO PAES DE ANDRADE – Secretário

LEONARDO JOSÉ MATTOS SULTANI – Secretário Executivo

MÔNICA ESPOSITO DE MORAES ALMEIDA RIBEIRO – Chefe de Gabinete

RENATO RIBEIRO FENILI – Subsecretário de Gestão

### **DIRETORIA DE NORMAS E SISTEMAS DE LOGÍSTICA – DNSL**

MARINA DO BÉ N. M. DE FRANÇA FERREIRA – Diretora da DNSL

ADRIANO CARNEIRO – Coordenador de Normas e Procedimentos

ÁLBER MEDEIROS JULIANELLI – Chefe da Divisão de Orientação Normativa e Atendimento aos Órgãos de Controle

FELIPE KIRSNERIS – Chefe da Divisão de Elaboração de Atos Normativos

### **EQUIPE DE REVISÃO**

Equipe CadTerc

### **APOIO TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO**

Fundação Instituto de Administração – FIA

ESP-HOSP.CUST.TRAT.PSIQ. PROF.ANDRE T.LIMA

## Estudo Técnico Preliminar 2/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00081177/2026-87

### 2. Descrição da necessidade

2.1. O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Prof. André Teixeira Lima" e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II de Franco da Rocha, é unidade de saúde vinculada ao sistema prisional, destinada à custódia e tratamento psiquiátrico de pacientes submetidos a medida de segurança, exigindo funcionamento ininterrupto e rígido controle sanitário.

2.2. A unidade gera volume contínuo e significativo de roupas hospitalares utilizadas nas áreas assistenciais, enfermarias, setores administrativos e de apoio, as quais necessitam de processamento diário, observando protocolos específicos de higienização, desinfecção e controle de infecção hospitalar.

2.3. Atualmente, a unidade **não dispõe de estrutura física adequada**, parque tecnológico compatível, recursos humanos especializados, nem licenciamento sanitário específico para a implantação e operação de lavanderia hospitalar interna. A instalação de lavanderia própria demandaria:

2.3.1. Adequação estrutural com separação física obrigatória entre área suja e área limpa;

2.3.2. Sistema de barreira sanitária;

2.3.3. Equipamentos industriais de grande porte (lavadoras extratoras hospitalares, calandras, secadoras industriais, sistemas de dosagem automática);

2.3.4. Sistema de tratamento de efluentes;

2.3.5. Equipe técnica qualificada e responsável técnico habilitado;

2.3.6. Licenciamento junto aos órgãos de vigilância sanitária e ambiental;

2.3.7. Investimento inicial elevado e custos permanentes de manutenção preventiva e corretiva.

2.4. Além do elevado custo de implantação, a execução interna do serviço acarretaria aumento de despesas com energia elétrica, água, produtos químicos, manutenção especializada e gestão operacional, tornando-se economicamente desvantajosa frente à terceirização.

2.5. Sob o aspecto sanitário, o processamento inadequado de roupas hospitalares representa risco relevante à saúde dos pacientes custodiados e servidores, podendo contribuir para infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS). A contratação de empresa especializada assegura cumprimento das normas técnicas vigentes e responsabilidade sanitária específica.

2.6. Nos termos do art. 18 e demais dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve demonstrar a necessidade da contratação e a solução mais adequada para atendimento do interesse público. A análise técnica evidencia que a prestação do serviço por meio de lavanderia hospitalar externa apresenta-se como alternativa mais eficiente, econômica, segura e operacionalmente viável para garantir a continuidade dos serviços assistenciais da unidade.

2.7. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se indispensável para assegurar condições adequadas de higiene, segurança sanitária e regular funcionamento do hospital, preservando a saúde dos pacientes e servidores e atendendo ao interesse público.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Administração	RAFAEL DA SILVA MOURA

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de **Serviço Contínuo de Lavanderia Hospitalar Externa**, com processamento realizado nas dependências da Contratada, será realizada por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o **critério de julgamento pelo menor preço**, desde que atendidos integralmente os requisitos técnicos e de qualidade estabelecidos no Termo de Referência.

4.2. A escolha da modalidade e do critério de julgamento justifica-se por se tratar de serviço comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, passíveis de especificação clara no instrumento convocatório.

#### 4.3. Requisitos Técnicos da Prestação do Serviço

4.3.1. A Contratada deverá:

4.3.1.1. Executar todas as etapas do processamento de roupas hospitalares, compreendendo:

4.3.1.2. Coleta da roupa suja no setor de expurgo do hospital;

4.3.1.3. Transporte em veículo exclusivo e adequado, com compartimentação que assegure a separação entre roupa suja e limpa;

4.3.1.4. Pesagem, triagem e processamento;

4.3.1.5. Lavagem com aplicação de processos de desinfecção compatíveis com normas sanitárias vigentes;

4.3.1.6. Secagem, calandragem/passadoria;

4.3.1.7. Dobragem, separação, embalagem e identificação;

4.3.1.8. Transporte e entrega da roupa limpa na rouparia ou setor responsável da unidade.

4.3.2. Realizar o processamento nas dependências da Contratada (lavanderia externa), em instalações próprias que possuam:

4.3.2.1. Fluxo operacional com barreira sanitária (área suja e área limpa fisicamente segregadas);

4.3.2.2. Equipamentos industriais adequados ao volume hospitalar;

4.3.2.3. Procedimentos operacionais padronizados (POPs);

4.3.2.4. Controle de qualidade e rastreabilidade;

4.3.2.5. Responsável técnico habilitado;

4.3.2.6. Licenciamento sanitário e ambiental vigentes.



4.3.3. Garantir padrões higiênico-sanitários compatíveis com serviços de saúde, prevenindo riscos de contaminação cruzada e infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS).

4.3.4. Disponibilizar veículos apropriados para coleta e entrega, em conformidade com normas sanitárias e de transporte de material contaminado.

#### **4.4. Requisitos de Habilitação**

4.4.1. Além da proposta mais vantajosa sob o critério de menor preço, o licitante deverá atender às exigências de habilitação previstas nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme detalhamento no Termo de Referência e no edital, contemplando:

4.4.1.1. Habilitação jurídica;

4.4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista;

4.4.1.3. Qualificação econômico-financeira;

4.4.1.4. Qualificação técnica, mediante comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.

4.4.2. A avaliação das propostas observará, inicialmente, o atendimento aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos no Termo de Referência, sendo desclassificadas aquelas que não comprovarem capacidade técnica ou que apresentarem proposta incompatível com as especificações exigidas.

#### **4.5. Natureza do Serviço**

Trata-se de serviço contínuo, essencial ao funcionamento da unidade hospitalar, cuja interrupção compromete diretamente a assistência aos pacientes custodiados e as condições sanitárias da instituição, demandando execução regular, programada e ininterrupta.

### **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Foram analisadas duas alternativas:

#### **a) Execução interna**

5.1.1. Considerada inviável devido à ausência de estrutura física, recursos humanos e alto custo de implantação e manutenção.

#### **b) Contratação de lavanderia hospitalar externa**

5.2. Solução amplamente adotada na Administração Pública, apresentando:

5.2.1. Maior eficiência operacional;

5.2.2. Redução de investimentos estruturais;

5.2.3. Transferência de riscos técnicos e sanitários;

5.2.4. Viabilidade imediata.

5.3. Conclui-se que esta é a solução mais vantajosa.

6. Descrição da solução como um todo

6.1.A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de lavanderia hospitalar externa, com processamento realizado nas dependências da contratada, destinada a atender às necessidades do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Prof. André Teixeira Lima" e do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II de Franco da Rocha.

6.2.A terceirização dos serviços de lavanderia hospitalar mostra-se essencial para garantir a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços assistenciais, considerando que as unidades não possuem capacidade operacional, estrutura física adequada, equipamentos industriais específicos ou recursos humanos especializados para realizar internamente todas as etapas do processamento do enxoval hospitalar.

6.3.A manutenção de um serviço de lavanderia em padrões elevados de qualidade é indispensável para assegurar condições higiênico-sanitárias adequadas, prevenir riscos de contaminação cruzada e proteger a saúde e o bem-estar dos pacientes custodiados e servidores. Trata-se de atividade diretamente vinculada à segurança sanitária e ao funcionamento ininterrupto das unidades hospitalares.

6.4.Além disso, a solução proposta permite atender às demandas crescentes decorrentes da ampliação e da complexidade dos serviços prestados pelas unidades, assegurando eficiência operacional, previsibilidade de custos, cumprimento das exigências regulatórias e continuidade do atendimento.

6.5.A contratação de empresa especializada transfere à contratada a responsabilidade técnica pelo processamento adequado das roupas hospitalares, incluindo controle de qualidade, cumprimento de normas sanitárias e logística de transporte, garantindo maior eficiência e mitigação de riscos operacionais.

6.6.Dessa forma, a solução escolhida apresenta-se como a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, assegurando qualidade, segurança e continuidade dos serviços públicos de saúde prestados pelas unidades.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	Unidade	QUANTIDADE MENSAL
01	20075-1	V10-PROCESSAMENTO DE ROUPA - LAVANDERIA EXTERNA, DE 5.001 A 10.000 KG/MES	QUILOGRAMA (KG)	10.000

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$) : 671.700,00

8.1. A estimativa de preços será elaborada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, conforme segue descrito planilha abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL (1)	MESES (2)	VALOR UNITÁRIO R\$ (3)	VALOR TOTAL R\$ (4)=(1)X(2)X (3)
------	---------------	--------	-------------------	-----------------------	-----------	------------------------	----------------------------------

1	V10- PROCESSAMENTO DE ROUPA - LAVANDERIA EXTERNA, DE 5.001 A 10.000 KG /MES	20075-1	QUILOGRAMA  (KG)	10.000	15	4,4780	671.700,00
---	---	---------	------------------------	--------	----	--------	------------

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1.Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, foi analisada a possibilidade de parcelamento do objeto, concluindo-se pela sua inviabilidade técnica e operacional.

9.2.O serviço de lavanderia hospitalar externa constitui atividade de natureza contínua e integrada, cujas etapas — coleta, transporte, processamento e devolução do enxoval — são interdependentes e compõem um único fluxo operacional. O fracionamento da contratação poderia comprometer a padronização dos procedimentos sanitários, dificultar a definição de responsabilidades e impactar negativamente o controle de qualidade.

9.3.Além disso, a divisão do objeto tenderia a elevar custos administrativos e operacionais, afastando a economicidade e a eficiência buscadas pela Administração.

9.4.Dessa forma, justifica-se o **não parcelamento da solução**, por se tratar de serviço indivisível sob o aspecto técnico-operacional e essencial à continuidade da assistência prestada pela unidade hospitalar.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1.Atualmente, o serviço de lavanderia hospitalar é executado por meio do **Contrato nº 001/2021**, com vigência até 10/03/2026.

10.2.Considerando a proximidade do término contratual, faz-se necessária a instauração de novo procedimento licitatório para assegurar a continuidade do serviço.

10.3.Ressalta-se que a presente contratação não possui dependência direta de outros contratos administrativos vigentes, sendo classificada como contratação autônoma, essencial e contínua. Todavia, sua interrupção poderá impactar diretamente a execução dos serviços assistenciais da unidade, dada a natureza indispensável do processamento do enxoval hospitalar.

10.4.Assim, o novo processo visa garantir a regularidade da prestação do serviço, com quantitativo compatível à demanda atual e observância às disposições da Lei nº 14.133/2021.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1.A presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Anual de Contratações da unidade, estando prevista no respectivo Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026.

11.2.O objeto guarda compatibilidade com as diretrizes institucionais e com a necessidade de manutenção dos serviços essenciais de apoio hospitalar, sendo indispensável para a continuidade da assistência prestada.

11.Há previsão orçamentária para suportar a despesa decorrente da contratação, em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.

## 12. Resultados Pretendidos

12.1. A contratação de serviço de lavanderia hospitalar externa, com processamento realizado nas dependências da contratada, permite à Administração evitar custos relacionados à aquisição e manutenção de equipamentos industriais, compra contínua de insumos e produtos químicos, adequação de estrutura física específica e contratação de mão de obra especializada. Tal medida contribui para a redução de custos operacionais, maior previsibilidade orçamentária e melhor alocação dos recursos públicos.

12.2. Além disso, empresas especializadas em lavanderia hospitalar dispõem de infraestrutura adequada, processos padronizados e conhecimento técnico específico para realizar o processamento do enxoval conforme normas rigorosas de higiene e controle de infecções. Isso assegura maior qualidade, segurança sanitária e confiabilidade na execução do serviço, refletindo diretamente na melhoria das condições assistenciais oferecidas pela unidade hospitalar.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se aplica.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Empresas especializadas em lavanderia hospitalar tendem a operar com processos padronizados e tecnologias mais eficientes, incluindo sistemas de dosagem automática de produtos químicos, reaproveitamento controlado de água quando permitido e monitoramento de parâmetros físico-químicos dos efluentes, reduzindo impactos ambientais quando comparado a uma eventual operação interna sem estrutura adequada.

14.2. Dessa forma, conclui-se que, embora o serviço possua impactos ambientais inerentes à sua natureza, estes podem ser devidamente mitigados mediante exigência de conformidade legal, fiscalização contratual e adoção de práticas ambientalmente responsáveis pela contratada.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme exposto neste documento, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de lavanderia hospitalar externa mostra-se **necessária, adequada e viável** para atendimento das demandas do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Prof. André Teixeira Lima" e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II de Franco da Rocha.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SUZAN MULLER CAMPOS**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 15:26:20.*

**RAFAEL DA SILVA MOURA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 15:27:02.*



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2024NEXXXXXX

UG	380119 - HOSP.CUST.TRAT.PSIQ. PROF.ANDRE T.LIMA
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	xx/xx/xxxx

CNPJ/CPF/UG	XXXXXXXXXXXXXXXXXX				
Credor	XXXX XXXX - XXXX XXXX				
Endereço	RUA XXXXX XXXXXX				
Cidade	XXXXXXXXXXXX XX	UF	XX	CEP	XXXXX-XXXX

Origem Material	1
-----------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400051	38008	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXX001	33903xxx	38xxxx	000.000.0312	380xxx

No Processo	2024xxxxxx	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LEI 14.133/2021		
Licitação	05 - DISPENSA LICIT.	Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato	2024CTxxxxx	Nº OC	

Valor do Empenho R\$	xxxx,xx (XXXXXXX XXXXXX XXXXX)
----------------------	--------------------------------

Cronograma
------------

Mês	Valor
04	xxxx,xx

Sequência	001	Item	00xxxx-xx	Unid. Forn.	00xxx
Quantidade	000000xxx,000	Valor Unitário	xx,xx	Preço Total	xxxx,xx

Descrição
Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Nullam purus eros, placerat sit amet posuere et, imperdiet nec risus. Morbi condimentum mi vel dapibus porta. Nam ante magna, lobortis vel egestas at, vulputate sed sem. In hendrerit, neque ut ultricies tincidunt, tellus tellus venenatis elit, in suscipit magna odio elementum lacus. Integer laoreet ligula erat, ullamcorper luctus libero venenatis sit amet. Donec volutpat, ipsum ac facilisis eleifend, elit nunc ornare mi, sed bibendum felis dolor sed ipsum. Interdum et malesuada fames ac ante ipsum primis in faucibus. Vestibulum ante ipsum primis in faucibus orci luctus et ultrices posuere cubilia curae; Suspendisse vitae fringilla justo. Nulla rhoncus lacinia augue id congue. Donec mi diam, efficitur a neque et, dictum eleifend justo. Curabitur venenatis mi vitae volutpat bibendum. Quisque auctor, purus et fermentum tempus, lectus ex lobortis metus, eget fermentum augue nibh et arcu. Praesent mauris dolor, mattis sit amet feugiat vel, ultricies at turpis. Praesent a velit ultrices, volutpat ante eu, placerat turpis.



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	xxx,xx
Local de Entrega	ROD. LUIZ SALOMAO CHAMMA KM 43
Data de Entrega	xx/xx/xxxx

XXXXXXXX XXXXX XXXXX  
XXXXXXXXXX-XX

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	XXXXXXXXXX
--------------------------	------------





# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 26 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 - RETIFICADA

### RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1º** - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LLCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

**Parágrafo único** - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

**Artigo 3º** - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:



**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

**§ 2º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

**§ 3º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**Artigo 4º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

**I** - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

**II** - as peculiaridades do caso concreto;

**III** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

**1.** a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

**2.** a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

**3.** a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

**4.** a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;

2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## **CAPÍTULO II DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

**Artigo 5º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

### **Seção II – Da Multa**

**Artigo 6º** - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

**Artigo 7º** - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

**I** - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

**II** - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

**III** - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

**Artigo 8º** - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

**I** - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

**II** - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

**I** - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

**a)** 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

**b)** 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea “a” supra;

**c)** Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

**II** - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

**III** - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

**Parágrafo único** - Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

**Artigo 11** - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Artigo 12** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

**Artigo 13** - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

**Parágrafo único** - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

**Artigo 14** - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

**Artigo 15** - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

**Artigo 16** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

**§ 1º** - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§ 2º** - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

### **Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Artigo 17** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

**I** - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

**II** - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

**III** - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

**IV** - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

**Parágrafo único** - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

## **Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade**

**Artigo 18** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

## **CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO**

**Artigo 19** - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos

termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

**Artigo 20** - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo único** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

**Artigo 21** - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**§ 2º** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 4º** - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

**Artigo 22** - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

**Artigo 23** - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**Artigo 24** - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

**Artigo 25** - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

**Artigo 26** - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

**Artigo 27** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Parágrafo único** - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**Artigo 28** - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

**§ 1º** - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**§ 2º** - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 29** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 30** - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**Artigo 31** - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

**Artigo 32** - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

## **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 33** - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 34** - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

**Artigo 35** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).



**ANEXO IV-  
MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA**

PROCESSO SEI Nº 006.00081177/2026-87

CÓDIGO ÚNICO Nº 20260233011

PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026

OBJETO: Serviços Contínuos de Lavanderia Hospitalar ( Externo)

ENDEREÇO : Rodovia Prefeito Luiz Salomão Chamma, Km43- Vila Ramos – Franco da Rocha/SP-CEP: 07857-050

Telefone:

E-mail:

Conta Corrente Banco do Brasil:

<b>MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA</b>
---------------------------------------

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFISICO	CATMAT	UNID.MEDIDA	VALOR	VALOR
					UNITÁRIO	TOTAL
					R\$	R\$
1						

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do fornecedor \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO V**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**ANEXO V.1**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

**OU**

**[segunda alternativa de redação para o modelo de declaração]**

a) cumprir as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO VI**

**MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA**

**ANEXO VI.1**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO  
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**  
(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº\_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO VI.2**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº\_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura do representante legal)*

**ANEXO VI.3**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

*(elaborada pelo licitante)*

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº\_\_\_\_\_, na condição de responsável técnico de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)*